



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KAMILLY SOUZA DO VALE

**PSICOTERAPIA GESTÁLTICA DE GRUPO COM CASAIS  
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

BELÉM – PA

2018

KAMILLY SOUZA DO VALE

**PSICOTERAPIA GESTÁLTICA DE GRUPO COM CASAIS  
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Linha de pesquisa: Fenomenologia – teoria e clínica.

Orientadora: Prof. Dra. Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel.

BELÉM – PA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- V149p Vale, Kamilly  
Psicoterapia Gestáltica de Grupo com Casais em Situação de Violência Conjugal. / Kamilly Vale. — 2018  
137 f. : il. color
- Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.  
Orientação: Profa. Dra. Adelma Pimentel
1. Violência conjugal. 2. Psicoterapia de grupo. 3. Hermenêutica . 4. Gestalt-terapia. 5. Casais. I. Pimentel, Adelma , *orient.* II. Título
-

KAMILLY SOUZA DO VALE

**PSICOTERAPIA GESTÁLTICA DE GRUPO COM CASAIS  
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Data de aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Adelma Pimentel (Orientadora)  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Profa. Dra. Patricia de Albuquerque Lima (Membro Externo)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Profa. Dra. Airle Miranda (Membro Interno)  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Profa. Dra. Lucélia Bassalo (Membro Externo)  
Universidade Estadual do Pará (UEPA)

---

Prof. Dr. Cezar Seibt (Membro Interno)  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Aos meus pais, Helena e Mauricio do Vale; à  
minha irmã, Karlena do Vale, e aos meus avós,  
Dico e Zica, com todo meu amor.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da fé; por ser fonte de suporte em todos os momentos, principalmente, nos mais difíceis.

Aos amigos santos espirituais, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Santo Inácio de Loyola, pelas intercessões diárias e por serem acalantos em minhas preces.

Aos meus pais, Helena e Maurício do Vale, que me deram o dom da vida, por serem a representação do amor incondicional, pela convivência baseada no respeito, pelos ensinamentos mais sublimes, pelo investimento feito ao longo da minha vida e por confiarem em mim. Eu amo vocês.

À minha irmã, Karlena do Vale, por ser o presente mais lindo que a vida me deu, a companheira de todas as horas, a melhor amiga, a docilidade e a elegância em forma de gente, e que, neste ano de 2017, me deu outro presente: meu lindo sobrinho e afilhado João Mauricio, que acabou de chegar e já me ensinou tanto...

Aos meus avós, Dico e Zica, por serem o referencial maior do respeito mútuo numa vida compartilhada a dois e, principalmente, pelas orações diárias direcionadas a mim e à minha família.

À professora Dra. Adelma Pimentel, por despertar em mim o desejo pela pesquisa em psicologia, pelas orientações, por todas as contribuições feitas na construção desta tese e pelos 10 anos em que estamos juntas numa parceria que envolve a admiração mútua, o respeito e o desejo da contribuição com a Gestalt-terapia. Obrigada pela confiança depositada, pelo exercício ao convívio com a diferença e com o novo, pelo incentivo em ir além e arriscar.

Ao meu namorado, Henrique Maia, que me ensinou novas formas de compartilhar, me incentivando diariamente a buscar a realização deste sonho, sendo paciente e parceiro, para que eu pudesse finalizar com tranquilidade esta pesquisa. Obrigada pela presença diária, por trazer leveza e música para minha vida. Te amo!

À amiga Wanderlea Ferreira, pelo encontro genuíno, estabelecido desde o primeiro contato. Pelo incentivo constante em minha vida profissional e por continuar sendo uma grande incentivadora na minha vida, em todos os âmbitos. Flor, obrigada por cada escuta, cada troca e por cada momento compartilhado.

Às minhas amigas-irmãs, Emanuelle Carvalho, Sarah Bemergui, Tatiane Freitas e Paula Narjara, pela presença constante, pelo amor amigo, pelo suporte na vida e por serem fonte de

nutrição emocional sempre.

Aos amigos Lucivaldo Araújo e Ronildo Silva, por serem escuta na angústia e suporte para que o processo de escrita acontecesse de forma menos autocrítica. Vocês não imaginam o quanto me ajudarem neste processo. Sou extremamente grata!

A Mylena Nahum, ex-aluna e amiga, que me ajudou quase que diariamente nos últimos dois meses, nos retoques necessários para o fechamento desta tese.

Aos amigos e às amigas Márcia Forte, Roberto e Roberta Franco, Erika Bechara, Amanda Cruz, Jane Farias, Michelle Jacob, Kelen Santos, Dani Nega, Dani Leão, Vladimir Koenig e Dalton Leal, por celebrarem a vida comigo, pelo incentivo, apoio, amor manifestado em diversas formas e, principalmente, por compreenderem meus momentos de ausência.

A Lorena Schalken e Elizabetn Carvalho, pela parceria profissional que transcende os muros do consultório, da psicologia, e vivenciam comigo momentos de muito crescimento em todos os sentidos. Meu agradecimento especial a vocês, por todas as vezes em que estive ausente e vocês estiveram lá, sendo suporte para que o fluxo não cessasse.

A Anna Beatriz e Mylena Nahum, co-terapeutas e estagiárias que compuseram a intervenção de grupo com casais, para a realização desta pesquisa. Obrigada pelas contribuições e por terem aceitado viver esta experiência comigo.

Às amigas Roberta Flores e Ana Paula Monteiro, flores do meu jardim que a Gestalt-terapia me deu e que foram suporte em muitos momentos.

Ao grupo “Zueira Never Ends”, pessoas que compartilham e compartilharam comigo momentos de muitas alegrias e crescimento, minha gratidão a vocês: Léo, Thomas, Mylena, Rubi, Flávia, Renée e Lorena. A Flávia Almeida, meu agradecimento especial, por ter sido suporte e me ajudado no pré-projeto e no projeto de qualificação da tese. Gratidão!

Às professoras Dras. Airle Miranda, Lúcelia Bassalo e Telma Amaral, pelas valiosas contribuições no momento da qualificação do projeto.

Ao NEAH, em especial, à Dra. Vilma e à psicóloga Rosana Lemos, pela confiança e disponibilidade em trocar e viver novas formas de intervenções dentro do Núcleo.

Aos casais participantes da pesquisa, que disponibilizaram do seu tempo para que os dados empíricos usados nesta investigação pudessem emergir.

A Ray, que, há 17 anos, é nossa colaboradora, organizando as questões domésticas. Muito obrigada!

Ao NUFEN, grupo de estudos e pesquisa do qual faço parte e que colabora para meu crescimento na pesquisa.

Ao meu grupo de estudo, GEGT, pelas trocas e experiências vivenciadas.

E, por fim, a todos os amigos e pessoas que colaboraram direta e indiretamente comigo nestes 3 anos e 5 meses em que estou no processo de doutoramento. Não há como nomear um a um, mas, meu coração reconhece a vibração de cada um de vocês.



*Ao pensar sobre a possibilidade de relacionamento, cada um deveria se fazer a seguinte pergunta: Você crê que seria capaz de conversar com prazer com esta pessoa até sua velhice? Tudo o mais no casamento é transitório, mas as relações que desafiam o tempo são aquelas construídas sobre a arte de conversar.*

Friedrich Nietzsche

## RESUMO

Este estudo investiga a violência conjugal vivenciada por casais heterossexuais. Adota como método a psicoterapia gestáltica breve, em grupo, para realização de uma intervenção clínica para o enfrentamento de uma situação coletiva problemática, cuja incidência no Brasil tem sido combatida pela sociedade civil, sobretudo, após a publicação da Lei Maria da Penha. A tese defendida é: *para que os casais construam formas de se relacionar que incluam atitudes de cuidado e reconhecimento ao outro e, assim, priorizem a comunicação dialógica, é necessário que a intervenção clínica seja fundamentada nos estudos dos processos de subjetivação de gênero*. O estudo se configura como uma pesquisa-intervenção, pelo fato de a pesquisadora e os envolvidos na situação desempenharem um papel ativo na compreensão e busca de formas de superação do problema proposto. A base epistemológica fundamenta-se na hermenêutica do discurso, inspirada nas obras do filósofo Paul Ricoeur, para quem a compreensão do fenômeno, da narrativa e da alteridade se dá pelo desvelamento do mundo subjetivo inscrito nos textos. Desse modo, procura-se captar os sentidos habituais e os possíveis, contidos na linguagem e na narrativa dos casais. A coleta de dados foi realizada no Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem em Violência Doméstica e Familiar da Defensoria Pública do Pará, com 3 casais, cujos homens foram sentenciados por violência doméstica. Nos procedimentos da pesquisa, vale-se do método clínico gestáltico para estruturar a psicoterapia de grupo, destacando o manejo da responsabilidade pessoal e do casal; o cuidado interpessoal, e a *awareness* dos vínculos conjugais, combinado a transcrição de trechos das sessões gravadas em áudio; a leitura e releitura do material e a criação das unidades de significado. A análise dos discursos apreendidos nos recortes dos textos evidencia a compreensão hermenêutica. Os resultados da pesquisa demonstram que, no cotidiano, os conflitos conjugais aconteciam diariamente; não havia espaço para o diálogo; os modos diferentes de existir dificultam a convivência entre ambos; as questões financeiras e formas de solucionar conflitos sempre terminavam em possibilidade de separação. A intervenção clínica contribuiu para a revisão, pelos casais, de seus processos de subjetivação; os casais perceberam a importância de incluir no seu cotidiano a criação de atos de solidariedade e apoio mútuo. Conclui-se que a psicoterapia no modelo breve em grupo é uma potente ferramenta para que os casais obtenham um melhor relacionamento interpessoal e uma comunicação dialógica.

**Palavras-chave:** Violência conjugal. Psicoterapia de grupo. Hermenêutica. Gestalt-terapia. Casais.

## ABSTRACT

This study examines conjugal violence experienced by heterosexual couples. Adopts short psychotherapy in group as the method to make a clinical intervention to help them face their problematic collective situation, which incidence in Brazil has been fought by the civil society, especially after the Maria da Penha Law's publication. Defends the thesis: *for couples to build ways to be able to relate, including care attitude and recognition of the other, prioritizing dialogical communication, it's necessary that the clinical intervention is grounded in a comprehension of subjectivation gender process*. The study was shaped as a intervention research, because the researcher and the people involved in the situation performed as active parts in the comprehension and search of ways to overcome the proposed problem. The epistemological base is grounded on the speech hermeneutics, inspired in the philosopher Paul Ricoeur's work, for whom the phenomenon comprehension, the narrative and the alterity are exhibit through the subjective world registered in the text. Thus, tries to capture the usual and possible senses that were in the couples' language and narratives. The data collection was made in Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem em Violência Doméstica e Familiar of Defensoria Pública do Pará, with three couples, whose men were sentenced by domestic violence. In the research procedure, uses clinical Gestalt method to structure the group therapy, highlighting the personal and couple responsibility management; the interpersonal care; marital bonds awareness, matching to the sessions passage audio recorded; reading and rereading material and meaning unit creation. The speech analysis seized in the text emphasizes the hermeneutic comprehension. The search results show that, in the daily life, the marital conflict happened everyday; there wasn't space for dialogue; different ways of living complicate the couple coexistence; financial questions and forms to solve conflicts always ended in break up possibilities. The clinical intervention contributed for the couple to review their subjectivation process; the couples realized the importance of including in their daily routine solidarity and mutual support creation. Concludes that short psychotherapy in group it's a powerful tool for couples to get a better interpersonal relationship and a dialogical communication.

**Keywords:** Conjugal violence. Group psychotherapy. Gestalt-therapy; Hermeneutics. Couples

## RÉSUMÉ

Le thème de cette étude est la violence conjugale vécue par les couples hétérosexuels. La psychothérapie Gestalt dans un groupe a été la méthode utilisée pour effectuer une intervention clinique qui a coopéré pour faire face à une situation collective problématique, dont l'incidence au Brésil a été confrontée par la société civile, surtout après la publication de la loi Maria da Penha. La thèse préconisée était: pour que les couples construisent des modes de relation, en incluant des attitudes de soin et de reconnaissance à l'autre, privilégient la communication dialogique, il est nécessaire que l'intervention clinique soit basée sur la compréhension des processus de subjectivation des genres. L'étude a été établie comme une recherche d'intervention, parce que le chercheur et les personnes impliquées dans la situation jouent un rôle actif dans la compréhension et la recherche de moyens pour surmonter le problème proposé. La base épistémologique était basée sur l'herméneutique du discours, inspirée par les travaux du philosophe Paul Ricoeur, pour qui la compréhension du phénomène, du récit et de l'altérité est due au dévoilement du monde subjectif inscrit dans les textes. De cette façon, j'ai essayé de capturer les significations habituelles et possibles, contenues dans la langue et dans le récit des couples. La collecte de données a été réalisée au Centre spécialisé d'aide à l'homme contre la violence domestique et familiale du Défenseur public du Pará, avec trois couples, dans lesquels les hommes ont été condamnés pour violence domestique. Dans les procédures de recherche, j'ai utilisé la méthode clinique gestalt pour structurer la psychothérapie de groupe, en soulignant la gestion de la responsabilité personnelle et du couple; les soins interpersonnels et la conscience des liens conjugaux combinaient la transcription d'extraits de séances enregistrées en audio; lire et relire le matériel et la création d'unités de sens. L'analyse des discours appréhendés dans les coupures de textes a mis en évidence la compréhension herméneutique. Les résultats de la recherche ont démontré que, dans la vie quotidienne, les conflits conjugaux se produisent quotidiennement; il n'y avait pas de place pour le dialogue; les différents modes d'existence rendent difficile leur coexistence; les questions financières et les moyens de résoudre les conflits se terminaient toujours par la possibilité de séparation. L'intervention clinique a contribué à la révision par les couples de leurs processus de subjectivation; les couples ont compris l'importance d'inclure dans leur vie quotidienne la création d'actes de solidarité et de soutien mutuel. Nous concluons que la psychothérapie dans le modèle de groupe court est un outil puissant pour les couples d'obtenir une meilleure relation interpersonnelle et la communication dialogique.

Mots-clés: violence conjugale, psychothérapie de groupe; Gestalt thérapie; herméneutique; les couples.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 – Fluxograma da Análise Fenomonológica do Discurso .....	67
Quadro 1 – Identificação dos participantes .....	70
Quadro 2 – Informações acerca da relação conjugal .....	70
Fluxograma 2 – Atílio .....	72
Fluxograma 3 – Helena .....	73
Fluxograma 4 – Petruccio .....	74
Fluxograma 5 – Catarina .....	74
Fluxograma 6 – Marcelo .....	76
Fluxograma 7 – Catarina .....	77
Fluxograma 8 – Eduarda .....	79
Fluxograma 9 – Marcelo .....	80
Fluxograma 10 – Catarina .....	81
Fluxograma 11 – Petruccio .....	82
Fluxograma 12 – Catarina .....	85
Fluxograma 13 – Petruccio .....	85
Fluxograma 14 – Catarina .....	87
Fluxograma 15 – Eduarda .....	88
Fluxograma 16 – Marcelo .....	89
Fluxograma 17 – Atílio .....	91
Fluxograma 18 – Helena .....	92
Fluxograma 19 – Catarina .....	94
Fluxograma 20 – Petruccio .....	95
Fluxograma 21 – Helena .....	96
Fluxograma 22 – Atílio .....	97
Fluxograma 23 – Marcelo .....	99
Fluxograma 24 – Eduarda .....	100
Fluxograma 25 – Atílio .....	102
Fluxograma 26 – Catarina .....	103
Fluxograma 27 – Petruccio .....	104

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>3</b>	<b>DELINEANDO A PSICOTERAPIA GESTÁLTICA DE GRUPO PARA CASAIS</b> .....	21
3.1	PONTO DE VISTA FENOMENOLÓGICO EXISTENCIAL SOBRE GRUPOS .	25
3.2	A INTERVENÇÃO CLÍNICA .....	27
<b>4</b>	<b>ASPECTOS DA RELAÇÃO CONJUGAL</b> .....	31
4.1	QUESTÕES DE GÊNERO .....	31
4.2	A CONDIÇÃO MASCULINA .....	34
4.3	CONJUGALIDADE .....	36
4.4	A COMUNICAÇÃO NAS RELAÇÕES CONJUGAIS .....	41
<b>5</b>	<b>PANORAMAS SOBRE A VIOLENCIA CONJUGAL</b> .....	46
<b>6</b>	<b>PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO</b> .....	56
6.1	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA .....	61
<b>6.1.1</b>	<b>Participantes</b> .....	61
<b>6.1.2</b>	<b>Contexto da Pesquisa</b> .....	61
<b>6.1.3</b>	<b>Coleta de dados</b> .....	64
<b>6.1.4</b>	<b>Análise de dados</b> .....	65
<b>7</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	69
7.1	PERFIL DOS CASAIS .....	69
7.2	AS NARRATIVAS DOS CASAIS .....	71
<b>7.2.1</b>	<b>Processos de subjetivação</b> .....	71
<b>7.2.2</b>	<b>Manutenção da relação conjugal</b> .....	76
<b>7.2.3</b>	<b>Comunicação conflituosa</b> .....	79
<b>7.2.4</b>	<b>Relação com os filhos</b> .....	84
<b>7.2.5</b>	<b>Questões financeiras</b> .....	93
<b>7.2.6</b>	<b>Motivações para a violência</b> .....	98
<b>7.2.7</b>	<b>Sentido criativo da narrativa: processo de mudança</b> .....	105
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115
	<b>ANEXOS</b> .....	129

## 1 APRESENTAÇÃO

Meu percurso de pesquisadora em relação à temática de estudo se iniciou em 2011, ano em que concluí, na UFPA, o mestrado em Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Adelma Pimentel, compondo uma reflexão sobre a relação conjugal, em que a compreensão dos modos de expressão do sentimento de amor e manutenção do vínculo comunicado pelos casais entrevistados foi a questão averiguada.

Examinei aspectos das histórias amorosas vividas pelos participantes do estudo, colhidas por meio de entrevistas semi-dirigidas, para incluir o ponto de vista de cada cônjuge sobre como se deu o encontro do casal; o cotidiano da união, as expectativas de cada um antes do casamento; os conflitos na união e seu modo de resolução; a relação do casal com os filhos, com suas famílias de origem e, principalmente, o motivo pelo qual se mantinham casados, já que, atualmente, os vínculos relacionais que envolvem o afeto, a tolerância, a composição de um projeto a dois se encontram comprometidos por um conjunto de fatores da ordem da economia do mercado, do hedonismo, das tecnologias de informática e comunicação e, sobretudo, dos efeitos públicos da violência nos espaços privados.

Em 2014, passei a cursar o doutorado, também no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA, com a recente reforma estrutural do programa, inserida na linha de estudos *Fenomenologia: teoria e clínica*, continuando sob a orientação da professora Adelma Pimentel e escolhendo manter casais heterossexuais na condição de sujeitos interlocutores, tendo como questão de interesse a intervenção psicoterapêutica em grupo com casais em situação de violência conjugal na modalidade breve.

Os sentidos que norteiam o desejo de pesquisar relacionamentos conjugais de casais heterossexuais resultam de uma preocupação profissional, em alcançar modos de intervenções que rompam com a dimensão dicotômica de compreender o fenômeno da violência conjugal, bem como da relevância social, diante de várias alterações nos cenários que compõem a conjugalidade, como, por exemplo, a saída da mulher do espaço privado, a presença de jogos manipulativos e a ausência de cuidado, que, entre outros estranhamentos, tem reduzido a comunicação íntima entre os casais, podendo acionar práticas relacionais de violência (em várias modalidades), por ambos os cônjuges.

Desse modo, minha compreensão é de que, resguardando as questões que envolvem a dimensão tradicional do modelo social de patriarcado no qual ainda estamos inseridos, mesmo com todos os avanços nos estudos sobre feminismo, masculinidades e gênero, alguns homens também vivenciam situações de violência na conjugalidade (PIMENTEL, 2016; DEBERT;

GREGORI, 2008; BÉLANGER; MATHIEU; BRISEBOIS, 2013).

Tal perspectiva assinala a importância de levar em consideração a configuração das relações estabelecidas entre os casais, a partir de uma ótica que engloba o contexto no qual estão inseridos socialmente, suas crenças, valores e modos de existir, rompendo com o viés naturalizante sobre a violência conjugal. Portanto, considero a dinâmica relacional estabelecida entre a díade como um dos motes para apreensão do fenômeno.

As reflexões neste campo de estudos demandam a desconstrução de estereótipos, padrões e normas sociais, sendo necessário ir além da lógica dominante, que enquadra as relações a partir de uma ótica heteronormativa.

Isto posto, ao compreender que é no campo relacional do casal que irão ocorrer as interações entre os sujeitos e que as uniões podem ser viabilizadas concomitantemente do modo formal, casamento, ou por meio da convivência marital sem formalizações, é importante esclarecer que, nesta pesquisa, os termos casamento, conjugalidade e relações conjugais são usados como sinônimos.

Assim, ao dar atenção a este tema, minha interrogação se voltou para as possíveis contribuições de uma clínica psicoterapêutica breve, com enfoque nas questões de gênero, incluindo o casal a partir de uma intervenção em grupo.



## 2 INTRODUÇÃO

*Se consultarmos nosso conhecimento interno profundo a respeito do que ordena Deus à humanidade, não hesitaremos um só instante em dizer que é a paz.*

M. Buber

Tradicionalmente (D'ANDREA, 1987; RIBEIRO, 1999; PINTO, 2009; FREIRE; PICHELLI, 2013), manejo psicoterapêutico é tudo aquilo que envolve a estrutura de um “*setting* terapêutico”: a relação terapeuta x cliente, o espaço físico, o contrato estabelecido, instrumentos de trabalho, a ética relacional, objetivos da psicoterapia, epistemologia e aporte teórico (VALE et al., 2015).

No entanto, “pensar as intervenções clínicas na contemporaneidade requer avanços no sentido de, não apenas questionar os aspectos tradicionais dentro da prática clínica que contempla muitas vezes um modelo biomédico, mas configurar novos modos de atuação” (VALE et al., 2015, p. 239), no qual a pessoa é compreendida a partir da díade sujeito/sociedade, sendo o grupo, a subjetividade e a alteridade elementos fundamentais no processo de percepção de si e de reconhecimento como sujeito de direitos. Tal prisma é corroborado por Faria (2014), que afirma:

Entende-se que as transformações históricas vivenciadas pela cultura ao longo do último século exigiram da Psicologia respostas para uma nova compreensão do indivíduo que o entenda como uma constituição social. No que concerne à área da saúde, em especial à Psicologia, de uma visão biológica e estática, passou-se a uma concepção de indivíduo como artífice de sua história pessoal e cultural. De uma atenção individual, sustentado no modelo médico tradicional, com diagnósticos e intervenções psicoterapêuticas para a remoção de sintomas, por exemplo, a psicologia passou a preocupar-se mais com uma atenção coletiva, sustentada em políticas públicas, com diagnósticos e intervenções, muitas vezes, multi e transdisciplinares, em consonância com as concepções de saúde contemporâneas (p. 57).

Acompanhando tais modificações e compreendendo tal importância para a área, escolho nesta pesquisa a modalidade interventiva da psicoterapia de casais em grupo, com enfoque gestáltico, como um recurso facilitador de estratégias de atendimento ao casal que se encontra em situação de violência conjugal. Portanto, a indagação foi: **quais as contribuições da psicoterapia gestáltica breve de grupo com casais em situação de violência conjugal para a construção de uma comunicação dialógica?** Para integrar respostas, apresento uma

fundamentação teórica, apontando nexos entre os conceitos principais: psicoterapia, clínica ampliada, relações conjugais e violência conjugal.

Para a composição da tese, a reflexão acerca do manejo psicoterapêutico em Gestalt-terapia é fundamentada numa clínica compreensiva, socialmente engajada e epistemologicamente ancorada na fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur. Fazemos uso da linguagem como forma de apreensão e compreensão do fenômeno a partir do discurso do sujeito. Sob este aspecto, Pimentel (2012) afirma,

Na psicoterapia, compreender é interpretar o discurso, as linguagens verbal e expressiva do cliente (pobre ou rico), de modo que a intervenção contribua para que desenvolva a criatividade, envide soluções e ajustamento fecundo as suas questões existenciais e relacionais (p. 170).

Acerca da clínica socialmente engajada, a referida autora revela que esta é uma prática “que focaliza a determinação plural dos processos de subjetivação e amplia o olhar da intervenção e da pesquisa em psicoterapia para além do exame da interioridade, a favor da compreensão da dialética entre sujeitos e sociedade” (PIMENTEL, 2011, p. 82).

Tal proposição está em consonância com a perspectiva do projeto Humaniza SUS, da Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2004), que trouxe como proposta interventiva o conceito de clínica ampliada, configurando-se como uma prática de atendimento integral, saindo de um enfoque de atendimento biomédico e individual, valorizando a singularidade da pessoa e inserindo a compreensão desta a partir da sua história de vida e do seu contexto social.

Assim, temos por **objetivo geral** investigar as contribuições da psicoterapia gestáltica breve de grupo com casais em situação de violência conjugal e, como **objetivos específicos**, propor a psicoterapia gestáltica de grupo com casais como estratégia de intervenção em situação de violência conjugal; perceber a dinâmica conjugal e a comunicação do casal em conflito.

A tese pautada na questão-problema e nos objetivos da pesquisa visa evidenciar que, **para que os casais construam formas de se relacionar que incluam atitudes de cuidado e reconhecimento ao outro e, assim, priorizem a comunicação dialógica, é necessário que a intervenção clínica seja fundamentada nos estudos dos processos de subjetivação de gênero, para que o casal perceba como atua no cotidiano da vida a dois e quais atos influenciam a violência conjugal.**

Para alcançar o entendimento, incluí no desenho do procedimento de estruturação da psicoterapia de grupo o manejo da responsabilidade existencial pessoal e da díade pelo

cotidiano do casal, do cuidado interpessoal, da *awareness*<sup>1</sup>, dos vínculos conjugais. Observo que tais indicativos se inserem no método clínico gestáltico no delineamento da psicoterapia breve.

A coleta de dados foi realizada no Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem em Violência Doméstica e Familiar (NEAH), criado por meio do Convênio nº 135/2010 entre o Ministério da Justiça, através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), e a Defensoria Pública do Estado do Pará, desde janeiro de 2011.

O NEAH é um programa da Defensoria Pública do Estado do Pará, formado por uma equipe de trabalho multidisciplinar, composta por uma psicóloga, um pedagogo e uma assistente social e coordenado pela analista jurídica Maria Vilma de Sousa Araújo. Desde sua implantação, o NEAH oferece atendimento jurídico e psicossócio pedagógico ao homem autor de violência doméstica e familiar, buscando promover reflexão e responsabilização a partir da promoção de práticas direcionadas para o suporte biopsicossocial.

Como proposta para evitar a reincidência criminal, foi inserida pela coordenação do programa a modalidade de intervenção *Grupo Reflexivo*, inspirado no trabalho desenvolvido pelo Instituto Noos<sup>2</sup>. Os grupos são formados por, aproximadamente, 12 homens, sendo realizados semanalmente, com duração de duas horas, por quatro meses, totalizando 16 encontros.

Os temas trabalhados são previamente definidos pela equipe multidisciplinar e têm como principal objetivo suscitar, nos participantes, reflexões sobre as práticas de atos violentos, a partir das discussões de gênero, habilidades sociais, família, sentimentos, entre outros. A noção de grupo reflexivo não fez parte de minha investigação, considerando que sua fundamentação é de cunho pedagógico e reflexivo.

Compondo as reflexões iniciais para a configuração desta pesquisa, destacam-se os trabalhos de Araújo (2005), o qual apresenta uma possibilidade de atendimento ao casal, com um método baseado na clínica psicanalítica e no psicodrama; Gomes (2009), em que propõe estratégias de enfrentamento da violência conjugal a partir do apoio da rede de serviços e de uma atuação contextualizada com a comunidade na qual o casal está inserido; Ibaceta (2011),

---

<sup>1</sup> Tomada de consciência a partir de um fluxo vivenciado na experiência presente do sujeito, a partir do contato com o novo/diferente envolvendo sentimentos, pensamentos e sensações.

<sup>2</sup> Organização da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 1994 e constituída por profissionais das ciências humanas, sociais e da saúde. Tem por objetivo o desenvolvimento e a difusão de práticas sociais sistêmicas voltadas para a promoção da saúde dos relacionamentos nas famílias e nas comunidades, dedicando-se, prioritariamente, à prevenção e à interrupção da violência intrafamiliar e de gênero.

que questiona as intervenções de atendimento ao casal, revelando que é primordial a compreensão relacional da violência e a complexidade da vida conjugal; e Pimentel (2011), o qual dialoga com a abordagem gestáltica, apresentando uma proposta de atendimento para casais que vivenciam o conflito conjugal e a violência de gênero. Este último trabalho assinala modos de (re)pensar a psicoterapia breve.

Esses estudos apontam reflexões e críticas que geram indagações direcionadas à necessidade de desconstrução das “naturalizações” no campo das relações sociais. Silva (2013) problematiza e propõe repensar a ação e o modo de vida relacional, afirmando que

O que mais maltrata o ser humano que sofre alguma forma de opressão é a "naturalização" de determinadas "marcas" – estigmas – que deixam profundas cicatrizes sociais, causando transtornos na saúde mental – emocional/sentimental – do indivíduo afetado, e por essa razão precisamos debater diuturnamente as relações sociais apontadas para que consigamos naturalizar, entre todos e todas, o respeito, a dignidade e a tolerância humana (p. 18).

Através da busca sistemática e referencial em bibliotecas e levantamento virtual das produções acadêmicas no banco de teses da Capes, e de artigos acadêmicos na base de dados SciELO, a respeito do tema entre os anos de 2010 a 2015. Como critério de pesquisa utilizou-se dos descritores: 1) *violência Conjugal e saúde*, no qual obteve-se 29 (vinte e nove) registros. 2) *Psicoterapia breve e saúde* sendo que nesta varredura, apenas 9 registros foram encontrados. Ao que se refere ao tipo de produção acadêmica foram 31 (trinta e um) títulos em nível de mestrado acadêmico, 5 (cinco) em nível de doutorado e 2 (dois) em nível de mestrado profissional. Após leitura minuciosa dos resumos das dissertações e teses selecionados, identifiquei as principais produções conceituações e conclusões, visando esboçar compreensões do tema, estabelecendo como fio condutor um entendimento ético e político da Psicologia, no qual verifiquei que:

- 1) trabalhos voltados para o atendimento a casos de violência de gênero são oriundos da área de Serviço Social, ou concomitante, o atendimento conhecido como Psicossocial, prática da psicologia e do serviço social, e da área de saúde, médicos e enfermeiros (DINIZ et al., 2004; DOURADO; NORONHA, 2014; GOMES et al., 2012; dentre outros);
- 2) geralmente, o recurso utilizado pelos profissionais tende a voltar-se para a psicoterapia clássica, pautando-se apenas no método clínico de atendimento e com uma perspectiva biomédica (FREIRE; PICHELLI, 2013; MOREIRA, 2009);

- 3) as intervenções com a demanda em questão são baseadas, primordialmente, nas teorias de abordagem psicanalítica ou das terapias de base behaviorista, sendo a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) a mais utilizada (HAYES et al., 2011);
- 4) os trabalhos vêm sendo direcionados para uma perspectiva dualista e unilateral, que visa apenas ao atendimento à mulher, reconhecida como vítima da violência infringida pelo homem, ou, no outro polo da relação, o atendimento ao homem, considerado como o agressor (GOMES; ERDMANN, 2014; NASCIMENTO et al., 2014; VIEIRA; PERDONA; SANTOS, 2011).

Desse modo, acredito que pesquisas na área das intervenções psicoterapêuticas voltadas para a violência conjugal, a partir de um enfoque fenomenológico hermenêutico compreensivo, podem contribuir para o aprimoramento da comunicação dialógica e da desconstrução de dinâmicas conjugais violentas.

Pesquisadores e psicólogos (SILVEIRA, 2005; FERREIRA, 2010; PIMENTEL, 2011; VALE, 2011; SILVEIRA, 2016) que trabalham com casais, famílias e violência conjugal, orientados pela epistemologia fenomenológica gestáltica, a partir da primeira década do século XXI, intensificaram o aporte da abordagem para a apreensão das práticas de violência entre casais, que, em sua maioria, são resguardadas pelo silêncio, incorporadas aos costumes e heranças do patriarcado, levando os casais a estabelecer relações vazias e, muitas vezes, adoecidas psicologicamente.

Essa área de estudo e pesquisa defronta-se com o desafio de problematizar a psicoterapia breve de grupo, bem como refletir sobre as mudanças que estão ocorrendo nas formas de relação e na sociedade, demonstrando a incidência de demandas no âmbito da psicologia clínica. Desse modo, a perspectiva conceitual da clínica gestáltica está em consonância com essas transformações sociais, já que “é uma proposta de movimento e resgate da capacidade humana de reinventar. É uma proposta psicoterapêutica que não apenas aceita os ditames culturais, mas, também, repensa-os, e propõe novas formas de vida” (MESQUITA, 2011, p. 66).

Assim, acredito que, a partir de uma postura dialógica e das atitudes fundamentais (YONTEF, 1998) do Gestalt-terapeuta, como **acolhimento, inclusão, presença, compromisso com o diálogo**, atitude existencial diante do outro, compreendendo sua singularidade e, por último, uma atitude de **não exploração** ao outro, se possibilita ao casal que vivencie novas formas de interação, individualmente, com o outro e com o mundo, de forma a promover um ajustamento criativo saudável diante das situações vivenciadas e a ética do cuidado ao outro, criando vínculos entre si, sentimentos de solidariedade, favorecendo a homeostase para ambos e gerando implicações no contexto social.

Durante a coleta de dados, percebi que a organização do vínculo conjugal deriva da expectativa e da ideologia que cada um leva na convivência. Também, observei que, ainda hoje, o ideal do amor romântico integra a base da relação conjugal. O sistema de ideias abrange a busca do “eterno encantamento”, demonstração de exclusiva atenção constante às demandas verbalizadas, demanda de cumplicidade advinda de apreensão mágica dos desejos não explicitados, potência sexual, cavalheirismo, fidelidade, oferta de presentes etc. Tanto as mulheres quanto os homens que colaboraram na pesquisa engendraram em seus discursos tais projeções. Entretanto, a experiência cotidiana não favorece a permanência de tal cenário idealizado, e o mesmo pode se desfazer ante aos elementos da realidade concreta vivenciada pelo casal, ocasionando conflitos violentos.

No dia a dia, se ambos não construírem formas de lidar com os conflitos na relação, potencializam-se forças desencadeadoras da ausência do cuidado, por exemplo: questões relacionadas à falta de dinheiro, educação dos filhos e as diferenças subjetivas entre os cônjuges (PIMENTEL, 2011; VALE, 2011).

Os participantes apontaram como fonte de conflito a entrada dos filhos no cotidiano, para alguns; dificuldade em conseguir separar o papel de pais do de casal, configurando uma rigidez no modo de vivenciar a conjugalidade e dificultando a possibilidade de encontrar outras formas criativas e saudáveis de interação. Em relação às diferenças, conjecturamos que o conflito violento se dá quando não há a anuência da expressividade do outro, anulando-o enquanto pessoa e impedindo-o de vivenciar sua autonomia.

Segundo Cardella (2009), aceitação da subjetividade do outro é uma estratégia para lidar com os conflitos. É uma atitude de não julgamento e de avaliação moral do certo e do errado, do bom e do mau, do justo, do injusto e do culpado ou do errado. “Onde só há julgamento há distanciamento e exclusão” (CARDELLA, 2009, p. 96). Aceitar o outro é exercitar a capacidade receptiva de alargamento das fronteiras de contato.

Para Silveira (1998), a criatividade no casamento é outra dimensão que favorece a prática de interações mais saudáveis. Essa é uma tarefa árdua na sociedade atual, cujas ações, muitas vezes, são mediadas pelo medo, desconfiança, tecnologias de informática e comunicação, desigualdade entre gêneros, dificuldade no convívio a dois e a indisponibilidade de investimento na relação afetiva.

Adiciono, também, a importância do autocuidado e do cuidado ao outro, como atos que favorecem crescimento e transformações na interação, visto que permitem trocas afetivas, parcerias no cotidiano e a possibilidade de compartilhar as vicissitudes da rotina, que podem gerar cansaço e desgastes na relação (VALE, 2011). “No mundo contemporâneo, vivemos uma

crise do projeto humano, uma crise civilizacional, e grande parte da dor do mundo nos dias atuais, reflete a falta de cuidado nas mais diversas dimensões da vida humana” (CARDELLA, 2014, p. 84).

Finalmente, considero que a psicoterapia gestáltica breve de grupo com casais favoreceu pistas para que participantes da pesquisa percebessem outros modos de lidar com seus conflitos, crises e a dinâmica violenta. Durante as sessões, procurei estimular a capacidade criativa de cada um em lidar com suas questões e o reconhecimento da responsabilização de cada qual sobre suas atitudes na relação com o outro e em contribuir para a “desnaturalização” da concepção de dominação, opressão e relações entre homens e mulheres.

Diante do exposto, e com o objetivo de contribuir efetivamente com este campo de estudo, por meio de articulações teóricas e práticas, para, enfim, tornar-se uma ação concreta para prevenção e tratamento, pautados no cuidado e autocuidado nas relações conjugais em que a dinâmica violenta se faz presente, desenvolvo a tese, assim organizada:

- 1) apresentação do tema e campo de estudo;
- 2) introdução;
- 3) delineamento da psicoterapia breve gestáltica de grupo com casais, onde discorro acerca da perspectiva histórica do trabalho com grupos, os conceitos fundamentais da Gestalt-terapia e o manejo clínico neste tipo de intervenção;
- 4) descrevo aspectos da relação conjugal através dos estudos de gênero e da conjugalidade;
- 5) exposição de alguns panoramas da violência conjugal, principalmente, no que se refere ao atendimento psicossocial neste tipo de demanda;
- 6) percurso teórico-metodológico da pesquisa, incluindo os seus procedimentos, o contexto na qual foi realizada, a escolha dos informantes, a coleta e o processo utilizado na análise dos dados;
- 7) os resultados e a discussão da pesquisa, incluindo o perfil dos casais e as narrativas dos sentidos habituais, dos possíveis e o sentido criativo identificado no discurso; e
- 8) as considerações finais.

### **3 DELINEANDO A PSICOTERAPIA GESTÁLTICA DE GRUPO PARA CASAIS**

Minha atuação clínica enquanto Gestalt-terapeuta encontra ecos em uma prática que engloba aspectos contextualizados na dimensão política, social e feminista. Dar suporte,

orientação e buscar ressignificar o potencial daqueles que vivenciam o sofrimento psíquico é o objetivo principal da clínica que exerço. Empoderar mulheres e homens em suas relações, favorecendo aspectos de autocuidado e cuidado ao outro, confirmando-se enquanto pessoa, reconhecendo-se e, assim, reconhecendo o outro é mote fundamental do meu trabalho.

A Gestalt-terapia tem como princípio básico suscitar a reflexão sobre as coisas que estão dadas, ou seja, aquilo que é concebido como natural e imutável, compreendendo o sujeito como criativo e capaz de fazer modificações em sua relação com o meio (MESQUITA, 2011). Esta abordagem se insere no campo das psicoterapias humanistas, fazendo parte da chamada “terceira força” das linhas psicológicas, surgidas nos anos 50 do século XX. Com uma proposta diferenciada das práticas psicoterapêuticas vigentes na época, a teoria, inicialmente pensada por Fritz Perls, traz como enfoque inovador para o período a noção de campo (NASCIMENTO; VALE, 2013).

Entende-se por campo “uma totalidade de fatos existentes, que são concebidos como mutuamente interdependentes” (LEWIN, 1965, p. 269), onde a inter-relação que ocorre no meio permite a construção e a modificação do mesmo como um todo, no sentido de uma dinâmica entre as partes deste e o campo que as constituem, haja vista que “o sentido das coisas está na totalidade da coisa, na medida em que são percebidas pela nossa consciência.” (RIBEIRO, 2006, p. 85).

Nos últimos anos, pesquisas vêm sendo realizadas, contribuindo com a atualização teórica e metodológica da abordagem Gestáltica (ALVIM; CASTRO, 2015; CARDELLA, 2014; HOLANDA, 2012; PIMENTEL, 2011, 2012; RIBEIRO, 2006; ROBINE, 2005). Os articulistas fazem uso da teoria da complexidade (MORIN, 2011), como propostas de reconfiguração dos conceitos de alteridade, cuidado e subjetividade.

Um dos resultados da abordagem da complexidade é que os sujeitos, ao buscarem a clínica (seja ela no âmbito privado ou no âmbito público), trazem, de certa forma, um desafio ao psicoterapeuta, que precisa estar presente nesta relação, valorizando o aprendizado de estar com o outro, caminhando no sentido do crescimento enquanto pessoa e entendendo que estamos em constante construção diante de escolhas (CARDELLA, 2014; FARIA, 2014), para, além disso, ter clareza de que, ao fundamentar a prática considerando a epistemologia de campo, estamos implicados nesse processo. Robine (2015) aponta que

cada interação é, portanto, um fechamento progressivo ao mesmo tempo em que é uma abertura as possibilidades. Nossa responsabilidade de terapeutas se impõe, portanto, na escolha das palavras e das representações que manejamos



na relação, na escolha da lógica, ainda que implícita, que organiza nosso pensamento e nossas respostas (p. 118).

Esta atuação inclui não apenas a utilização de técnicas, mas, o aprimoramento do autoconhecimento do próprio terapeuta em sua psicoterapia e, principalmente, uma concepção de clínica engajada, constituindo-se enquanto um lugar de experimentação do vínculo e do pertencimento, onde ambos implicam-se no processo e buscam um diálogo transformador (ALVIM; CASTRO, 2015; ROBINE, 2015).

Através da experiência vivenciada pelo sujeito, a criatividade do psicoterapeuta contribui para o desenvolvimento do manejo, já que, desde o início do processo, é possível estabelecer um vínculo, cabendo ao psicólogo ampliar seus conhecimentos e abrir possibilidades de atuação, a partir da demanda trazida pela pessoa. A Gestalt-terapia permite ao psicoterapeuta trabalhar livremente sua criatividade, pautando sua atuação na ética e levando em consideração que o contato com a pessoa se dá no entendimento de que ambos (psicoterapeuta e cliente) são sujeitos que compõem uma relação (ZINKER, 2007; LIMA, 2009).

Para além do uso da criatividade como recurso de atuação clínica, compreendo que o objetivo do ato terapêutico é reintegrar o potencial criativo do sujeito. Robine (2006) revela que, “como psicoterapeuta, o que me importa é restaurar a capacidade criativa do indivíduo, ou seja, a capacidade de criar sua vida como se estivesse criando uma obra de arte, mais do que criar um sintoma ou um sofrimento” (p. 38).

Assim, pensar a clínica na contemporaneidade é romper com a lógica biomédica dominante que engessa a prática psicoterapêutica, afastando-se do enfoque individual, solipsista e voltado unicamente para análises patologizantes. É necessário possibilitar uma clínica que leve em consideração o social e os aspectos mais concretos da situação humana, provocando uma ação transformadora (ALVIM; CASTRO, 2015; PIMENTEL, 2011; ROBINE, 2015).

O conceito de clínica ampliada foi um dos argumentos examinados na obra *O campo das Psicoterapias: reflexões atuais*, organizada por Holanda (2012). Algumas provocações contidas no texto referem-se à fragilidade epistemológica da área clínica, ilustrada pelas oscilações entre a transposição de uma prática de consultório, e a ausência de parâmetros epistêmicos para a prática no âmbito das instituições. No cenário histórico, o autor refere-se ao objeto e aos reptos implicados na atividade psicoterapêutica, entre outros a “formação sem regulamentação”. Critica, ainda, a tentativa de fluxos de configuração de uma clínica social que

se viabiliza, meramente, a partir de discursos ideológicos, cuja implicação é uma prática psicoterápica que não atenta ao sofrimento psíquico, nem tampouco às mazelas sociais.

Corroborando, Alvim e Castro (2015) concluem que,

quando pensamos em modelos ampliados de clínica, como por exemplo, uma clínica do trabalho ou uma clínica na comunidade, temos em vista processos grupais que se formem como coletivos, acreditando que para além de atribuir o sofrimento ao psiquismo é necessário promover um diálogo intersubjetivo (p. 44).

Como é observado, o manejo clínico está presente em diversas modalidades de atuação da prática psicoterapêutica com intervenções específicas, dentre elas: o plantão psicológico, aconselhamento, psicoterapia de curta duração, orientação psicológica online e grupos.

Destaco a psicoterapia breve de grupo gestáltica como uma das estratégias possíveis para o trabalho com casais em situação de violência conjugal, já que, para a construção do conhecimento científico na área e compreensão do fenômeno, aspectos fundamentais deixam de ser observados e analisados quando ambos os protagonistas da situação são abordados isoladamente, e são insuficientes para responder à demanda que continua crescente. A psicoterapia breve de grupo com casais contempla a proposta inicial desta pesquisa, em propor uma abordagem da clínica em consonância com um enfoque social.

O grupo configura-se, então, como um espaço para a vivência de sentimentos, para o exercício da capacidade de tolerar diferenças, para a reflexão, para experimentação de novas atitudes com o outro, para o aprendizado dos direitos enquanto sujeito existente socialmente e para o estabelecimento de relações solidárias pautadas no cuidado e autocuidado.

A psicoterapia de grupo desenvolveu-se exponencialmente após a II Guerra Mundial, quando psiquiatras e psicanalistas, inseridos no contexto hospitalar, realizaram esse novo tipo de tratamento, visto que era grande o número de pacientes que precisavam de assistência, em relação a um número pequeno de profissionais para atendê-los (SANTOS, 2005; ZIMMERMANN, 1971).

Os dados históricos referem que o médico Joseph Henry Pratt, em 1905, na cidade de Boston (EUA), iniciou um método de trabalho de cunho psicológico que contava com a organização de grupos de vinte a trinta pacientes com diagnóstico de tuberculose, que se reuniam uma ou duas vezes por semana para ler textos sobre formas de cura ou dar suporte ao que se referia ao diagnóstico (BORIS, 2014; RIBEIRO, 2013; SANTOS, 2005; ZIMMERMANN, 1971).

A metodologia de trabalho originou-se nos EUA; contudo, a Europa configurou-se como um *locus* fundamental para a definição do que hoje conhecemos enquanto psicoterapia de grupo. Em 1910, Jacob Levy Moreno cunhou o nome *psicoterapia de grupo*, em Viena, através da criação do “Teatro do Homem Espontâneo”, no qual uniu o psicodrama e a representação de papéis, através do recurso situações-problema, para possibilitar a conscientização e resolução dos conflitos. Para tal, Moreno utilizava-se da dramatização de experiências, expectativas, sonhos e fantasias do paciente com a colaboração dos membros do grupo ou de outros profissionais (ALBUQUERQUE, 2011; BORIS, 2014).

Outros nomes fundamentais como Alfred Adler, Trigant Burrow, S. R. Slavson, Kurt Lewin, S. H. Foulkes e W. R. Bion ajudaram a difundir a Psicoterapia de grupo nas mais variadas linhas e abordagens, adotando diferentes formas de trabalho quanto a modelo, estrutura, objetivos, tipos de grupos e indicação (BORIS, 2014; RIBEIRO, 2013; SANTOS, 2005; TELLEGEN, 1984).

Referencio Kurt Lewin e S. H. Foulkes como grandes influências para o trabalho com grupos em Gestalt-terapia. Lewin (1978), psicólogo social, dedicou-se aos estudos das relações entre vida grupal e liderança, dando ênfase à “dinâmica de grupo”. Para o autor, o grupo é compreendido a partir do conceito de campo, onde há uma interligação entre o sujeito e o meio social no qual está exposto. Configura-se assim, como uma totalidade integrativa, opondo-se ao entendimento da mera reunião de indivíduos, formando seus próprios processos, afetando e sendo afetado pelas partes diversas e constituindo-se único.

Outra importante contribuição de Kurt Lewin para a construção metodológica da psicoterapia de grupo foi a criação dos denominados T-groups, que surgiram a partir da difusão da dinâmica de grupo. Neste tipo de trabalho, o objetivo era alcançar a capacitação de pessoal, configurando-se num caráter psicopedagógico. A novidade metodológica dos T-groups era oferecer “terapia de grupo para normais”, por meio da tentativa de nivelamento no repasse dos conhecimentos, alcançando, assim, uma demanda de formação que geralmente é oriunda das áreas educacionais e de desenvolvimento organizacional (ALBUQUERQUE, 2011; BORIS, 2014; TELLEGEN, 1984; YALOM; LESZCZ, 2006).

Foulkes (1976) foi o fundador da psicoterapia de grupo analítica; trabalhou durante a II Guerra Mundial e desenvolveu o tema da transferência nas relações grupais. No entanto, apesar da psicanálise ser a base do trabalho, este fazia uso da filosofia fenomenológica, da teoria de campo e da Psicologia da Gestalt para a compreensão da dinâmica grupal (BORIS, 2014; RIBEIRO, 2007). Em Gestalt-terapia, Ribeiro (1981, 2007) debruçou-se sobre a teoria de Foulkes, dando ênfase aos estudos da resistência grupal e da articulação da metodologia com

os conceitos Gestálticos.

Assim, considero que a dimensão histórica do trabalho com grupos ajuda a situar a evolução do manejo neste tipo de intervenção. No tópico seguinte, apresento a influência do prisma fenomenológico existencial que gerou uma modificação na forma de perceber o sujeito e conseqüentemente na facilitação da prática grupal.

### 3.1 PONTO DE VISTA FENOMENOLÓGICO EXISTENCIAL SOBRE GRUPOS

Avançando no desenvolvimento histórico do trabalho com grupos, destaco a inserção do ponto de vista fenomenológico existencial, mencionando que a inspiração direta e indireta na composição dos sistemas teóricos e metodológicos clínicos foram, entre outras, as contribuições filosóficas de Husserl e Heidegger. Sendo, inicialmente, a principal modificação na psicologia a inclusão de “uma nova postura para inquirir os fenômenos psicológicos: a de não se ater somente ao estudo de comportamentos observáveis e controláveis, mas procurar interrogar as experiências vividas e significados que o sujeito lhes atribui” (BRUNS, 2011, p. 69).

Este novo prisma dá ênfase para a relação *sujeito-objeto-mundo*, valorizando a noção de totalidade e subjetividade por meio da compreensão de que não existe uma consciência pura, isolada e/ou desvinculada de algo para ser percebido, e sim uma consciência que é para algo ou alguém, ou seja, uma consciência que intenciona e que atribui significado. Desse modo, embasada na epistemologia existencial-fenomenológica, a clínica torna-se um espaço de intensa transformação (BRUNS, 2011; HOLANDA, 2012).

Tais contribuições favoreceram, também, modificações nas atitudes do psicoterapeuta diante do cliente, apresentando-se com uma atitude de compreensão, de apreensão do ser humano em suas várias possibilidades de existência. Com este tipo de postura compreensiva, a atuação passa a ser a de um autêntico facilitador e promotor da emergência da existência do cliente (HOLANDA, 2012).

Vale mencionar, nesta mesma perspectiva filosófica, a contribuição de Rogers (1970), que foi o criador dos “grupos de encontro”, forte referência para o trabalho de psicoterapeutas grupais de diferentes abordagens. A proposta Rogeriana era de uma metodologia não diretiva, buscando o crescimento pessoal, estimulando a comunicação e o desenvolvimento das relações interpessoais, por meio do encontro autêntico entre os membros do grupo. Nos grupos de encontro, a postura do facilitador é pautada nos conceitos da compreensão empática e da aceitação incondicional dos participantes (ALBUQUERQUE, 2011; BORIS, 2013; YALOM;

LESZCZ, 2006).

Fazendo uso da mesma epistemologia filosófica, a Gestalt-terapia, cujo trabalho desenvolvido teve início com o precursor da abordagem, Frederick Perls, em meados de 1960, tinha como proposta inicial o trabalho individual em grupo, objetivando a mudança pessoal através da promoção da tomada de consciência do indivíduo em reconhecer seus recursos próprios. Neste modelo, um participante era convidado a trabalhar diretamente com o facilitador, onde este se concentrava nas incongruências óbvias, na atitude não verbal e nas evitações dos sentimentos apresentados, enquanto os outros membros só faziam considerações no final (BORIS, 2013).

Foi a partir deste formato que a abordagem Gestáltica se tornou conhecida como um referencial psicológico que prima, fundamentalmente, pelo uso de técnicas, já que, em jornadas de Workshops realizadas neste período por Perls, era comum o uso de técnicas e experimentos para a estimulação do trabalho com participantes do grupo (CIORNAI, 2016; COHN, 1980; POLSTER; POLSTER, 2001; TELLEGEN, 1984).

Apesar desses limites iniciais, é importante destacar os marcos e influências teóricas na obra de Perls: 1) contribuições da Psicologia da Gestalt, através dos conceitos “todo e parte” e “figura e fundo”; 2) a teoria de campo proposta por Kurt Lewin; 3) teoria organísmica de Kurt Goldstein, que concebia o grupo enquanto um sistema; 4) o psicodrama de Moreno, através das contribuições do teatro; 5) pensamento holístico, através do entendimento de integração. Essas influências são base para o trabalho de psicoterapia em Gestalt, que atualmente rompe com a prática individualista e avança na direção de um modelo ecológico, que prima pela compreensão dos fenômenos a partir do conceito de campo, dando ênfase às relações sociais (ALBUQUERQUE, 2011).

Os modelos desenvolvidos por Tellegen (1984), Ribeiro (1994), Kepner (1980) e Zinker (2001) instituem uma proposta gestáltica de trabalho com grupos baseada na abordagem sistêmica, a partir da busca pela experiência grupal, da configuração do processo vivido em e com o grupo, e na dinâmica interacional entre os membros. Para Zinker (2007), os pontos básicos fundamentais para a intervenção com grupos são o desenvolvimento da awareness grupal, o contato ativo entre os participantes e o uso de experimentos interativos.

Para Ribeiro (1994), a psicoterapia de grupo tem como fundamentação básica a fenomenologia e a teoria de campo. Para ele, o grupo constitui-se como um *processo grupal*, ou seja, é uma unidade complexa que vivencia um movimento existencial com sentido de mudança através da relação que cada membro do grupo vivencia com ele.

Assim, na proposta interventiva para a configuração desta tese, tais influências foram

fundamentais para a composição do manejo com o grupo de casais.

### 3.2 A INTERVENÇÃO CLÍNICA

O trabalho de intervenção clínica proposto nesta tese integra três modalidades de atuação psicoterapêuticas: 1) grupos; 2) casais; e 3) psicoterapia breve<sup>3</sup>. Ao agregar a psicoterapia breve e casais, na modalidade interventiva com grupos, priorizei fundamentar o manejo clínico a partir dos enfoques teóricos da abordagem gestáltica, dando ênfase para a noção de campo (LEWIN, 1978; ROBINE, 2006; SILVEIRA, 2016).

Ponto que, na modalidade de psicoterapia breve, estima-se que o número de sessões aconteça entre quinze (15) a vinte e cinco (25) sessões, sendo um curto prazo para produzir mudanças em situações claramente definidas (RIBEIRO, 1999; PINTO, 2009). No entanto, considero que tal questão pode ser percebida de modo dinâmico, já que outros fatores, como a configuração do grupo, o compromisso com o trabalho e o modo como vivenciam a experiência, serão pontos fundamentais para o processo de mudança.

Na busca por referencial de atuações voltadas para família, casal e grupos, Silveira (2007) aponta a possibilidade de a intervenção grupal ser sustentada sob o viés gestáltico, sem a necessidade da correlação com a perspectiva sistêmica (TELLEGEN, 1984):

Conceitos como Campo Organismo/Meio, Gestalt, Totalidade, Contato, Fronteiras de Contato, Ajustamento Criativo, Situação Inacabada, entre outros oferecem os recursos necessários para sustentar o trabalho terapêutico com casais e com famílias. Ademais, a utilização do método fenomenológico destacando a importância da experiência presente facilita que a família ou o casal experimente no setting terapêutico suas possibilidades e seus entraves (SILVEIRA, 2007, p. 4).

Corroboramos com a proposta de Silveira (2007), visto que os conceitos gestálticos, claramente, são formas de compreender e dar suporte ao trabalho de psicoterapia de grupo com casais. Assim, para a construção do manejo clínico, faço uso da noção de campo, de contato (fronteiras de contato e evitações) e awareness como aporte pra a fundamentação da atuação clínica.

---

<sup>3</sup> Em Gestalt-terapia (RIBEIRO, 1999; PINTO, 2009), utiliza-se o termo curta-duração ao referir-se à modalidade de psicoterapia breve.

Do ponto de vista de campo e da abordagem gestáltica, esta dinâmica é construída sobre os princípios de ressonância, interconexão, co-construção e co-responsabilidade do que acontece à medida que o movimento se desenvolve, simultaneamente, o que significa que há interdependência entre indivíduos e entre cada indivíduo e a entidade do grupo (DELACROIX, 2013, p. 63, tradução minha).

Dessa maneira, o trabalho com grupos em Gestalt-terapia volta-se para a importância do encontro e do contato entre as pessoas, onde “o contato é uma experiência de comunalidade, comunidade e individualidade. Cada pessoa, independente do que estiver fazendo, é encorajada a se conscientizar de sua parte na sociedade e de seu papel no grupo” (ZINKER, 2007, p. 184).

O processo psicoterápico com casais requer intervenções fundamentadas no entendimento da totalidade que envolve a dinâmica das relações, favorecendo o surgimento da resolução de situações inacabadas que geram tensão na relação dos membros. Sob a perspectiva de Pimentel (2011), a psicoterapia breve com casais

é um dos procedimentos que integram o processo permanente de socialização secundária, isto é uma ferramenta de que a clínica social engajada dispõe para reconstruir as relações de gênero e intragênero com novos signos positivos, que transcendam o masculino e o patriarcado (PIMENTEL, 2011, p. 67).

Para tal, é necessário possibilitar a percepção dos aspectos nos quais há contato e conjuntamente à tomada de consciência das evitações, bloqueios e resistências, para que possam buscar novas formas de atuação no campo, atualizando a forma repetida e obsoleta de relacionar-se (SILVEIRA, 2007).

Ao trazer a noção de campo para o trabalho com grupos em Gestalt-terapia, Delacroix (2013) afirma que é necessário dar atenção tanto para o indivíduo quanto para o grupo, percebendo os sentimentos e emoções que surgem no campo, dispondo-se de modo a identificar constantemente as questões manifestas em nível corporal, verbalmente ou não, percebendo aquilo que mobiliza ou emociona o grupo.

Nessa direção, destacamos o papel do psicoterapeuta, como um membro integrante e participativo do grupo, tendo livre movimentação para estar no centro, estimulando ativamente a dinâmica grupal e atitudes cooperativas entre os participantes do grupo, a partir de uma dimensão de campo (DELACROIX, 2013; CIORNAI, 2016).

Na modalidade de psicoterapia breve, é fundamental estar atento para aquilo que acontece na experiência imediata, principalmente, da relação que está sendo construída de forma clara e direta, percebendo o suporte interno do sujeito para vivenciar situações que

possivelmente emergjam enquanto figura (RIBEIRO, 1999; PINTO, 2009) durante o manejo e também a partir da interação grupal.

Segundo Pinto (2009), os objetivos da Psicoterapia breve são: retomar o equilíbrio pré-existente; superar crise recente e sintomas; facilitar mudanças; melhorar o diálogo ‘eu-mim’; e ampliar o campo de consciência. Agregando a intervenção em grupo com casais, adiciono a facilitação da comunicação dialógica entre os pares.

Para alcance de tais objetivos faço uso de recursos básicos de trabalho com grupos em Gestalt-terapia, propostos por Zinker (2007). São eles: 1) falar em primeira pessoa (para evitar generalizações); 2) responsabilizar-se por si; 3) compartilhar a experiência vivenciada no aqui-agora ao estar no grupo (sentimentos, sensações e percepções presentes); 4) solicitar que fale diretamente com a pessoa a quem se dirige; 5) escutar a experiência dos outros sem tecer interpretações e relações causais; 6) fazer afirmações no lugar de perguntas; e 7) respeitar o espaço psicológico dos outros (ZINKER, 2007, p. 186).

No caso específico do trabalho com casais, dei atenção àquilo que funcionou para cada casal, quais os modos de relacionar-se entre ambos e com o grupo. Para tal, foi necessário inicialmente ouvir livremente aos mesmos. Como afirma Zinker (2007) acerca da postura do terapeuta diante do casal, “como terapeutas, precisamos observar e ouvir por tempo suficiente e experienciar o que está acontecendo com o casal para podermos obter dados suficientes sobre o seu processo e criar intervenções apropriadas ao seu dilema” (p. 187).

Destaco o trabalho de Yalom e Leszcz (2006), que são referências na atuação em psicoterapia de grupo e apresentam os *fatores terapêuticos* presentes no processo grupal, fundamentais para a compreensão da dinâmica e dos benefícios do trabalho em grupo. São eles: 1) *a instilação da esperança* (a vivência do outro é inspiração para meu processo de mudança); 2) *universalidade* (compartilhar de problemas semelhantes ao de outras pessoas); 3) *compartilhamento de informações* (trocas de informações, estratégias e referências úteis); 4) *altruísmo*; 5) *experiências emocionais corretivas*<sup>4</sup> (possibilidade de ressignificar e atualizar situações que estavam cristalizadas); 6) *aprendizagem interpessoal*; 7) *coesão grupal* (o grupo pode configurar-se como um lugar de apoio) e 8) *comportamento imitativo* (facilitar que o indivíduo experimente, mesmo que de forma, efêmera novos modos de interagir).

Assim, os participantes tornam-se conscientes dos lugares que ocupam, passam a perceber sua realidade social e a inter-relação grupal, pois “trabalhar com grupos, ou melhor,

---

<sup>4</sup> Esclareço que não coaduno com a ideia de “correção” a que se referem as experiências subjetivas. Assim, faço uso da palavra e da ação ressignificar como possibilidade de compreensão para tal fator, visto que, ao vivenciar a experiência em grupo, o sujeito pode atualizar formas de atuação no campo.



estar em grupo, é lidar com indeterminação, mutualidade, reconstrução, reconfiguração e principalmente com as surpresas e sustos em todos os momentos.” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 225).

Desse modo, o processo de grupo em Gestalt-terapia objetiva favorecer a autonomia de seus membros. Para tal, é necessário que se configure como um lugar de suporte, acolhimento e possível para a experiência do conflito e da diferença, sendo a confiança mútua pré-requisito da cooperação grupal (BORIS, 2013).

Diante deste cenário compreendo que a psicoterapia breve de grupo com base gestáltica é uma das formas que pode ser utilizadas como estratégia para favorecer a compreensão do campo afetivo de homens e mulheres que vivenciam a situação de violência conjugal, principalmente, relatos que validem a fala dos que praticam o ato violento, na tentativa de dar espaço para que expressem e lidem com seus sentimentos, percebam a responsabilidade de cada um na vivência violenta, bem como refletir sobre a dimensão de reconhecimento de si e do outro como um sujeito de direitos.

## 4 ASPECTOS DA RELAÇÃO CONJUGAL

Nesta seção, descrevo aspectos da relação conjugal através dos estudos de gênero, discorrendo a respeito da condição masculina, e da conjugalidade, com atenção à comunicação nessas relações.

### 4.1 QUESTÕES DE GÊNERO

Ao refletir sob os aspetos que englobam a relação conjugal de casais heterossexuais, é primordial a compreensão inicial acerca do modo como as subjetividades “femininas” e “masculinas” são construídas, já que a conjugalidade requer o encontro de duas pessoas e se configura como um lugar de construção de sentimentos, expectativas e idealizações. Para Zinker (2001, p. 75) o “casal é uma unidade social, cultural e econômica da comunidade”.

Corroborando com essa perspectiva, compreendemos que as condições masculina e feminina são produzidas culturalmente e, assim, antes de se constituir como uma orientação sexual, ou atributos deste ou daquele gênero estão, também, relacionadas ao tipo de poder que a sociedade convencionada, principalmente quando este é referendado por um sistema patriarcal (ROCHA, 2005).

Pondaag (2009) destaca que

A socialização das mulheres passa pela transmissão de valores, de habilidades relacionadas ao exercício da maternidade: o cuidado do outro, a empatia, o alcance do ponto de vista do outro. Por outro lado, a socialização dos homens visa orientá-los para o reconhecimento e desenvolvimento de um lugar de poder, para avaliar e adotar atitudes compatíveis com a consecução de seus objetivos, para sustentar sua própria posição e ponto de vista (p. 26).

Ghilard-Lucena (2008) revela o papel fundamental da mídia, que gera e propaga os sentidos determinantes da forma como os gêneros – feminino e masculino – são vistos pelos indivíduos, considerando que a globalização provoca um impacto que repercute na sociedade descontinuidades, fragmentações, rupturas e deslocamentos, tornando-se primordial que novas identidades sejam construídas. Vinculado a este contexto, levanta-se a reflexão acerca do papel da família e dos arranjos familiares contemporâneos (re-casamentos, unifamílias e famílias homoafetivas), enquanto *lócus* primário no qual as normas e os valores culturais são transmitidos.

A família é uma unidade social que representa os valores, expectativas, papéis e estereótipos da sociedade. Ela ensina os papéis genéricos aprovados culturalmente, tratando meninas e meninos, e reagindo a eles, de formas diversas, defendendo diferentes expectativas para ambos e exercendo pressões sociais, também diferentes, sobre eles. Dessa maneira, produzindo o garoto/homem e a garota/mulher familiares, a família executa uma função decisiva para a sociedade (GOODRICH, 1990, p. 23).

Na tentativa de desconstrução de processos binários que reproduzem atitudes essencialmente femininas ou masculinas é que as teorias feministas buscam arregimentar um conjunto de práticas e atores em favor da igualdade política e de direitos entre homens e mulheres, reivindicando, por exemplo, direito ao voto, ao livre exercício de atividades laborais, bem como reformular a organização da sociedade patriarcal, oportunizando um novo olhar sobre a mulher e mudanças no paradigma familiar. Sobre este aspecto, Walters (1994) afirma que

Apesar do feminismo colocar em debate questões para, e sobre as mulheres, como salário igual, assistência aos filhos e licença-maternidade, sua importância está em seu distanciamento da perspectiva tradicional, dominada pelos homens. O feminismo, particularmente no campo dos sistemas e relações de família, sugere uma nova reflexão sobre convicções, princípios e práticas. Sugere uma procura de novas informações, um diálogo conceitual, uma autocrítica. O feminismo não diz respeito a um problema, um sintoma ou um segmento da nossa sociedade; diz respeito a esta sociedade (WALTERS, 1994, p. 28).

Partindo das reivindicações desses movimentos em favor da mulher é que se inicia o debate acerca do conceito de gênero, com objetivo precípuo de expor a insatisfação e as preocupações sociopolíticas das mulheres contemporâneas da década de 1960 (LOURO, 1997).

O termo *papéis de gênero* foi proposto por John Money em meados de 1955, contudo, o conceito trazia uma conotação “essencialista”, que avançava na diferenciação sexo-gênero, mas, detinha-se na problemática de homens e mulheres brancos. Robert Stoller, em 1968, iniciou estudos sobre subjetividade, dando início a pesquisas que incluíram as diferenciações sexo, gênero, raça e classe, levando em consideração o multiculturalismo e a não universalidade dos sujeitos (PIMENTEL et al., 2010).

Sobre a questão *essencialista* mencionada acima, acredita-se ser importante pontuar com clareza a diferenciação entre sexo e gênero. Desse modo,

O sexo constitui uma categoria biológica que diz respeito à masculinidade e feminilidade. Estereótipos quanto ao gênero são consequências do julgamento

de comportamentos, atitudes e sentimentos, atribuídos como apropriados a um sexo apenas. Todos agimos como se elas, as diferenças naturais, fossem reais, mais do que configurações sociais; esquecemo-nos de que só tem a ver apenas com as diferenças anatômicas (GOODRICH, 1990, p. 23).

Ressaltamos, ainda, que a “ideia” de que homens e mulheres têm papéis a desempenhar pré-determinados biologicamente se contrapõe à premissa da abordagem gestáltica, ampliando a percepção do conceito de gênero, vendo-o de maneira holística e relacional. “A proposta gestáltica está profundamente comprometida com a desconstrução da perspectiva de pensamentos binários” (ROCHA, 2005, p. 208), apresentando, assim, um olhar não apenas psicológico no que se refere a esta temática, mas, uma visão biopsicossocial.

A dimensão analítica corrobora com o entendimento de que as igrejas e partidos científicos há muito foram superados pela atitude e premissa da complexidade. Nenhuma ciência isolada produz conhecimento sobre a humanidade e a natureza, assim, a interdisciplinaridade e o trabalho em equipe são premissas indispensáveis à pesquisa (MORIN, 2011).

O desdobramento dessas reflexões permite deixar de olhar a condição feminina a partir da tese de “verdade universal e essencialista”, que considera a natureza feminina como subjugada ao masculino, sendo esta uma preconização do patriarcado. Inicia-se, então, o processo de “desconstrução” da visão e da prática binária e sexista em relação a sexo/poder (FERREIRA, 2010).

Dialogando com autores da antropologia e sociologia, o conceito de gênero proposto por Scott (1995) o considera como uma categoria analítica, o qual se constitui através das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, e, também, seria a primeira forma de vivência das relações de poder.

A introdução do caráter relacional do gênero levou a uma revisão dos estudos centrados nas mulheres e apontou para a necessidade de estudos sobre as relações de gênero, uma vez que a história das mulheres não pode ser vista separada da história dos homens (ARAÚJO, 2005, p. 42).

Corroborando com esta perspectiva, entendemos a necessidade de compreender e dar voz, também, aos homens que vivenciam a dinâmica conjugal violenta, considerando que a crise da identidade masculina ou a “crise do macho” é um desdobramento dos questionamentos frequentes dos movimentos feministas frente ao papel hegemônico do homem no que se refere à questão sexual e de gênero, a maior inserção da mulher no mundo do trabalho, à divisão de

tarefas domésticas e responsabilidades com os filhos, ao poder, à reestruturação do conceito de família, entre outros, o que tem levado o homem contemporâneo a repensar os modelos de construção de sua identidade masculina, que perpassam, de um lado, por atitudes e valores normativos e, de outro, por pluralidade de modelos, quanto ao gênero e ao papel sexual (ARENT, 1999; JABLONSKI, 1998; SILVA, 2013).

#### 4.2 A CONDIÇÃO MASCULINA

Passos (2008) afirma que, mesmo com diversas conquistas dos movimentos feministas e das mulheres, ainda nos deparamos, no Brasil, com desigualdades de gênero marcantes, que podem ser visualizadas na forma como homens e mulheres são educados. Para o autor, a diferenciação não ocorre por respeito às diferenças, mas, para formar sujeitos desiguais, suscitando estereótipos e papéis a serem desenvolvidos.

Braz (2005) afirma que a subjetivação masculina é baseada na força, no domínio e no machismo, é constituída na complexidade das culturas que criticam e estimulam a manutenção das desigualdades intra e entre gêneros.

No entanto, compreendemos que os homens podem vivenciar não apenas a masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; GROSSI, 2004; WELZER-LANG, 2001), vista como uma oposição ao feminino e uma universalização dominante nas relações entre homens e mulheres, mas, vivenciar a diversidade na “Masculinidades”, conceito proposto por Carrara (1999), constituindo-se, assim, como um marcador de identidade social e que possibilita uma análise mais integradora do processo de constituição da subjetividade do indivíduo. Assim, é importante para a superação de mitos e reformulação da relação interpessoal ativar o diálogo entre mulheres e homens, fomentando a reflexão acerca das atitudes e comportamentos repassados de geração a geração.

O discurso dos homens tem revelado sentimentos de angústia e insegurança frente a estas novas exigências, pela dificuldade em perder o seu modelo tradicional de homem/macho, viril, que não pode “permitir” o julgo da mulher nem ser dominado pela mesma, sendo-lhes atribuídas características como frieza, agressividade, objetividade; e, concomitantemente, uma nova postura, mais aberta e flexível, na qual seja possível compartilhar tarefas até então consideradas essencialmente femininas, lhe é exigida (ARENT, 1999; CONNELL, 1995; FERRAZ; PIRES, 2008; GROSSI, 2004; PIMENTEL, 2011). Infere-se que até a expressão de sentimentos como angústia e insegurança já se deve a essa nova forma de se reconhecer do homem, principalmente, no que se refere às emoções, oportunizando uma resignificação

acerca de si mesmo e nas relações sociais.

No que se refere ao conceito contemporâneo de gênero, utiliza-se a proposição elaborada por Lauretis (1994), por considerá-la mais abrangente. A ideia de *engendramento* proposta pela autora permite pensar gênero como relações de/entre sujeitos engendrados, além de acerrar-se da multiplicidade, do contraditório, do complexo e heterogêneo. Para esta autora, as mulheres se situam tanto dentro quanto fora do gênero ao mesmo tempo, dentro e fora da representação.

Ao fomentar essa forma de entender o conceito de gênero, Lauretis (1994) amplia toda a concepção sobre o assunto que, comumente, se ocupa dos aspectos dualistas. Aponta que este modo de o conceber tende a negá-lo ou essencializá-lo. Sobre este aspecto, Magnobosco (2005) esclarece que,

Ao se situarem dentro e fora, caem por terra as noções de representações de origem, ou seja, todas aquelas que usam de caracteres físicos, espaciais, discursivos, psicológicos para enquadrar ou excluir o sujeito, pela diferença de apenas dois polos. Nem enquadrar, nem excluir, mas en-quadrando, aceitando, e transformando, gendrando e en-gedrando, discursos, corpos, linguagens, etc. Assim, não mais negar ou essencializar o gênero, mas vivê-lo com todas as suas contradições, ideologias, relações de poder, para ai detectar os excessos e as faltas que nos dizem, não das representações, mas dos irrepresentáveis (p. 423).

Desta forma, gênero deixa de ser entendido a partir da *diferença de gêneros*, passando a ser pensando como *relações de gênero*. Esta concepção, como uma categoria para analisar as relações entre homens e mulheres e as condições sociais das diferenças sexuais, propiciou, segundo Machado (2000), um novo paradigma metodológico, pois afirmou a ruptura entre a noção biologicista do sexo e a noção sociocultural, privilegiando metodologicamente as relações e a transversalidade de gênero. Compreende-se que as condições sociais, econômicas e históricas fizeram com que a mulher fosse compelida a desenvolver sua identidade e seu espaço, levando o homem a repensar o seu lugar e sua postura diante da relação matrimonial.

Braz (2005) revela que as investigações sobre o gênero masculino são mais difíceis de realizar. Experiências clínicas de escuta informal e a troca de experiência confirmam tal afirmativa, pois se percebem limites na expressão comunicativa do homem, ou seja, uma dificuldade em revelar o sentido do que sentem e vivem, o que requer a desconstrução da imagem social e, por vezes, da autoimagem, pois, no imaginário cultural, a existência masculina é caracterizada pela virilidade e determinação, entre outras qualidades. Colocar-se e identificar-se como vítima ainda é, para muitos homens, um fato repleto de preconceitos e tabus.

Manter tal imagem possui um ônus que é, na maioria das vezes, um preço emocional muito alto para a manutenção de um perfil de masculinidade. Por reecer desconstruir tal “mito”, por vezes, os homens adoecem de modo psicossomático ou cometem atos de violência contra a mulher ou contra os filhos. Nesses casos, o conflito conjugal pode tornar-se intenso e recorrente, desgastando os vínculos entre o casal, e acarretar a dissolução do casamento.

No Brasil, as marcas do conservadorismo do modelo de patriarcado e da ideologia cristã, presentes em diversos graus na subjetividade masculina e no exercício da paternidade brasileira, remontam ao período colônia; contudo, atualmente, há algumas aprendizagens contidas nas sociabilidades dos homens que favorecem o reconhecimento da autonomia afetiva e sexual das mulheres, bem como um desenho mais democrático da conjugalidade.

Assim, as relações conjugais passam pela necessidade de enfrentar esses desafios, na tentativa de manter-se como um dos arranjos possíveis, permanecendo alguns valores tradicionais, simultaneamente com as mudanças e as transformações apontadas.

#### 4.3 CONJUGALIDADE

A cultura permeada pelo patriarcado é um dos fatores importantes na construção das interações estabelecidas entre os pares, legitimando o poder masculino sobre as mulheres, na repetição e multiplicação de crenças que culpabilizam a vítima, impedindo-a de procurar ajuda ou realizar mudanças em sua vida. Essa visão acerca da violência conjugal parece estar alicerçada sobre a concepção de que este é um fenômeno exclusivamente privado às casas das famílias, dificultando, assim, a ampliação e compreensão das relações violentas, considerando os diversos contextos que envolvem a situação (DOURADO; NORONHA, 2014; LAMOGLIA; MINAYO, 2009; MACHADO et al., 2009; SILVA; COELHO; NJAINE, 2014).

O termo patriarcado refere-se a modos de dominação e controle do corpo, da sexualidade, do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. A forma arcaica está presente na família em que o *famulus* detinha o poder de vida e morte dos agregados e escravos. A forma atual inclui marcadores sociais da diferença como raça, etnia, classe econômica, mantendo a exploração do trabalho das mulheres como um dos símbolos da forma contratual de patriarcado (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995; MACHADO, 2000).

Historicamente, nas relações conjugais dos séculos XVI e XVII, o marido ocupava a posição de superioridade, detendo total poder sobre a vida a dois. O casal exercia seus papéis distintamente; o marido era provedor e a esposa responsável pelo lar e filhos, não havendo questionamentos sobre esta forma, nem se esta relação propiciava satisfação ou não (FÉRES-

CARNEIRO; PONCIANO, 2003).

Ainda segundo as autoras, é a partir do século XVIII que os jovens passaram a valorizar os sentimentos, sendo os aspectos financeiros ou o desejo dos pais na escolha do cônjuge uma possibilidade menor a ser escolhida. É somente no século XIX que o casamento incorpora o amor conjugal enquanto atributo valorizado para a relação familiar e conjugal saudáveis. Conforme ressalta Costa (1979), o amor é, então, capturado como ferramenta de estratégia higienista, e passam a ser levantados critérios para uma escolha de cônjuges saudáveis, associados à procriação.

O foco central da atenção é modificado: enquanto no casamento antigo, a riqueza e a herança eram os pré-requisitos para a aliança conjugal, no “casamento higiênico”, a hereditariedade passa a ser mais importante, o corpo e a vida sexual se sobrepõem à linhagem e a nobreza do nome; a saúde passa a ser um valor. Contudo, vale ressaltar que até a década de 1970, o marido era o chefe da família e detinha total poder, sendo os bens da mulher ainda administrados por este, e, ainda hoje, é possível encontrar modelos conjugais alicerçados sob esta égide.

“O casamento por livre escolha, por amor, é uma possibilidade que só aparece com a transformação do mundo tradicional em capitalista. Surge em circunstâncias nas quais a família se constitui em unidades distintas das unidades econômicas que eram” (D’NICAIO, 1996, p. 67).

Também acerca dos critérios para a escolha do cônjuge, Evangelista et al. (1999) nos revela que “a eleição do objeto amoroso não é algo aleatório, tampouco ingênuo, de acordo com os postulados psicanalíticos, está vinculada a um modelo, seja ele ‘parental’ ou uma idealização de si mesmo” (p. 39). Em adição, Féres-Carneiro (1998), Jablonski (1998) e Walsh (2005) apontam que a busca pelo parceiro e a manutenção do casamento são influenciadas pelas informações que os indivíduos recebem durante toda sua vida, aliando-as aos contextos socioculturais em que vivem, podendo significar, também, uma busca de reconhecimento e valorização social.

Apesar de vivermos em uma época na qual a autonomia é supervalorizada, podemos observar a influência da família nas escolhas individuais. A constituição da identidade pessoal tem como referência a própria história de vida, a identificação com outros significados e a história familiar. Individualizar-se é um imperativo social permeado pelo processo de transmissão entre gerações. Portanto toda construção singular é acompanhada pela marca da continuidade (FÉRES-CARNEIRO; PONCIANO; MAGALHÃES, 2007, p. 23).



Para Trigo (1989), a expressão do amor pelo indivíduo está intimamente relacionada à cultura de cada época, ao grupo social no qual está inserido, sendo perceptível através da palavra e das imagens oferecidas por esta cultura. O convívio grupal é regido por normas que visam estabelecer os papéis e as relações sociais, visto que são nos vínculos e nos grupos, através destes, que os indivíduos percebem-se fazendo parte de uma sociedade, sentem que existem e constituem sua identidade. “Quando nos vinculamos, nos diversos contextos da vida, como o familiar, o profissional, o de lazer, satisfazemos necessidades, realizamos desejos, reajustamos projetos dramáticos e nos desenvolvemos” (NERY, 2003, p. 33).

Desse modo, o casamento passa a ter um novo sentido para o casal, em virtude da proximidade, intimidade e do intenso envolvimento afetivo, configurando-se como “uma escolha individual, responsável e autônoma, baseada em laços de afeto e de afinidade” (FÉRES-CARNEIRO; PONCIANO, 2007, p. 5), no qual a satisfação sexual, o prazer e o amor são pontos fundamentais para a constituição do relacionamento.

Assim, a partir da *desconstrução* dessa crença baseada na concepção de família nuclear, na qual apenas a união heterossexual era legitimada, revela-se, contemporaneamente, um conceito de família nas quais questões igualitárias e de gênero se fazem presentes, respeitando os sujeitos nas suas especificidades e considerando as diferenças, incluindo, assim, a união homossexual enquanto possibilidade de constituição familiar.

Reitera-se que, nesta pesquisa, o casamento é investigado sob a ótica do casal heterossexual, porém, comprometidos com os avanços psicossociais que englobam esta temática, não poderíamos deixar de mencionar a perspectiva homossexual, pois, sobre as formas de união, ao lado do casamento, outras modalidades são vivenciadas. Dentre estas, citamos o Poliamor, uniões estáveis, relacionamento abertos e re-casamentos.

Magalhães e Féres-Carneiro (2003) entendem a conjugalidade como “uma dimensão psicológica compartilhada, que possui uma dinâmica inconsciente com leis e funcionamentos específicos” (p. 2). Para as autoras, a conjugalidade é composta de ideias e valores igualitários, sendo um espaço de construção de sentimentos íntimos, de desejos, de expectativas, de preenchimento e de complementaridade mútua conjugal, características desejadas para um relacionamento.

Sob a perspectiva da abordagem gestáltica, Silveira (2007) considera o espaço conjugal uma totalidade com necessidades emergentes, delimitado por uma fronteira; quando duas pessoas se casam, constroem uma nova totalidade. A fronteira do “nós” ou da conjugalidade estabelecerá os limites do que é vivido em comum.

Dentre essas transformações citadas, verifica-se que o amor se inclui na perspectiva de

uma releitura, baseada na cultura vigente. Sobre este aspecto, Trigo (1989) revela que, “ao mesmo tempo em que o século XX avança trazendo profundas mudanças na ordem econômica e social, as ideologias sobre o amor tornam-se cada vez mais impregnadas de características individualistas e personalistas” (p. 93).

Para Mello (2005), duas características fundamentais marcam a constituição da família conjugal moderna. A primeira refere-se à afirmação da individualidade dos sujeitos na escolha de seus cônjuges, levando em conta os ideais do amor romântico; e a segunda seria uma maior independência dos novos casais em relação à sua família de origem. Esse paradoxo entre a necessidade de estar com o outro e o desejo de preservar a individualidade é bastante estudado nas pesquisas sobre o casamento (BAUMAN, 2004; FERÉS-CARNEIRO, 1998; FÉRES-CARNEIRO; PONCIANO, 2003; GIDDENS, 1993; JABLONSKI, 1998; SILVEIRA, 1998).

Segundo Cardella (2009), a vivência do paradoxo de que o senso de separação possibilita o senso de união e vice-versa, é o grande desafio do casamento na atualidade. Não raro, na vida pós-moderna, os casais vivenciam uma ansiedade entre a vida em comum e os desejos individuais.

Féres-Carneiro (1998) revela que uma diferença entre os casais dos séculos passados e os contemporâneos é que, nos primeiros, os problemas não eram discutidos, minimizando a importância da satisfação no relacionamento. Hoje, ainda que seja de maneira incipiente, já é constatada uma realidade diversa, o que se caracteriza como um avanço imperativo na saúde psíquica do casal.

Esta busca pela qualidade nas relações, que geram os autoquestionamentos, leva o sujeito a optar pela possibilidade do rompimento, caso a relação conjugal não atenda às demandas que considera fundamentais para uma união satisfatória. A forma de cada um lidar com as diferenças do outro e com os conflitos oriundos da relação depende da história de vida dos mesmos, visto que as possibilidades de vivenciar esta experiência podem ser uma escolha saudável ou não saudável.

As pesquisas na área da conjugalidade já apontam para a necessidade de mulheres e homens reconfigurarem, de diversas formas, suas relações, tanto em termos objetivos quanto subjetivos. O cenário configura-se com grandes modificações de valores, de comportamentos e de identidades, desencadeando novos tipos de relacionamentos, muito mais efêmeros, frágeis, superficiais, ausentes de cuidado ao outro, e que podem incluir a violência (FRAZÃO; ROCHA, 2005; LINO, 2009; ROCHA, 2005; VALE; PIMENTEL, 2012).

Destacamos um estudo realizado em 1998 por Silveira, que apontou:

No Brasil, os conflitos conjugais atuais inserem-se no quadro de transformações ocorridas desde o início do século e que se acentuam na década de 1960, quando movimentos sociais decisivos estremecem o modelo matrimonial vigente e trazem conflitos e crises ao relacionamento do casal, cenário bem observado nos dias de hoje. A classe média urbana é sacudida pela emergência de novas regras e novos valores que põem os casais diante de antagonismos, ambigüidades e paradoxos firmados entre a manutenção de um modelo de casamento bem conhecido e a descoberta de outros modelos alternativos (SILVEIRA, 1998, s. p.).

Quase 20 anos depois, verificamos que esse quadro não mudou e se mantém traduzido em dados apontados no *mapa da Violência de 2015*, como já mencionado nesta pesquisa. É fato que, a despeito do que ocorre no namoro, durante o casamento, acontecem mudanças na relação, dentre as quais: a dificuldade de corresponder às expectativas do outro; a desconstrução das idealizações sobre a vida conjugal; as demandas geradas com a chegada dos filhos; e a comunicação estabelecida entre o casal, que tende a mudar, à medida que novos papéis são inseridos na vida de ambos (VALE, 2011).

Diante desse contexto, a dinâmica familiar, com toda a complexidade inerente às relações humanas, reverbera na maneira com que seus membros interagem. A inclusão de todas as demandas que envolvem morar juntos, as questões referentes a finanças, vida sexual, divisão de tarefas domésticas, vida social, o amor, o afeto, enfim, os sentimentos que compõem a interação passam a ser, também, um desafio, já que é um exercício aprender a respeitar e a entender as diferenças e a educar os filhos, dentro das limitações e inabilidades de cada um, o que exige um esforço daqueles que compõem a família contemporânea (FALCETO; VALDEMAR, 2001; LINO, 2009).

Acerca do nascimento dos filhos, a literatura revela que os casais tendem a passar por momentos de dificuldades na adaptação de uma nova configuração familiar, na qual saem do lugar de casal, passando a ser família. Este é um momento permeado por sentimentos paradoxais, pois, convivem com a alegria de conceber um filho e os medos e dificuldades em cuidar do mesmo. Essas demandas físicas e emocionais, geradas a partir do nascimento da criança, podem desestabilizar o casal (FALCETO; VALDEMAR, 2001).

A organização de todas essas necessidades requer mudanças, sendo necessário que ambos cedam, em alguns momentos, em suas questões individuais em prol do coletivo (casal/família). Aspecto confirmado por Ghilard-Lucena (2008), ao afirmar que, tradicionalmente, as pessoas identificavam-se em função do coletivo; na modernidade, o fazem em função da individualidade.

Outro fator muito comum que acarreta crises na conjugalidade se dá quando o

casamento é utilizado como meio para satisfação própria, no qual o outro é visto como objeto na relação ou como o responsável pela felicidade do parceiro (CARDELLA, 2009).

Essas expectativas são comuns, porém, são permeadas por uma idealização excessiva, configurando-se como uma demanda inalcançável, o que sobrecarrega e desgasta a relação. Nesses casos, as decepções podem ser inevitáveis, e os conflitos, bem como o divórcio, se tornarem uma realidade na dinâmica do casal (FALCETO; VALDEMAR, 2001).

Diante dos cenários apresentados, pensar a conjugalidade e o casal na contemporaneidade requer a compreensão da importância de ambos construírem um projeto conjugal comum, sem a necessidade de anulação do outro e/ou de que este seja detentor de suas idealizações e expectativas, já que “a intimidade transcende as complementaridades, as competições pelo poder, os idealismos, as insatisfações, a autossuficiência, as dependências e o individualismo” (CARDELLA, 2009, p. 42).

Assim, num fluxo contínuo de movimento, já que as subjetividades são construídas, não estáticas e transformam-se, a comunicação estabelecida entre o casal configura-se como um fator fundamental para a facilitação dos processos que envolvem a dinâmica conjugal.

#### 4.4 A COMUNICAÇÃO NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

Acerca da comunicação, Oltramari (2009) marca a importância que tal ação desempenha nas relações conjugais, que é o revelar-se ao outro. Esta exposição faz com que se nutra a confiança entre as pessoas, entretanto, ao mesmo tempo em que aproxima, a comunicação pode ser usada como ferramenta de afastamento do casal, através de palavras, gestos ou expressões.

Compreendo que as diferenças e conflitos precisam ser cotidianamente dialogados para evitar que se transformem num abismo intransponível entre os parceiros (DINIZ, 2009). É consenso entre autores (FALCETO; VALDEMAR, 2001; DINIZ, 2009, CARDELLA, 2009; OLATRAMARI, 2009) que, no momento das crises conjugais, é fundamental o uso de estratégias funcionais de comunicação e negociação para resolução de conflitos. Sobre este aspecto, Cardella (2009) pontua que

Alguns casais se comunicam muito bem sexualmente, mas têm dificuldades em se fazer compreender quando conversam e se defrontam com diferenças. Outros sabem conversar por horas a fio, mas seus tabus e conflitos sexuais os impedem de se entregar nessa dimensão da relação (p. 57).

Desse modo, assinalo que não considero apenas a palavra falada como comunicação, e

sim, um conjunto de atitudes que somados à verbalização configuram este conceito; são elas: as ações, os olhares, o que não é dito e a capacidade ou não de escuta ao outro, o cuidado e a horizontalidade no diálogo.

Tais atitudes são motes para a compreensão de uma comunicação dialógica proposta por Freire (1971), ao afirmar que, para haver comunicação, é necessário reciprocidade, não passividade entre ambos, e o diálogo como aquilo que caracteriza a comunicação. Lima (2001) explica tal conceito, ao afirmar que

Freire recorre à raiz semântica da palavra comunicação e nela inclui a dimensão política da igualdade, a ausência de dominação. Para ele, comunicação implica um diálogo entre sujeitos mediados pelo objeto de conhecimento que por sua vez decorre da experiência e do trabalho cotidiano. Ao restringir a comunicação a uma relação entre sujeitos, necessariamente iguais, toda ‘relação de poder’ fica excluída. O próprio conhecimento gerado pelo diálogo comunicativo só será verdadeiro e autêntico quando comprometido com a justiça e a transformação social. A comunicação passa a ser, portanto, por definição, dialógica, vale dizer, de ‘mão dupla’, contemplando, ao mesmo tempo, o direito de ser informado e o direito à plena liberdade de expressão (p. 1).

Considero que a comunicação dialógica é uma das estratégias fundamentais para o alcance de interações mais horizontais dentro da conjugalidade, visto que a reciprocidade, alteridade e o cuidado integram esse modo de dialogar e favorecem a aproximação entre os pares, gerando um sentimento de confiança e parceria entre o casal. Tal proposição está em consonância com a perspectiva de Zinker (2001), ao reconhecer que as pessoas conseguem comunicar melhor o que sentem quando confiam na maneira como o outro irá receber o que será dito. A fala autêntica pode gerar maior intimidade entre o casal, em virtude de expressar as necessidades mais íntimas acerca do relacionamento.

No entanto, as relações atuais, de um modo geral, tendem a não valorizar a escuta. Em minha prática clínica, observo esta como a maior dificuldade entre os casais, sendo que a variabilidade de interferências e de distorções aumenta em virtude do significado pessoal que é dado, tanto por quem comunica, quanto por quem recebe a comunicação.

Dialogando com esta perspectiva, Ribeiro (2013) revela outras formas de interferência que podem ocorrer através da incoerência entre a palavra comunicada e a expressão, gesto ou atitude, ou quando a pessoa só se utiliza de sua percepção, não levando em consideração o sentido do outro, tornando uma via unilateral e fragmentada. Outra ingerência geralmente se dá quando a pessoa que comunica vivenciou sensações ansiogênicas em relação à expressão de sua forma de pensar e sentir, visto que no ato de comunicar, nos deparamos, com o risco da não

aceitação e do abandono.

Para Zinker (2001), o acúmulo de situações não esclarecidas e não ditas tendem a provocar a sensação de insatisfação, o que ocasiona um fechamento ao diálogo, e interrompe a comunicação saudável entre o casal. Nesse contexto, a possibilidade de alcançar um diálogo satisfatório está comprometida e torna-se um paradoxo: de um lado, há o medo da não-aceitação e, de outro, o descontentamento da expressão não espontânea, remetendo a ressentimentos, frustrações e desilusões.

Logo, o vínculo conjugal é abalado, ou porque não se tornou suficientemente estruturado, ou porque foi desgastado ao longo do tempo. Nessas situações, é comum o casal manter a vinculação contratual, pautada na formalização do casamento, mesmo que, afetivamente, já tenha sido rompido. São implicações para que o casamento chegue neste ponto: o afastamento afetivo; a dificuldade em lidar com a rotina, que tende a tornar-se cansativa; e o não investimento em sentimentos como o cuidado, o amor e o companheirismo. Na literatura, são apontados como justificativas o uso de álcool e outras drogas e o desemprego (VALE, 2011).

Ressalto a importância da flexibilidade dos limites estabelecidos para que haja espaço para uma comunicação entre ambos. As relações nos ensinam a renunciar, nascer, crescer e morrer. “Relações lapidam nossas potencialidades para transformá-las em realizações e capacidades. É no atrito, no conflito, no confronto com a diferença que tal lapidação se dá” (CARDELLA, 2009, p. 47).

Em Gestalt-terapia, o conflito é aquilo que causa uma mobilização no campo e impede a emergência de uma figura seguinte nítida e vívida. Dialogando com a temática, acredita-se que este impedimento se dá quando há uma rigidez na fronteira, a qual gera uma barreira no fluxo de interação entre o casal (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

O conceito de fronteira é fundamental para os estudos relacionados ao casamento, visto que o casal precisa compreender quais fronteiras fazem parte da relação estabelecida por ambos, pois cada díade, em sua forma de relacionar-se, possui fronteiras próprias, sendo estas a somatória das fronteiras do “eu” e da fronteira do “nós”, as quais precisam ser fluidas e permeáveis, favorecendo, assim, o contato com as diferenças do outro.

Para lidar com os conflitos sem que casos extremos de violência se configurem como forma de interação, utiliza-se o conceito de ajustamento criativo, na tentativa de oportunizar mais uma estratégia de enfrentamento em tais situações.

O ajustamento criativo no relacionamento conjugal implica flexibilidade na fronteira para experimentar novos contatos. Para experimentar, é preciso ter auto-suporte. O auto-suporte orienta o indivíduo na escolha da atitude mais adequada em determinada situação, a fim de que essa mesma situação seja recriada e re-significada. O auto-suporte, refere-se à capacidade de mobilizar os recursos internos para criar situações novas quando elas se fazem necessárias (SILVEIRA, 1998, p. 45).

Esse autossuporte está intrinsecamente relacionado ao conceito de nutrição psicológica, proposto por Pimentel (2005), a qual, baseada nos constructos psicológicos elaborados por Perls (2002) sobre o metabolismo mental, revela que, quando o sujeito, em sua infância, sente-se amado e valorizado, aprende o senso de autonomia e alcança um refinamento na capacidade de assimilação e rejeição, ao entrar em contato com o meio.

Estudando relações entre a violência psicológica que ocorre entre casais, praticada por meio da linguagem verbal, e a intervenção psicoterápica breve, Pimentel (2011) usa o verbo desestruturar enquanto elemento motivacional, energia para encarar as divergências entre os sujeitos; a satisfação de necessidades básicas (amar, alimentar, dormir etc.) e ir além de uma educação pautada em dualismos.

Esclareço aqui que a *violência* e *desestruturação* são duas atitudes diferentes. A primeira refere-se à aniquilação do outro e a segunda está relacionada à motivação em relação à vida, sendo esta a premissa para o desenvolvimento emocional e ajustamento criativo (PERLS, 1994; PIMENTEL, 2005, 2011; VALE, 2011).

No casamento, destaca-se a importância da criatividade nas relações como ferramenta e estratégia para lidar com a crise conjugal, afirmando-se que a atividade criativa favorece a solução de conflitos que surgem de tempos em tempos, clamando por uma resposta inovadora. Resulta daí a saúde e a renovação. Encontramos, portanto, na atitude criativa, bem como na disponibilidade e aceitação dos sentimentos ambivalentes que emergem no casamento, a tolerância, a frustração e a capacidade de uma relação de alteridade com outro, a possibilidade de uma vida conjugal saudável (SILVEIRA, 1998; ZINKER, 2001).

Assim, os sujeitos tendem a uma interação funcional em suas relações, encontrando recursos para lidar com situações conflituosas e ansiogênicas, que requerem um contato com frustrações, sendo, portanto, este o autossuporte no qual o sujeito encontra nele mesmo os recursos (ajustamentos) para o enfrentamento das problemáticas que surgirem no percurso de sua vida.

Para a análise de relações afetivas, criativas ou adoecidas, consideramos que a filosofia do diálogo encontrada na obra EU-TU de Buber (1977) pode nos oferecer algumas pistas. Para

o autor, a relação humana pode ser fundamentada em duas possibilidades atitudinais: a dimensão Eu-Tu e a Eu-Isso. Duas escolhas que permitem encontrar o outro na relação de maneiras diferenciadas e complementares, sendo a primeira permeada pelo respeito à singularidade do outro em sua realidade existencial e realizada no encontro; e a segunda, entendida como uma relação na qual o outro é percebido como um meio para alcançar um objetivo, um fim. A alternância rítmica dessas dimensões compõe a expressão da intersubjetividade, cuja fundamentação é o diálogo (HYCNER, 1995).

Uma consequência das reflexões buberianas para a *ressignificação* das interações entre homens e mulheres é configurar a superação da assimetria sexual, que marca as relações de gênero. Segundo Cardella (2009), “assim como a vida, pela qual somos responsáveis, uma relação necessita do cultivo de ambos os parceiros para durar e bem durar; mas seu destino transcende todas as tentativas de controlar e determinar os acontecimentos” (p. 57). Individualmente ou enquanto casal, o ser humano passa por crises existenciais, conflitos, pontos de tensão, desafios, dificuldades na comunicação, dentre outros problemas que emergem na tentativa de ter a consciência de si e oportunizar crescimento.

Assim, o casamento mantém sua importância institucional e, concomitantemente, experimenta a necessidade de adaptação para se constituir, ao relacionar-se com famílias de origens distintas, negociarem papéis para conseguir estabelecer uma identidade conjugal. “O casamento não é a solução para os problemas nem está fadado ao fracasso, a despeito de todos os seus críticos e ou defensores. Como toda a empreitada humana, o casamento pode ser uma construção criativa ou um aprisionamento” (CARDELLA, 2009, p. 48).

Partindo desse contexto, visualiza-se que potencialidades e novas possibilidades se abrem para os relacionamentos, em geral, oportunizando o nascimento da autenticidade dos vínculos e da verdadeira parceria humana. Pode-se afirmar que, no casamento, mesmo com um nível alto de investimento, no qual o casal ainda busca a satisfação afetiva, sexual e emocional, o contrato pela tradição vem perdendo espaço, dando lugar a um contrato pela via do desejo de estar junto com o outro, no qual o afeto toma lugar. Portanto, isso favorece a emergência de elementos como o amor, a confiança, o diálogo e a escuta, e, conseqüentemente, uma interação dentro das relações de intimidade mais satisfatória para o casal (OLTRAMARI, 2009).



## 5 PANORAMAS SOBRE A VIOLENCIA CONJUGAL

Entende-se que a violência se apresenta como um fenômeno global, atingindo a vida privada e pública em todos os seus aspectos, de forma visível ou não (CHESNAIS, 1981). Ocorre quando tem a intenção de, deliberadamente, infligir um dano a alguém, gerando um atentado contra a integridade física e psíquica do indivíduo, acompanhado por um sentimento de coerção e perigo (PERRONE; NANNINI, 1998).

Para Maffesoli (1987), é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao combate, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social, não podendo ser justificada e entendida como um processo natural, já que se configura como um ato, um discurso, um instrumento de coerção, tendo como consequência o assujeitamento do outro, quando o controle não pode ser alcançado pelo diálogo e pelo consenso (ARENDRT, 2010). Assim, há violência quando,

“numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” (MICHAUD, 2001, p. 10).

Segundo Arendt (2010), a violência é vista como um instrumento utilizado para o alcance de determinado fim, sendo fenomenologicamente vinculada ao conceito de vigor, o qual é entendido como algo que compõe o sujeito, que é pertencente a ele mesmo, que se apresenta na relação e que tende a provar sua grandeza em detrimento do outro. Assim, não é compreendida como um atributo ou manifestação da natureza humana.

No que se refere à tipologia da violência, Minayo (2006) aponta três modos: a) violência autoinfligida, que é caracterizada, basicamente, por comportamentos suicidas, de autoabuso e de autoviolência; b) violências coletivas, referindo-se a atos violentos que acontecem nos âmbitos macrossociais, políticos e econômicos; e c) violências interpessoais, que referem-se ao âmbito intrafamiliar (sistemas íntimos) e comunitário (macrossociais, políticos e econômico).

A autora também revela as formas de expressão da violência, que podem ser tipificadas através da **violência física**, onde há uso da força para produzir feridas, dor ou incapacidade em outrem; **violência sexual**, através do ato ou jogo sexual dentro de relações hetero ou homossexuais, que visa estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual por meio do aliciamento, agressões físicas ou ameaças; e no formato de **violência psicológica**,

configurando-se como agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir a liberdade ou ainda isolá-la do convívio social.

Vale ressaltar que a violência psicológica, na qual há trocas de ofensas, palavras que desqualificam o outro, humilhações, falta de atenção a questões afetivas e materiais, descaso, dentre outros possíveis atos que repercutem em uma violação à autoestima, autoconceito e autoimagem do sujeito, é a mais usualmente infringida e se manifesta em todos os outros tipos de violência, interferindo na saúde mental, afetando a integridade física, moral e social do sujeito (FERREIRA, 2010; HIRIGOYEN, 2006; IZUMINO, 1998; MINAYO, 2006; PIMENTEL et al., 2010; SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Na especificidade da violência entre gêneros, a partir de 1990, com o desenvolvimento dos estudos feministas, o termo “violência de gênero” passou a ser utilizado por ser considerado como um conceito mais amplo que “violência contra a mulher”, visto que abrange não apenas as mulheres, mas, também crianças e adolescentes, objeto da violência masculina, que no Brasil é constitutiva das relações de gênero e produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995; ARAÚJO, 2003).

No entanto, tal proposição ainda reduzia a conceituação do termo ao dilema da vitimização da mulher, vista como passiva em detrimento da dominação masculina, considerado ativo nas relações, e não considerando os processos de subjetivação e a diversidade sexual. Desse modo, em consonância com os estudos de relações de gênero, atualmente, o termo “violência de gênero” compreende a violência perpetrada pelo homem contra a mulher, a violência praticada pela mulher contra o homem, a violência entre mulheres e a violência entre homens (ARAÚJO, 2003; ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004; DEBERT; GREGORI, 2008). É também muito usado como sinônimo de violência conjugal, por englobar diferentes formas de violência envolvendo relações de gênero e por ser cometida entre os atores que compõem o vínculo íntimo estável entre parceiros e parceiras.

Nesse sentido, a vivência grupal, sobretudo hoje - quando vivemos um cotidiano de relações fugazes, superficiais e impessoais - provê um espaço e um tempo para o cultivo de relações significativas, nutritivas e enriquecedoras. Em oposição ao anonimato e à indiferença vivenciados nas ruas e nas comunicações virtuais, o contexto grupal oferece a possibilidade de presença e inteireza, validação, pertinência e vínculos de solidariedade. E, também, de empoderamento, pois o grupo unido pode fazer reivindicações e ações sociais conjuntas em situações nas quais o indivíduo, sozinho se vê pequeno e impotente (CIORNAI, 2016, p. 185).

No Brasil, a violência doméstica contra mulheres e entre os cônjuges configura o maior percentual de casos notificados (WAISELFISZ, 2015). Percebo, assim, na forma de interação entre os sujeitos, que os papéis desempenhados são pautados numa relação na qual o outro é utilizado como um meio para um fim, sendo tratado como objeto, e indiferente à sua pessoalidade, não havendo espaço para um encontro genuíno, pois não considerar a singularidade impede de vê-lo como pessoa que compõe a relação (VALE; FERREIRA, 2011).

Segundo Bauman (2004), “a facilidade do desengajamento e do rompimento (a qualquer hora) não reduzem os riscos, apenas os distribuem de modo diferente, junto com as ansiedades que provocam” (p. 13). É neste momento da vida compartilhada entre o casal que emerge a possibilidade de o casamento se tornar um lugar de opressão e aniquilamento, no qual a violência, em suas várias manifestações, pode apresentar-se.

Pimentel (2011) afirma que “a violência praticada entre os cônjuges é proveniente da ação de várias ideologias: a) capitalista; b) patriarcal; c) científica; d) religiosa; e) estatal” (p. 23). Nesse sentido, a prática da violência conjugal e privada se insere no campo da perspectiva relacional, abrangendo os sujeitos sem distinção de sexo, raça, gênero e qualquer outra identidade social.

Segundo a atualização do *Mapa da Violência de 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*, o país saltou do 7º lugar, em 2012, para o 5º, em 2015, na posição de violência contra mulheres, sendo que os dados referentes ao estado do Pará apontam uma modificação, saindo da 4ª posição em 2012 e avançando para a 10ª em 2015 (WAISELFISZ, 2012, 2015). No entanto, apesar desse avanço em nível regional, ainda é alarmante verificar que estamos entre os 10 primeiros estados do país em mortes de mulheres por situações de violência de gênero.

De acordo com o levantamento dos casos, na população de adolescentes, 23,2% das agressões são cometidas pelos cônjuges, ex-cônjuges, namorados e ex-namorados; no grupo de mulheres jovens, esse número aumenta para 50,2%, quase se equiparando com o valor da porcentagem população de mulheres adultas, que é de 49,8%. Com relação aos homens adultos, os dados demonstram que o percentual cai pela metade (WAISELFISZ, 2015).

A partir da organização dos movimentos sociais feministas e da grande mobilização gerada desde então, foram criadas políticas públicas voltadas para esta demanda, na tentativa de frear casos desta natureza e impedir que estes reincidam, como é o caso da criação da Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006), denominada Lei Maria da Penha, que, ao ser sancionada, respaldou legalmente as instituições responsáveis em dar proteção e oferecer atendimento às mulheres, como as Delegacias da Mulher (DEAM), Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica, Núcleos de Atendimento Jurídico à Mulher,

Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), casas de passagem e abrigos para mulheres.

No entanto, “apesar das conquistas alcançadas pelo movimento de mulheres, a violência conjugal ainda hoje se apresenta como prolongamento dos processos de exclusão sofridos por essa categoria em nossa sociedade” (CORTEZ; SOUZA; QUEIRÓZ, 2010, p. 229). Segundo Couto e Schraiber (2005), em saúde pública, a temática da violência masculina no espaço privado só repercutiu, efetivamente, após as mudanças de perspectivas no que se refere à morbimortalidade entre homens e mulheres.

Foi através das teorias feministas e das análises sobre a violência masculina na vida pública que se iniciou a compreensão de que homens e mulheres, ainda que de diferentes formas, vivenciam problemas de saúde decorrentes da violência conjugal, corroborando com a perspectiva de que o homem também pode sofrer violência, já que mulheres e homens podem ser igualmente abusivos em seus relacionamentos. Corroborando com essa perspectiva, Bélanger, Mathieu e Brisebois (2013) propõem que

[...] nós devíamos olhar para além das formas tradicionais de investigar a violência conjugal e tentar entender e explicar o problema levando em consideração que homens e mulheres podem se revezar nos papéis de vítimas e perpetradores de violência (p. 858).

Os estudos admitem articular a compreensão do tema a estratégias de atuação e cuidado aos sujeitos envolvidos na situação de violência, o que configura uma perspectiva integradora (ALVIM; SOUZA, 2005; LAMOGLIA; MINAYO, 2009; SILVA; COELHO; NJAINE, 2014). Os achados do levantamento da busca sistemática realizada, indicam que foi através da perspectiva feminista relacional e das análises sobre a violência masculina na vida pública que foram geraram questões voltadas a ambos os cônjuges na produção do convívio violento, mediadas pelas construções sociais de gênero, possibilitando, assim, a compreensão de que homens e mulheres, ainda que de diferentes formas, vivenciam intenso sofrimento psíquico, prejuízos na qualidade de vida e problemas de saúde decorrentes da violência (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005; GOMES et al., 2012; NASCIMENTO et al., 2014; OLIVEIRA; GOMES, 2011; PAIXÃO et al., 2014; ROSA et al., 2008; VIEIRA; PERDONA; SANTOS, 2011).

Esse cenário revela serem fundamentais investimentos em aspectos culturais que considerem as questões de gênero para extinguir a desnaturalização da violência, bem como a necessidade de investimentos que alcancem mais do que o viés criminalizante da Lei, uma vez

que nela, e também em outras políticas, há pontos voltados à educação, saúde e prevenção, os quais, ignorados, impedem que medidas mais adequadas sejam tomadas para o enfrentamento da violência conjugal.

Oliveira (2011) utiliza o referencial fenomenológico a partir da perspectiva de Heidegger, com o objetivo de compreender o significado do vivido da denúncia de violência imputada pelo companheiro contra a mulher. Demonstra que a possibilidade de denunciar o agressor e identificar uma nova dimensão do existir no mundo transforma o processo de decisão da denúncia numa vivência permeada por modos de ser impróprios, experiências e sentimentos diversos, empoderando esta mulher e, conseqüentemente, favorecendo a ruptura com o ciclo de violência instalado na cotidianidade.

Sob outro ponto de vista, Oliveira (2011) ouviu “agressores” masculinos para compreender o fenômeno da agressão sob a ótica deles, reconhecendo seus sentimentos; e para identificar alternativas de enfrentamento à violência conjugal no âmbito da atenção primária à saúde. O estudo aponta para a necessidade de ações que promovam à saúde e que compreendam a violência conjugal como um problema cuja magnitude impõe estratégias de enfrentamento que ultrapassem o limite do mero encaminhamento legal (SILVA, 2012; RAMOS; SANTOS; DOURADO, 2009).

Considerando a importância da denúncia e a necessidade de também ouvir os “agressores” para uma compreensão mais aprofundada do tema, Silva, Coelho e Njaine (2014) apresentam a análise das motivações da violência conjugal a partir do depoimento do casal e/ou dos envolvidos, incluindo assim, a ótica do homem acusado de praticar a violência. Os resultados indicaram que existem diferentes percepções do homem diante da situação em que foi acusado, dentre elas: a negação do ato violento, a culpabilização da mulher e a sua desqualificação. Estes dados demonstram que há uma banalização da violência quando não há um reconhecimento do agressor de que o ato cometido por ele é um ato violento. Boris (2004) revela que

O sistema patriarcal desenvolveu um meio opressivo e violador pelo qual muitos homens, ainda hoje, continuam sendo socializados, o que produz seres mutilados, incapazes de integrar suas heranças paterna e materna, masculina e feminina, ativa e passiva, adotando um processo de diferenciação rígido e unilateral, voltado unicamente aos atributos viris (BORIS, 2004, p. 194).

Confirmando as pontuações de Oliveira (2011) acerca da necessidade de enfrentar a violência conjugal para além da perspectiva essencialmente punitiva, Dutra (2011) objetivou

configurar a rede social das mulheres que vivem em situação de violência doméstica, por meio da identificação das estruturas e dinâmica relacional presentes. A pesquisa conclui que as instituições e os profissionais podem exercer um papel fundamental para que a mulher saia do ciclo de violência, à medida que estes se articulam em uma rede em que o fluxo possibilite o compartilhamento da oferta de serviços e conhecimentos, pois se identificou que o cotidiano das mulheres é constituído de inúmeras estratégias para superação e enfrentamento das situações de ameaça e violência.

A violência infringida à mulher pelo parceiro impossibilita a manutenção dos vínculos que haviam antes da vida conjugal e impede que esta estabeleça novas relações, colocando-a em uma situação de isolamento e fragilidade.

Sobre estes aspectos, Silva, Coelho e Njaine (2014) afirmam que é pela inexistência de políticas públicas que ofereçam uma atenção à violência conjugal, incluindo homens e mulheres no atendimento, que se incumbe às delegacias o papel de punir e coibir as agressões. Este fato permite refletir o papel fundamental de outros setores e instituições, como o da saúde, na mudança desses tipos de contextos e na diminuição da mortalidade de homens e mulheres em situação de violência conjugal.

Acerca dos impactos na vida da mulher em situação de violência conjugal, Miranda (2011) chama a atenção para os prejuízos gerados na saúde, no trabalho e na família da mulher agredida fisicamente, e conclui que estes diminuem a capacidade da vítima de buscar socorro e dificultam a interrupção do ciclo da violência, já que a vergonha e o medo de represália por parte do companheiro dificultam o acesso desta mulher à assistência médica.

Além dos agravos visíveis decorrentes da violência física, a violência conjugal está relacionada com aspectos da saúde mental e com o aborto provocado, dentre outras sequelas que geram danos físicos e psicológicos nas mulheres (Gomes et al., 2014).

Sobre esse ponto, Alvim e Souza (2005) advertem que as repercussões podem apresentar-se desde alterações no peso, reações corporais no momento da agressão, impactos na vida sexual, até sequelas psicológicas mais graves, podendo chegar à internação psiquiátrica. Apontam, também, os danos psicológicos causados aos filhos que vivenciam os conflitos do casal e revelam a possibilidade de tentativa de suicídio entre os cônjuges.

O caráter invasivo das agressões gera marcas físicas e emocionais que repercutem a curto e longo prazo na vida das mulheres, já que impacta o sentimento de identidade e a depreciação da autoimagem, gerando sofrimento psíquico e danos à autoestima. Em alguns casos, a mulher, na tentativa desesperada de romper com o ciclo de violência, tende a cometer violência autoinfligida (DUTRA, 2011; DOURADO; NORONHA, 2014; GUEDES; SILVA;

FONSECA, 2009).

Desse modo, considero fundamental que a violência conjugal seja reconhecida como um fenômeno multifacetado e diretamente ligado à saúde, já que resulta em prejuízos no processo saúde-doença da mulher. Faz-se necessário atentar para os limites no modelo de atenção biomédico que ainda predomina nos serviços de saúde, o qual gera barreiras para lidar com a complexidade que envolve o tema, pois os profissionais de saúde suspeitam de violência privada diante, apenas, das sequelas físicas, o que denota uma formação tecnicista e de valorização, essencialmente, de aspectos clínicos (ALVIM; SOUZA, 2005; DINIZ et al., 2004; DOURADO; NORONHA, 2014; GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009).

Esse fato ainda é presente nos serviços de atenção à saúde, em função dos profissionais da área primarem pelo atendimento curativo e medicamentoso, não questionando a mulher vítima de violência acerca do fator que ocasionou a lesão, indicando uma assistência fragmentada, pois a lesão física denota uma pequena mostra da complexidade de sequelas geradas pela violência conjugal.

São fundamentais a ruptura com o modelo hegemônico de assistência à saúde e a inclusão das esferas política, ideológica, cultural e social na compreensão desse fenômeno, para que, assim, seja possível alcançar transformações (GOMES et al., 2013; GOMES; ERDMANN, 2014; GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009). Outro aspecto importante é que ainda não há um reconhecimento pela sociedade de que os profissionais de saúde sejam referência para suporte em situações de violência conjugal.

Bruschi et al. (2006), em pesquisa realizada com mulheres que vivenciaram a violência na conjugalidade, concluem que “os profissionais de saúde não foram reconhecidos pela comunidade como possível fonte de ajuda ou orientação em questões de violência conjugal” (p. 263). Portanto, é fundamental criar ações preventivas para modificar essa realidade, conscientizando a sociedade do papel dos centros de saúde e tornando-os um lugar de acolhimento a esta demanda.

Na tentativa de compreender e investigar a importância de o profissional de saúde estar atento para possíveis atendimentos oriundos de situações de violência conjugal, Gomes e Erdmann (2014) revelam que a maior dificuldade está no fato dos profissionais não reconhecerem o agravo à mulher, sendo que o trabalho em rede ainda é desafiador para o enfrentamento do fenômeno.

Ainda no que se refere à não identificação da violência pelos profissionais de saúde, é consenso entre os autores que tal fenômeno ocorre em função da lacuna de disciplinas relacionadas ao tema nos projetos pedagógicos pós diretrizes curriculares dos cursos, por não

considerarem a violência conjugal como um objeto de estudo da área da saúde (DINIZ et al., 2004; GOMES et al., 2013; VIEIRA; PERDONA; SANTOS, 2011).

Observa-se, também, que as crenças desses profissionais são fatores que podem limitar a percepção durante o atendimento de um quadro que envolva a violência, já que, geralmente, são permeadas pela perspectiva cultural patriarcal (MACHADO, 2009). Vale pontuar que esta perspectiva é corroborada pelos estudos em países como a Colômbia, México e Angola (AGOFF; RAJSBAUM; HERRERA, 2006; LEIVA, 2015; OCAMPO OTÁLVARO; AMAR, 2011; RAMÍREZ-RODRIGUES; ARIZA-SOSA, 2015).

Em pesquisa desenvolvida na Angola, Nascimento et al. (2014) descrevem detalhadamente os desafios para a rede de serviços na atenção à saúde no referido país, que envolvem, dentre outros: a necessidade de sensibilização dos gestores e formação dos profissionais sobre o tema; inclusão dos agressores e a garantia de profissionais capacitados e suficientes para orientar e ajudar os casais a solucionarem seus conflitos sem recorrerem à violência; e promoção de mudanças nas concepções e práticas dos profissionais de saúde, a fim de desnaturalizar valores culturais relativos à mulher e à violência, promover uma atenção de saúde, em que as usuárias dos serviços possam ter um atendimento qualificado e humanizado.

Apesar de, no Brasil, já termos alcançado muitos avanços teóricos acerca da rede de atenção básica à saúde, considera-se que os desafios citados na pesquisa acima ainda são pertinentes à realidade brasileira. Embora já contarmos com a Lei 10.778/2003, que estabelece a notificação compulsória, e com a Lei Maria da Penha, que é uma política pública voltada para a mulher em situação de violência, na prática, ainda é necessário muito para progredir, principalmente, no que se refere à desnaturalização desse tipo de violência.

No que tange à atuação do psicólogo em saúde, no atendimento em situação de violência conjugal, os trabalhos encontrados direcionam-se para o acolhimento à mulher (HANADA; D'OLIVEIRA; SCHARAIBER, 2010; GOMES et al., 2014).

Nos estudos de Hanada, D'Oliveira e Scharaiber (2010), o enfoque pesquisado contemplou a inserção dos psicólogos na rede intersetorial de serviços para mulheres em situação de violência, incluindo os serviços de saúde, policial, psicossocial, de abrigo e orientações básicas. Os autores afirmaram que, em todas as categorias de serviços, o profissional de psicologia era solicitado e estava presente, sendo, geralmente, chamado para atender casos relacionados à violência de gênero, doméstica e/ou intrafamiliar, prestando assistência a casais, mulheres e crianças que sofrem esse tipo de violação de direitos.

Outro aspecto pontuado na pesquisa referiu-se à atuação em capacitações e na supervisão de profissionais da rede. Os autores revelaram que existem indefinições no fazer



específico do psicólogo, principalmente, na atuação em serviços de assistência social, o que pode ocasionar impasses e entraves nas articulações em rede e/ou gerar inovações no trabalho.

Para Gomes et al. (2014), a atuação do psicólogo no cuidado à mulher em situação de violência conjugal no âmbito da Estratégia de Saúde da Família (ESF) justifica-se pela necessidade de apoio, visto que a demanda oriunda desse fenômeno apresenta comprometimentos relacionados à saúde mental, associados a prejuízos à autoestima.

A pesquisa revela que os profissionais de saúde referenciam para o psicólogo os casos em que suspeitam ou reconhecem como uma situação de violência conjugal, e que o excesso de demanda gera dificuldades para realizar os atendimentos, bem como favorecer ações de promoção e prevenção, como preconizam as premissas da ESF, necessitando, assim, de um maior número de profissionais.

Desse modo, consideramos pertinente aproximar a psicologia de maneira mais efetiva, oferecendo uma estratégia de trabalho que consista em apresentar um contexto de modificações deste cenário.

O fazer do profissional de psicologia nesse âmbito se torna um desafio quando se pretende quebrar um modelo tradicional já instituído da clínica privada, o que advém não apenas das práticas, mas de uma formação acadêmica restrita aos muros da universidade, assim como no que é esperado do(a) psicólogo(a) como profissional, transpondo a atuação clínica para o as políticas públicas sem que haja um filtro e se perceba que a prática se torna descontextualizada e massificada.

As pesquisas (DOURADO; NORONHA, 2014; GOMES et al., 2013; MACHADO et al., 2009) acerca do cuidado à mulher em situação de violência conjugal confirmam tal preposição. Destaco, também, a forma naturalizada como as mulheres agredidas referem-se ao homem autor de violência ou, até mesmo, à agressão física, o que dificulta a identificação do caso como oriundo da violência conjugal.

Para além das questões já apresentadas nesta tese, pontuo que a dinâmica conjugal violenta se torna, muitas vezes, o único modo do casal vivenciar a conjugalidade, a partir de padrões relacionais, nem sempre conscientes, mas que os impedem de ver outras formas de interação. Não raro, ouvimos questionamentos que colocam a mulher sob condição de submissão por não reagir diante das atitudes violentas do marido e escolherem, mesmo assim, manter-se na relação conjugal. No entanto, sabe-se que

A rigor, não é fácil, para uma mulher, romper com a relação amorosa sem auxílio externo. Todavia, as mulheres sempre reagem contra o agressor, das

mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros, mas, é importante frisar, existem, se não em todos os casos, pelo menos na maioria esmagadora deles (SAFFIOTTI, 2001, p. 120).

Geralmente, essas mulheres compreendem a atitude violenta como demonstrações de afeto, carinho, ciúmes e até mesmo de cuidado, ou significando tal fato como sendo parte da “personalidade masculina”, o que dificulta o reconhecimento da violência e possibilidade de romper com tal dinâmica.

Compreender as razões que levam algumas mulheres a não ter uma reação decisiva diante da violência e a não romper o vínculo amoroso não implica em considerar que deixar o relacionamento seja o melhor caminho. Nem significa tampouco que elas devem se conformar com sua condição de vítimas. Implica em reconhecer que é difícil e complexo buscar mudança (PONDAAG, 2009, p. 27).

Na sociedade moderna, verificamos que a liberdade, o respeito pela individualidade e o acolhimento nas diferenças, nos acordos e contratos conjugais tendem a contribuir para relações saudáveis nas quais a construção mútua, o senso de responsabilidade e de compromisso consigo e com o outro se fazem presentes, sendo a confiança um elemento fundamental para que os casais consigam levar adiante projetos conjugais no momento atual, em que a não-durabilidade das relações afetivo-sexuais e a fragilidade dos vínculos são encontradas. Este elemento não antecederia a relação, mas seria construído com o outro de forma processual e de autorrevelação.

## 6 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O percurso teórico-metodológico que configurou a construção desta tese foi de orientação qualitativa fenomenológica hermenêutica. Tal estudo está inserido na linha de investigação *Fenomenologia: teoria e clínica*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA, e em consonância com as pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos Fenomenológicos (NUFEN), credenciado no Diretório de Pesquisas do CNPq, desde 2002, no qual estou inserida, na condição de pesquisadora.

Este tipo de pesquisa considera a subjetividade, tanto do pesquisador quanto dos participantes, e o fenômeno, abrangendo o contexto no qual se manifesta (MINAYO, 1992; HOLANDA, 2006). A ênfase é dada para os estudos do fenômeno em si, através da *manifestação* deste e os *sentidos* que se apresentam a partir da linguagem, discursos, textos e da apreensão de significados. Sobre esse aspecto, Josgrilberg (2017) elucida:

“O que se manifesta” na fenomenologia é o que a fenomenologia entende por “real”. O que aparece é necessariamente correlato de um ato intencional e tudo o que se manifesta se manifesta como fenômeno ou a realidade enquanto percebida. E toda manifestação de algo é a manifestação de sentido. Nada do que se manifesta é sem sentido (JOSGRILBERG, 2017, p. 75).

A questão que norteou esta tese foi “**quais as contribuições da psicoterapia gestáltica breve de grupo com casais em situação de violência conjugal para a construção de uma comunicação dialógica?**”, concebida e realizada para compor uma ação clínica que contribuísse para reduzir um problema coletivo grave: a violência conjugal.

Ao propor, na indagação, o pronome **quais**, evidenciou-se o desvelamento da dinâmica psicológica do grupo estudado, em uma demanda específica, e condições particulares para a formação do grupo: a determinação judicial para a inserção do homem e a livre inclusão da mulher.

Configurou-se, portanto, como pesquisa-intervenção, em virtude de a pesquisadora e os envolvidos na situação desempenharem um papel ativo na compreensão e na busca de formas de atuação diante do problema proposto. Sob este aspecto, compreendo que “na pesquisa-intervenção, a relação pesquisador/objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido” (AGUIAR; ROCHA, 1997, p. 97).

Como já apresentado na introdução desta tese, foi realizada uma busca sistemática em

bibliotecas e levantamento virtual das produções acadêmicas, no portal de teses da Capes e na base de dados SciELO. Observamos que as intervenções voltadas para casos de violência de gênero são da área de serviço social e/ou psicossocial e da área de saúde (DINIZ et al., 2004; DOURADO; NORONHA, 2014; GOMES et al., 2012). Outro fator verificado é que, geralmente, os profissionais tendem a fazer uso do método clínico de atendimento através de uma perspectiva biomédica, ou utilizam-se, como recurso interventivo, da psicoterapia clássica (FREIRE; PICHELLI, 2013; MOREIRA, 2009), sendo as teorias de abordagem psicanalíticas ou behavioristas as mais comuns (HAYES et al., 2011). O enfoque dado aos trabalhos prioriza um olhar dualista e unilateral, onde, de um lado, a mulher é reconhecida como vítima e, de outro, o homem é visto como agressor (GOMES; ERDMANN, 2014; VIEIRA; PERDONA; SANTOS, 2011).

Ao delinear o percurso metodológico a partir de uma compreensão fenomenológica hermenêutica, fiz uso de três pilares: 1) *epistemológico*, sendo as reflexões sobre fenomenologia hermenêutica de inspiração nas obras de Paul Ricouer: *O si-mesmo como um outro* (1991), *Interpretação e ideologia* (1975) e *O discurso da ação* (1988); 2) *clínica gestáltica*, considerando a proposição do casal M. Polster e E. Polster (2001) de compreender a linguagem como uma das mais potentes formas de contato. Para os referidos autores, “a linguagem é potencialmente um dos agentes mais poderosos para o contato. Vigor, colorido, pungência, simplicidade, direção, e outras características da linguagem podem determinar se você atinge a pessoa” (POLSTER, 2001, p. 160); 3) *compreensão da violência conjugal*, a partir de uma perspectiva relacional, integradora e de gênero, já que se trata de um fenômeno multifacetado e com nexos causais complexos (ALVIM; SOUZA, 2005; VIEIRA; PERDONA; SANTOS, 2011; FALCKE et al., 2009).

A epistemologia fenomenológica é o aporte filosófico que balizou a pesquisa, a partir da hermenêutica da linguagem e da análise do discurso proposta por Paul Ricouer, o qual considera que “O sentido de um texto não está por trás do texto, mas à sua frente. Não é algo oculto, mas algo de descoberto. [...] Compreender um texto é seguir o seu movimento do sentido para a referência: do que ele diz para aquilo de que ele fala” (RICOUER, 1987, p. 99).

O autor considera a hermenêutica “[...] a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos” (RICOUER, 1988, p. 17). Essa metodologia de análise enfoca a linguagem em três momentos: ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário. O primeiro, também chamado de ato proposicional, faz referência ao que é expresso verbalmente pelo falante. O segundo, ilocucionário, está ligado aquilo que se faz ao falar, sendo apresentados atos não verbais que acompanham a fala do indivíduo, fazendo-se

identificar pela mímica, pelos gestos, pausas, entonações etc. O terceiro, perlocucionário, está vinculado aquilo que fazemos pelo fato de falar. Para Ricouer (1988), o discurso pode ser entendido a partir de dois polos que o constituem: o discurso enquanto evento e o discurso enquanto significação.

O uso das obras na tese permitiu compreender os percursos subjetivos dos participantes do estudo e desvelar os sentidos dos discursos apreendidos nas narrativas colhidas. A compreensão das histórias e da linguagem se deu pela composição da análise do texto, do enfoque da linguagem, em suas marcas verbais e não verbais, suas significações e sentidos.

Para tal, Ricouer (1991) revela que

[...] toda enunciação consiste numa intenção de significar que implica, na sua perspectiva, a expectativa que o interlocutor tenha por seu lado da intenção de reconhecer a primeira intenção para o que ela quer ser. A interlocução assim interpretada revela-se uma troca de intencionalidade visando-se reciprocamente. Essa circularidade de intenções exige que sejam colocadas no mesmo plano a reflexividade da enunciação e a alteridade implicada na estrutura dialógica da troca de intenções (RICOUER, 1991, p. 60).

As narrativas dos casais expressam o que almejam comunicar, através de um discurso que carrega as marcas da subjetividade constituídas e a intenção implicada na relação estabelecida com o outro, que produzem reverberações tanto naquele que fala quanto naquele que recebe o enunciado. Desse modo, “O discurso coloca em relação as pessoas e dessa relação sempre algo novo acontece. Ele possui um mundo criado, interpretado, que na medida do diálogo com o outro estabelece pontes para a comunicação” (MORAES, 2005, p. 50).

Para Ricouer (1991), tal perspectiva é compreendida a partir da noção de alteridade, ou seja, o homem social relaciona-se e interdepende de outras pessoas para a constituição de sua subjetividade, portanto, “Si mesmo considerando o outro”. Corroborando com essa perspectiva,

[...] A alteridade é um termo cuja semântica se alimenta de uma relação, que, no caso, é uma relação antinômica, a saber, a relação entre o mesmo e o outro. A questão da alteridade convoca, por isso, a força da própria dinâmica da dialética para o interior do processo de pensar, introduzindo nele uma estrutura inquietante, de confrontos e de determinações recíprocas (BREGALDA, 2015, p. 2).

De acordo com Pimentel (2013), a tarefa da pesquisadora é interpretar o texto elaborado, a partir da transcrição do discurso dos participantes da pesquisa. Com isso, a meta da hermenêutica é captar o percurso existencial subjetivo dos personagens, sendo a estrutura

gramatical da língua o veículo para desvelar a concepção de mundo e a obra, temporalmente construída e atualizada.

Também se integra à proposta metodológica a visão antropológica Gestáltica a partir da noção de *Contato*, *Awareness* e de *Intencionalidade da consciência* que emergem na relação estabelecida e nos discursos dos participantes. Tal perspectiva engloba a ampliação da consciência das necessidades individuais, dos modos como se relacionam, do campo no qual estão inseridos e as reverberações psicológicas que são compreendidas levando em consideração o contexto geográfico, a cultura e a história de vida do sujeito (PIMENTEL; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2009).

Na ação clínica, fiz uso da psicoterapia gestáltica de grupo, visando contribuir para a atualização da dinâmica conjugal do casal em conflito, ressaltando a abordagem da comunicação estabelecida entre eles. As intervenções clínicas gestálticas acontecem a partir da percepção do sentido e do significado atribuídos pelo cliente, o que favorece, além da ampliação da consciência, a autonomia do sujeito, novas formas de interação e de lidar com o sofrimento. Corroborando com esta afirmativa, Robine (2006) revela que “a psicoterapia preocupa-se com a mudança; o campo da relação terapêutica será, portanto, o campo do desdobramento de uma estética da mudança” (p. 43).

No que se refere à compreensão da violência conjugal, a análise foi realizada a partir de uma perspectiva relacional, integradora e de gênero, já que se trata de um fenômeno multifacetado e com nexos causais complexos (ALVIM; SOUZA, 2005; VIEIRA; PERDONA; SANTOS, 2011; FALCKE et al., 2009).

A complexidade do fenômeno da violência conjugal é evidenciada pela constituição da dinâmica de interação entre o casal que alimenta e perpetua as características do vínculo violento. A dinâmica da violência conjugal geralmente revela um processo cíclico, relacional e progressivo. É caracterizada como relacional e dinamicamente construída pelos cônjuges, que são coautores do funcionamento do casal (FALCKE et al., 2009, p. 86).

Para aprofundamento da análise do fenômeno de violência conjugal, considero fundamental levar em consideração aspectos como: características psicológicas, as interações interpessoais, o contexto onde o casal se insere, incluindo a comunidade e a cultura de ambos, a rede de apoio e questões referentes à transgeracionalidade (BARRETO et al., 2009).

É importante mencionar que, ao realizar uma pesquisa interventiva com embasamento fenomenológico, o meu papel como pesquisadora e mediadora do grupo carrega valores, compreensões, medos, angústias e motivações que foram mobilizadas em todo o processo de

construção deste material e na realização do grupo psicoterapêutico. Ponderando que, apesar de não existir a neutralidade neste tipo de pesquisa, realizei a redução fenomenológica como aporte metodológico para o manejo do trabalho com os casais.

A redução fenomenológica é um procedimento adotado para a investigação das vivências na área da fenomenologia. Segundo Forghieri (1993), é constituída por dois momentos: **envolvimento existencial** e **distanciamento reflexivo**.

O **envolvimento existencial** ocorre quando o pesquisador suspende aquilo que conhece sobre o tema que está investigando, dando espaço para a vivência do outro e interagindo espontaneamente e experienciando todo o processo, permitindo ser afetado pelo fenômeno que emerge, intuindo e observando percepções, sentimentos e sensações que reverberam no contato com o outro. Em contrapartida, o **distanciamento reflexivo** acontece após esse envolvimento e se constitui na reflexão acerca da vivência, no significado e nos sentidos percebidos e intuídos (FORGHIERI, 1993).

Refiro que tal distanciamento nunca se dá completamente, já que existe uma ligação com a vivência, ou seja, são paradoxalmente inter-relacionados. Sobre esse aspecto, Araújo (2015) discorre:

O dinamismo estabelecido entre esses dois movimentos, envolvimento existencial e distanciamento reflexivo, representam o cerne da condução e da postura fenomenológica no que se refere ao percurso metodológico, no qual, utilizando como principal instrumento o “si próprio”, o pesquisador não se coloca isolado, mas em relação com o outro que partilha do mesmo contexto experiencial (p. 1001).

Ponto, também, o impacto que a presença de, inicialmente, três psicólogas, sendo uma coordenadora do grupo, uma co-terapeuta e outra psicóloga do NEAH, e uma estagiária provocou no grupo, ressoando ecos nos participantes, como por exemplo, vergonha diante das mesmas, que eram vistas como experts e/ou jovens demais para ouvir algumas das demandas trazidas. Tais demandas referiam-se a questões de cunho sexual e íntimo para o casal. A mediação ocorreu no sentido de facilitar a expressão do sentimento que permeava o grupo e no esclarecimento de que, ali, era possível que qualquer tipo de fala fosse escutada sem que houvessem julgamentos.

[...] Em toda cultura, a mediação simbólica da ação que se sobressai pela manifestação da linguagem, a qual acaba por revelar a reflexão sobre o ser. Compreender o ser é compreender suas relações com essas mediações, que são anteriores ao ato mesmo da compreensão, cuja função é fazer pensar,

transformar visões de mundo, ou seja, colocar em funcionamento a consciência reflexiva” (SILVA, 2011, p. 22).

## 6.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A seguir, são apresentados os participantes da pesquisa, o contexto em que foi realizada, assim como a coleta e a análise de dados, com uso do fluxograma da análise fenomenológica do discurso.

### 6.1.1 Participantes

Os participantes foram casais heterossexuais, formados pelo homem, que se encontra em cumprimento de pena em virtude de violência conjugal, e pela mulher, à qual a violência foi impetrada, e que, mesmo após a denúncia, mantém o relacionamento conjugal. Tais fatos se configuram como critérios de inclusão para a realização da pesquisa e foram excluídos os casais que não aceitaram fazer parte do grupo e aqueles que, após a situação de violência, romperam o vínculo conjugal. A convocação foi feita por telefone e correspondência pela pesquisadora. É importante contextualizar que um dos casais não estavam em situação de processo jurídico, mas haviam buscado o NEAH espontaneamente solicitando ajuda psicoterapêutica em virtude de vivenciarem violência conjugal e reconhecerem que os conflitos estavam cada vez mais intensos. Tal casal foi inserido no grupo por considerarmos que estavam vivendo uma dinâmica conjugal violenta e mesmo diante de tal fato, mantinham o relacionamento conjugal.

### 6.1.2 Contexto da pesquisa

O NEAH objetiva realizar atendimento especializado ao homem autor de violência doméstica e familiar contra a mulher, na área jurídica e psicossociopedagógica, com uma equipe capacitada em violência doméstica para defesa, conscientização, educação e responsabilização dos homens na prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, de forma a evitar a reincidência criminal, em cumprimento ao art. 35 da Lei Maria da Penha, que trata da educação e reabilitação do agressor (PARÁ, [201-]).

Os homens autores de violência contra a mulher são encaminhados, em sua maioria, pelas três Varas de Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; da Vara de Execução de Penas e/ou Medidas Alternativas, e um pequeno percentual da rede social de atendimento. O papel do judiciário é exercido pela Vara do Juizado de Violência Doméstica



Familiar Contra a Mulher, a quem compete receber os processos decorrentes desse tipo de violência, o que, na prática, configura como principais ações julgar as Ações Penais nos crimes contra a mulher e conceder as Medidas Protetivas.

O trabalho desenvolvido no NEAH foi criado com a proposta de suprir a ausência de atendimentos aos homens e romper com a exclusividade da intervenção voltada à mulher, oferecendo um espaço para as questões relacionadas a esses. Dentre os serviços ofertados pelo núcleo, insere-se a realização de grupos reflexivos, com objetivo de fomentar a reflexão e o aprendizado de temas que envolvem a violência conjugal.

Apontamos aqui todos os serviços oferecidos nesse âmbito, para melhor visualização da localização do NEAH dentro desta rede:

- 1) a **Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM)**, que assessora diretamente à Presidenta da República, em articulação com os demais Ministérios, na formulação e no desenvolvimento de políticas para as mulheres;
- 2) a **Promotoria de Violência Doméstica**, que tem como função a proteção dos direitos humanos das mulheres, por meio da fiscalização da aplicação de leis voltadas ao enfrentamento à violência doméstica, adotando, de imediato, as medidas administrativas e judiciais cabíveis;
- 3) a **Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)** que compõe a estrutura da Polícia Civil, e tem por atribuição realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, no âmbito da Violência Doméstica;
- 4) **os abrigos**, que são estruturados para acolher e proteger mulheres em situação de violência doméstica e/ou conjugal, quando há risco de morte. Há uma limitação de tempo de permanência e costumam abrigar a mulher e seus filhos ainda crianças. Os endereços são sigilosos, para a segurança das abrigadas, e os contatos são feitos nas Delegacias de Defesa da Mulher;
- 5) o **Instituto Médico Legal (IML – Centro de Perícias)**, que possui papel fundamental no enfrentamento à violência contra a mulher, pois fornece ao Ministério Público (MP) elementos capazes de incriminar o agressor nos crimes que deixam vestígios (dano, lesão corporal, homicídio etc.);
- 6) o **PROPAZ – Mulher**, espaço que visa concentrar todas as esferas de proteção da mulher em um único endereço e é fruto da parceria firmada entre o Executivo Estadual, o Judiciário e o MP, e garante o atendimento interdisciplinar e

qualificado da mulher em situação de violência, pois, no mesmo ambiente, encontram-se assistentes sociais, psicólogos, médicos, enfermeiros, pedagogos que fazem o acompanhamento dos filhos de mulheres agredidas, bem como representantes do MP, Defensoria e Tribunal de Justiça. O espaço conta também com DEAM e IML;

- 7) e a **Defensoria Pública**, órgão de orientação jurídica e defesa, em todos os graus, daqueles que comprovarem insuficiência de recursos. Em sua atuação, contempla o atendimento à mulher: por meio do Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher Vítima de Violência Doméstica (NAEM), visa promover a defesa dos direitos da Mulher em todas as hipóteses de violência doméstica e familiar, assegurando-lhe assistência jurídica integral, gratuita e especializada que a Lei Maria da Penha determina; e o atendimento ao homem, autor de violência.

Em 2015, a parceria entre o NUFEN e o NEAH, realizado através do projeto de pesquisa Edital 08/2014, financiado pela FAPESPA e coordenado pela professora Adelma Pimentel, foi realizado um trabalho de psicoterapia breve de grupo com homens autores de violência, desenvolvido na Defensoria Pública do Estado do Pará, compondo a equipe a professora Adelma Pimentel, como psicoterapeuta; eu, enquanto doutoranda, como co-psicoterapeuta; e duas estagiárias do curso de psicologia, uma vinculada ao NUFEN e outra ao NEAH, como observadoras. Os encontros eram semanais, com duração de 1h30 cada, somando o total de 10 encontros. O grupo contou com seis homens autores de violência.

Sob essa perspectiva em vivência de grupo com homens que cumpriam medidas jurídicas em situação de violência a partir da Lei Maria da Penha, identificamos, através dos relatos destes, que: 1) sentem-se subjugados, pois consideram que a mulher deveria também participar do trabalho em grupo, já que não se consideram os únicos responsáveis pela situação de violência; 2) em alguns casos, mesmo sob a égide da condenação jurídica, muitas vezes em situação de medida protetiva, o casal retoma o relacionamento conjugal e, em sua maioria, a dinâmica violenta se faz presente.

Partindo deste contexto, esta pesquisa buscou compreender a dinâmica conjugal dos casais participantes do grupo psicoterapêutico, cujas queixas colhidas nos protocolos aplicados pelo NEAH são: conflitos relacionados à gestão financeira do casal; discordância no modo de cuidar dos filhos; ausência de diálogo; ausência de atitudes de cuidado entre ambos; uso de álcool e traição.

Tais demandas geram, muitas vezes, violência em suas diferentes formas; nesta

pesquisa, a compreendemos como relacional, através dos estudos da violência privada, a qual é caracterizada pela

prática costumeira que ocorre nas casas, com ou sem testemunhas, entre sujeitos consanguíneos e não consanguíneos, orientada pela imposição da autoridade visando à submissão, a manutenção de segredos e domínio da autonomia do outro (PIMENTEL, 2011, p. 23).

### **6.1.3 Coleta de dados**

O estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 2.432.253, sendo a coleta realizada entre setembro de 2016 e o início de março de 2017. Ocorreram dois encontros com a equipe do NEAH para organização de questões burocráticas e estruturais acerca do modo como o grupo iria acontecer e, também, para a seleção dos participantes no banco de dados do NEAH, com base nos critérios de inclusão delimitados.

O grupo psicoterapêutico com casais se configurou como um grupo fechado, não sendo aceita a inserção de outros membros a partir do momento em que o trabalho foi iniciado. As sessões foram realizadas em único dia de semana, semanalmente, em número de 17 sessões, de 2h de duração cada, sendo gravadas em áudio, conforme acordado com os participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cada sessão gravada foi, posteriormente, transcrita em formato de trechos que consideramos mais pertinentes para a análise dos dados, impressa e analisada.

Saliento que, apesar de garantidos os cuidados éticos referentes à realização dos grupos, como, por exemplo, a privacidade dos casais e, principalmente, o respeito ao momento que estavam vivenciando, caso a pesquisa provocasse possíveis riscos de cunho emocional, foi assegurado a possibilidade de intervenções psicoterapêuticas realizadas pela própria pesquisadora, que possui experiência profissional em psicologia clínica, isento de ônus financeiro ao participante. A clínica-escola da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará ou o consultório particular da pesquisadora seriam os locais para a realização das sessões.

Iniciamos a primeira sessão com apresentação de todos que compõem o grupo, expondo seus objetivos, explicando que se tratava de um grupo psicoterapêutico a partir de uma pesquisa de doutorado, em parceria com o NEAH. Posteriormente, cada membro do grupo foi convidado a falar sobre as expectativas que tinham com o processo que estavam iniciando ali. Foi explicado o que é psicoterapia em grupo, respondendo-se às dúvidas dos participantes.

Posteriormente, foi questionado ao grupo se o casamento era um contrato. Alguns componentes do grupo não entendiam o casamento como um contrato; outros, porém, achavam que era, sim, uma forma de contrato. A partir dessa discussão, foi iniciada a construção do contrato de convivência grupal, com base em um modelo utilizado por Pimentel (2016), que contém três perguntas: 1) O que é importante para uma boa convivência em grupo?; 2) O que não quero que faça parte deste processo?; e 3) O que posso fazer para que isso aconteça?

Na primeira pergunta, foram pontuadas as atitudes de: respeito, participação, compromisso, segurança, expor, diálogo, pontualidade, sigilo/confidencialidade, cuidado, confiança, transparência, disponibilidade. Sobre “o que não quero que faça parte deste processo”, foi mencionado: mentira, falsidade, xingamento, palavrões, julgamento, desrespeito, medo, atraso. E quanto ao “que posso fazer para que isso aconteça”, indicou-se: comprometimento, seriedade, fazer o impossível, organização, escuta, abertura, perseverança, flexibilidade, esperar a vez. No Anexo E, disponho uma tabela com as respostas emitidas pelo grupo. O contrato firmado foi impresso e afixado em um quadro durante todas as sessões, para que fosse simbolizado como uma referência ética do compromisso coletivo (PIMENTEL, 2016).

Observa-se que, no NEAH, geralmente, os grupos realizados são voltados, exclusivamente, para os homens autores de violência e configuram-se como grupos reflexivos, forma de intervenção em que são utilizadas técnicas de processo grupal pré-selecionadas e com temas fechados para desenvolver um trabalho psicoeducativo, em que a principal meta está na possibilidade de mudança da percepção de gênero desses sujeitos e, por conseguinte, um processo de (re)subjetivação (LOPES, 2015).

Já o grupo psicoterapêutico breve gestáltico tem como proposição favorecer a tomada de consciência a partir do que emerge como tema em cada encontro, não levando propostas já estabelecidas e realizando o manejo do grupo a partir de uma dimensão temporal fundamentada no presente. Vale mencionar que este grupo foi o primeiro realizado no NEAH com a formatação de um grupo psicoterapêutico com casais em situação de violência.

#### **6.1.4 Análise de dados**

A narrativa e a expressão dos casais, através da linguagem, durante as sessões de psicoterapia de grupo, foram os dados analisados nesta tese. A proposta interventiva considerou a dimensão dialógica, ao abrir espaço para a expressão dos sentimentos na presença do parceiro

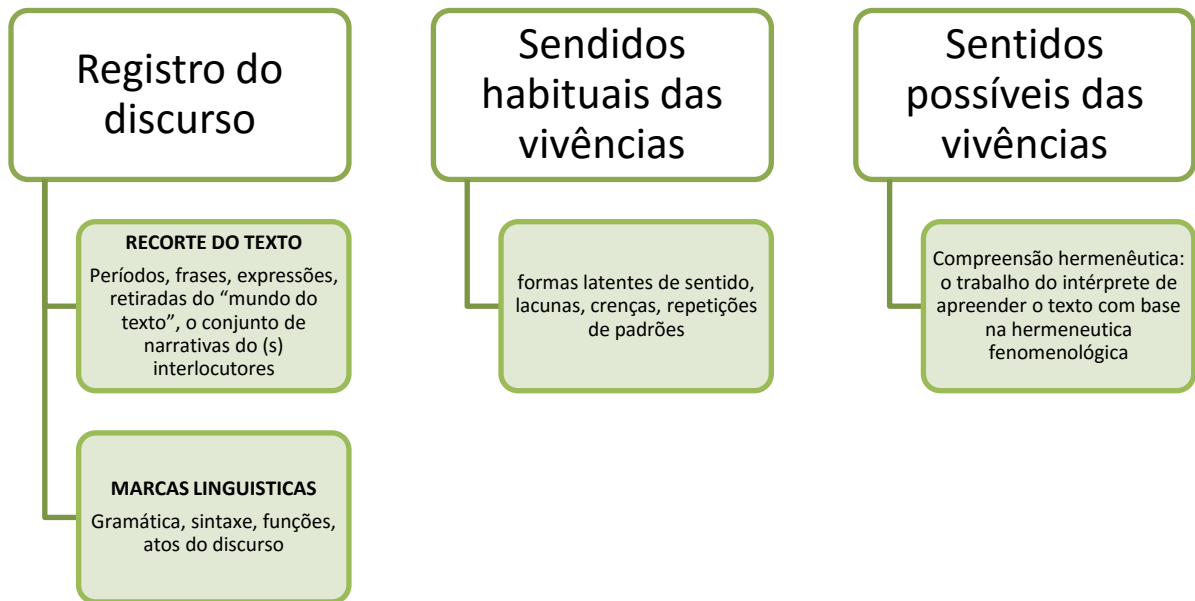
e de outras pessoas que compõem o grupo, favorecendo o entendimento de como o outro afeta e é afetado, individualmente ou em grupo, assim como possibilitou a ressignificação das situações vivenciadas, a tomada de consciência de suas ações e a dinâmica da relação conjugal.

A análise incluiu a transcrição de trechos das sessões gravadas em áudio; a leitura e releitura do material; a criação das unidades de significado, que fazem referência a agrupamentos de significados que se repetiram durante a fala dos informantes, exemplificados por extratos literais que justificam a categoria que está sendo analisada; e, posteriormente, análise do discurso, inspirada nas obras de Ricoeur, já citadas.

Para tal, identificamos o registro do discurso que é apreendido no recorte do texto, frases, períodos, expressões retiradas do “*mundo do texto*”, através das marcas linguísticas encontradas na gramática, sintaxe, funções e atos do discurso (locucionário, ilocucionário e perlocucionário), as delimitações feitas pelo interlocutor, ou seja, o que a pessoa fala, como fala e para quem fala; seguindo o fluxo da análise com a observação dos sentidos habituais das vivências verificadas nas formas latentes de sentido, lacunas, crenças e/ou repetições significadas pelo sujeito para que possamos realizar a compreensão hermenêutica e alcançar os sentidos possíveis das vivências.

A partir da realização da compreensão fenomenológica hermenêutica, identifiquei os sentidos criativos na vivência dos casais. Tais sentidos configuram-se como a capacidade de atualização e ressignificações presentes nos discursos dos mesmos após a intervenção em grupo realizada. Para apreensão pelo leitor do caminho analítico, apresentamos o fluxograma elaborado por Pimentel (2013) e atualizado por Pimentel e Diniz (2017):

#### Fluxograma 1 – Fluxograma da Análise Fenomonológica do Discurso



Fonte: Pimentel (2013); Pimentel e Diniz (2017).

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresento neste capítulo a síntese dos principais achados da pesquisa, através da análise dos dados, que foram realizadas tendo como base a interlocução entre a realidade, a perspectiva da compreensão hermenêutica proposta através da teoria da interpretação de Paul Ricoeur (1988) e conceitos da Gestalt-terapia.

### 7.1 PERFIL DOS CASAIS

Para facilitar a visualização e o entendimento dos dados que compõem cada casal, apresentamos abaixo o perfil destes:

Nosso primeiro encontro aconteceu no prédio da Defensoria Pública do Estado do Pará; não foi gravado, em virtude de ser o primeiro momento com eles e de necessitar da permissão de todos para isso. Estavam presentes: Rosana (psicóloga do NEAH); Anna Beatriz (mestranda e co-terapeuta); Mylena Nahum (estagiária de psicologia); eu (psicoterapeuta-pesquisadora), e os casais: Helena e Atílio; Eduarda e Marcelo; e Catarina e Petruchio (optei por usar nomes de casais de telenovelas para preservar o sigilo dos participantes).

**Casal 1: Helena e Atílio** – Vivem em união estável há 15 anos. Ela tem dois filhos de um outro relacionamento, sendo que um deles mora com o casal; estudou até a 8ª série do 1º grau e tem 41 anos. Ele é funcionário público, Cabo da Polícia Militar; tem 51 anos e estudou até o segundo ano do ensino médio; tem dois filhos de outro relacionamento, sendo que não residem com o mesmo. Helena registrou denúncia contra o companheiro, motivo que levou o casal à justiça. Atílio agrediu a esposa com um soco no rosto em uma festa em que ela estava. Eles se separaram depois do ocorrido. Ao iniciar o grupo, estavam ainda separados, mas, na tentativa de resgatar a união. Atílio convidou Helena para participarem do processo, e na terceira sessão, voltaram a morar juntos. Vale mencionar que ambos não comentaram no grupo que não estavam juntos; essa informação foi revelada na 8ª sessão.

**Casal 2: Eduarda e Marcelo** – Eduarda trabalha como diarista, tem 44 anos e estudou até a 8ª série do fundamental. Marcelo tem 45 anos, tem ensino médio incompleto e trabalha como pedreiro. Vivem em união estável e têm dois filhos, frutos desse relacionamento, e ela tem um filho de uma relação anterior a Marcelo. Ele foi denunciado pelo chefe da companheira, após agredi-la com um soco no rosto por ter comprado um celular sem o consentimento dele, sendo que ele havia dado o dinheiro para que ela fizesse a compra.

**Casal 3: Catarina e Petruchio** – Casados há 15 anos, Catarina e Petruchio têm 31 anos,

dois filhos e estão cursando ensino superior. Ele trabalha como agente de portaria e ela, como caixa de uma lanchonete. Catarina sofreu violência física. Ele agrediu a esposa com socos e tapas, mas, ela não chegou a prestar ocorrência. Este casal não estava no grupo por determinação da justiça, e sim, por demanda espontânea. Buscaram ajuda do NEAH para solicitar atendimento psicológico para ambos.

Para melhor visualização dos perfis dos casais, apresentamos dois quadros com os dados retirados dos protocolos de entrevistas do NEAH. No Quadro 1, constam informações acerca da identificação dos participantes, e no Quadro 2, elementos acerca da relação conjugal e da tipologia da violência impetrada contra a mulher e que gerou a denúncia.

Quadro 1 – Identificação dos participantes

Participantes	Idade	Escolaridade	Profissão
<b>Atilio</b>	Ele: 51	Ele: Ensino médio incompleto	Ele: Servidor público (Cabo PM)
<b>Helena</b>	Ela: 41	Ela: Ensino fundamental	Ela: Dona de casa
<b>Marcelo</b>	Ele: 45	Ele: Ensino médio	Ele: Pedreiro
<b>Eduarda</b>	Ela: 44	Ela: Ensino fundamental	Ela: Diarista
<b>Petruchio</b>	Ele: 31	Ele: Cursando Contabilidade (Superior)	Ele: Agente de portaria
<b>Catarinae</b>	Ela: 31	Ela: Cursando Fisioterapia (Superior)	Ela: Atendente de lanchonete

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Quadro 2 – Informações acerca da relação conjugal

Participantes	Tempo de relacionamento	Nº de filhos	Quem registrou a denúncia	Tipo de violência
<b>Helena e Atilio</b>	União estável 15 anos	Casal: 0 Ele: 2* Ela: 2*	Ela. Ele agrediu a esposa com um soco no rosto. Ele não chegou a ser preso por essa denúncia.	Violência Física
<b>Eduarada e Marcelo</b>	União estável 20 anos	Casal: 2 Ela: 1*	Ela. Ele agrediu a esposa com um soco no rosto, porque ela comprou um celular sem o consentimento dele.	Violência Física e Psicológica
<b>Catarina e Petruchio</b>	Casados 15 anos	Casal: 2	Não houve registro. Ele agrediu a esposa com socos e tapas. Ela não prestou ocorrência.	Violência física, psicológica e patrimonial

\* Quantidade de filhos provenientes de outros relacionamentos conjugais

Fonte: elaborado pela autora, 2017.



## 7.2 AS NARRATIVAS DOS CASAIS

De cada narrativa expressada pelos casais durante as sessões do grupo, foi realizada a compreensão, a partir do *registro do discurso*, do *sentido habitual* e do *sentido possível da vivência*. Nos discursos, algumas justificativas compreendidas para a comunicação conflituosa e violenta foram apresentadas e significadas como: ciúmes, a dificuldade na relação com os filhos, inabilidades referentes a questões de ordem financeira, os papéis sociais desenvolvidos entre eles, expectativas não comunicadas e não atendidas, e os modos como cada casal lidava com o cotidiano.

Tais justificativas configuraram os *sentidos habituais*, que foram organizados em 6 categorias: processos de subjetivação; manutenção da relação conjugal; comunicação conflituosa; relação com os filhos; questões financeiras; e motivação para a violência conjugal. Quanto ao *sentido criativo* presente nas narrativas, identifiquei a abertura para a modificações nos modos de pensar, agir e sentir, o que denominei de processos de mudança.

Destaco que, por se tratar de um tema denso, que abarca diversos motes que se interligam e articulam-se, é fundamental esclarecer que os sentidos habituais apresentados abaixo através de tópicos e dos fluxogramas de análise não possuem um caráter rígido e padronizado, constituindo-se, apenas, como formas de apresentação dos dados que foram compilados durante a realização da pesquisa.

Ponto, também, que, para melhor visualização dos resultados, os fluxogramas da análise fenomenológica do discurso são apresentados, a partir das marcas nas narrativas dos casais elencadas para a composição dos resultados e discussão desta pesquisa, não havendo, portanto, outros critérios para a inserção dos mesmos no texto.

### 7.2.1 Processos de subjetivação

Ao pensar os processos de subjetivação que envolvem as relações de gênero, percebe-se, no discurso dos casais, a presença marcante de padrões e estereótipos que permeiam a construção dos sentidos de “ser homem” e “ser mulher” a partir de um olhar heteronormativo, fixo e essencialista. Compreendo que tais fatores contribuem para dinâmicas relacionais violentas, já que “crenças patriarcais e sentidos de gênero contextualizam as identidades, a construção de papéis, a dinâmica relacional e a divisão de poderes no âmbito familiar. Carregados de tradicionalismo, se consolidam como alicerces para a violência” (PONDAAG, 2009, p. 24).

Observei durante o processo psicoterapêutico dos casais que ter um espaço para que ambos pudessem escutar, falar e serem ouvidos promoveu reflexões fundamentais para a identificação de questões que, no dia a dia, não são observadas e podem gerar descontentamentos, raiva e implicações no modo como se posicionam frente à relação conjugal. Muitas vezes, as falas giravam em torno de

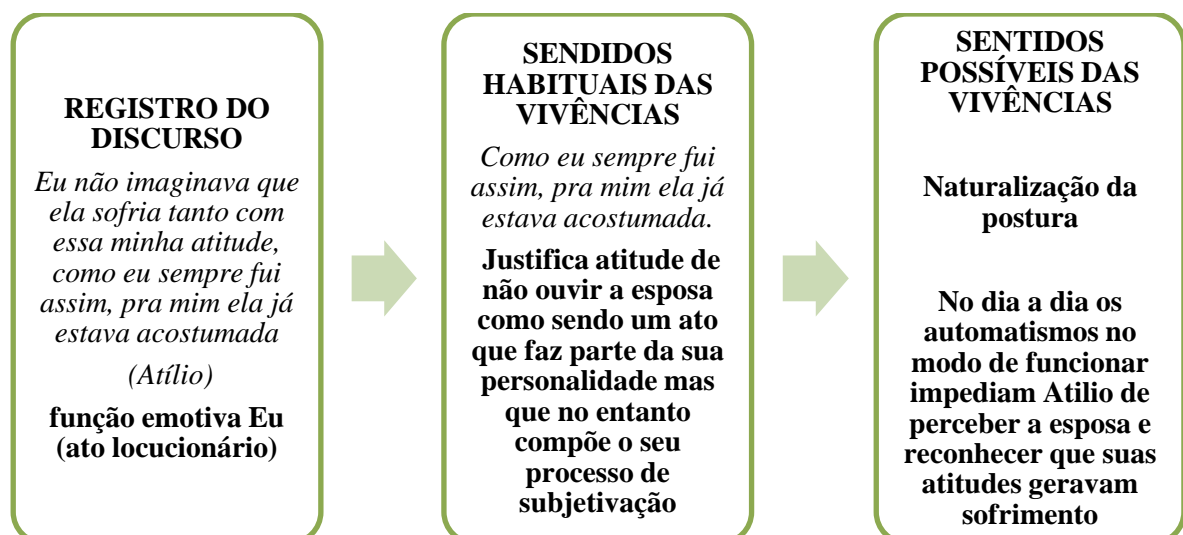
Eu já disse isso pra ele várias vezes em casa, mas parece que ele não me escuta (**Helena**).

Eu não imaginava que ela sofria tanto com essa minha atitude, como eu sempre fui assim, pra mim ela já estava acostumada (**Atílio**).

No discurso de Atílio, a **função emotiva** eu nas frases “eu não imaginava” e “eu sempre fui assim” denotam os **sentidos habituais das vivências** referentes ao processo de subjetivação do participante, que justifica tal posicionamento no seu modo de ser, como se fizesse parte da sua personalidade e fosse algo inato ou parte de sua essência.

Ao compreender tal posicionamento, observei que Atílio desconsidera as marcas presentes na construção da sua subjetividade e na reverberação de tal fato na vida do outro, já que, no cotidiano, os automatismos no modo de funcionar impediam que ele percebesse a esposa e reconhecesse que suas atitudes geravam sofrimento na mesma. Nos **sentidos possíveis** de sua vivência, o participante traduzia tal posicionamento como algo natural, normatizado e aceito por ela. No Fluxograma 2, apresento a compreensão de tal perspectiva, presente no discurso de Atílio:

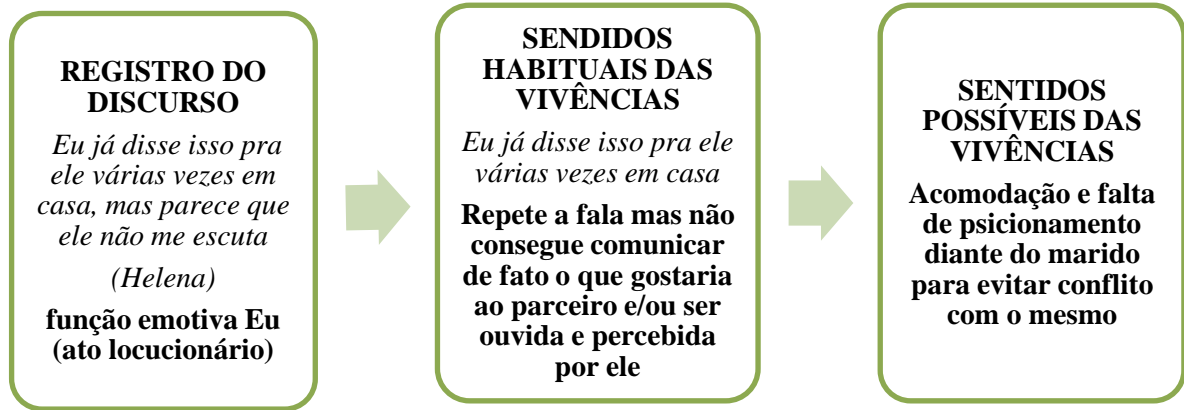
Fluxograma 2 – Atílio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Abaixo, o discurso de Helena é representado no Fluxograma 3, acerca do mesmo evento entre o casal:

Fluxograma 3 – Helena



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Helena ameniza a insatisfação por trás desta narrativa ao usar a palavra "parece", não fazendo uma afirmativa, mas deixando explícito o fato de não ser escutada. Os **sentidos possíveis** denotam que Helena acomodou-se diante da postura do marido, não se posicionando diante do mesmo para evitar entrar em conflito. Ao pensar nos atos da fala como análise de interpretação de tal situação, observamos que a participante está inserida num grupo, composto por casais e por profissionais que “tecnicamente” a ajudariam a ser ouvida pelo companheiro. Em sua afirmativa, faz uso do modo indireto para comunicar que não se sente e não é ouvida.

Sobre este aspecto, Pondaag (2009) revela que a convivência conjugal e familiar requer a necessidade de posicionamentos frente ao outro. Assim, percebemos, no discurso dos casais, a recorrente tentativa de minimizar os danos e os impactos das ações violentas. Tanto os homens quanto as mulheres, geralmente, justificam tal ato como sendo algo intrínseco à sua personalidade, o que denota uma forte presença da naturalização do ato violento.

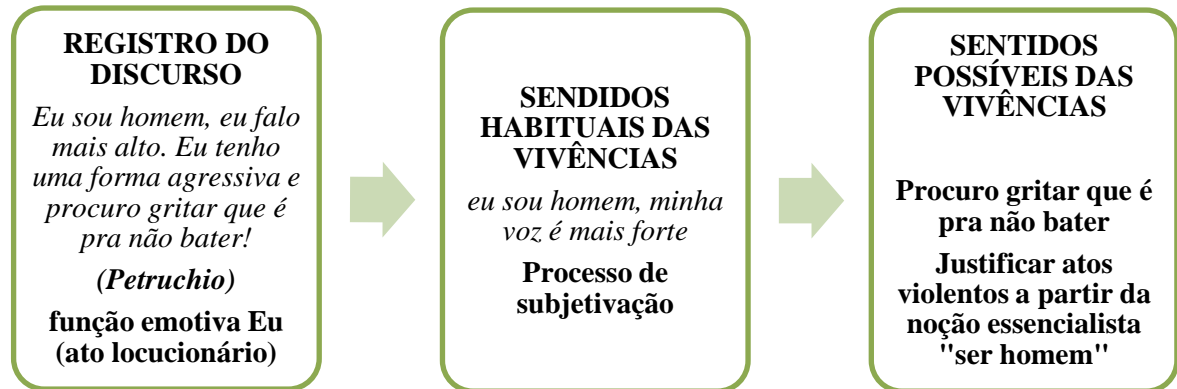
No discurso de Catarina e Petruccio, também é constante a presença dos estereótipos e de padrões para justificar atos violentos ou de submissão:

Eu sou homem, eu falo mais alto. Eu tenho uma forma agressiva e procuro gritar que é pra não bater! (**Petruccio**)

Ele como homem da casa é que tem que levar o dinheiro pra sustentar a gente. Eu já trabalho e quando chego preciso arrumar as coisas deixar tudo arrumado para o outro dia (**Catarina**).

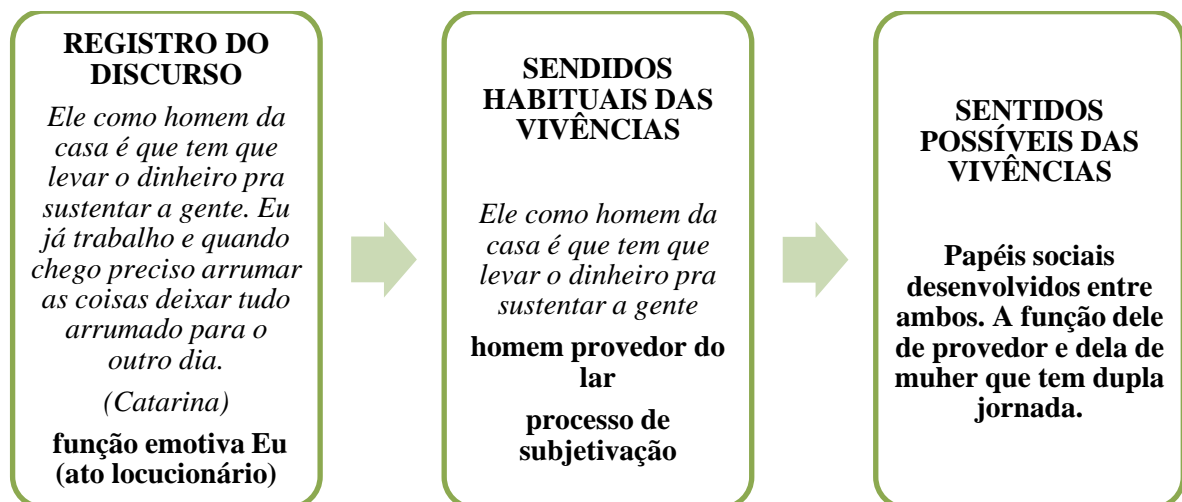
Abaixo, nos Fluxogramas 4 e 5, apresento a análise dos discursos de Petruchio e Catarina, respectivamente, acerca dos processos de subjetivação:

Fluxograma 4 – Petruchio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Fluxograma 5 – Catarina



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A análise dos fluxogramas 4 e 5 demonstram a socialização patriarcal imersa na dinâmica relacional do casal, ficando explícita a naturalização dos modos subjetivos patriarcais que ainda constituem a crença de que, por ser homem, Petruchio pode falar mais alto e está autorizado a gritar, xingar e bater como forma de expressar sua raiva ou ira, e para Catarina, que atribui o padrão normativo de que o homem é o provedor do lar, mesmo que no momento da vida conjugal ela estivesse contribuindo financeiramente dentro de casa mais do que ele.

Sobre o processo de subjetivação de homens, Boris (2004) corrobora

O sistema patriarcal desenvolveu um meio opressivo e violador pelo qual muitos homens, ainda hoje, continuam sendo socializados, o que produz seres mutilados, incapazes de integrar suas heranças paterna e materna, masculina e feminina, ativa e passiva, adotando um processo de diferenciação rígido e unilateral, voltado unicamente aos atributos viris (p. 194).

Refletir e levantar questionamentos acerca das identidades de gênero requer a compreensão de que a noção da mulher e do homem essencial, que fixa o sujeito, e universal, que só acontece à mercê de exclusões e padronizações, é inviável e utópica (BUTLER, 2003). Desse modo,

No tocante à violência, a relativização das identidades de gênero e dos papéis que a constroem e perpetuam, é etapa fundamental para possibilitar releituras dos posicionamentos relacionais. Ampliar as possibilidades do que significa “ser mulher” e “ser homem”, sem limitá-las aos padrões prescritos, é empoderar os sujeitos para que assumam a autoria das suas narrativas. Essa postura possibilita o rompimento com a rigidez dos papéis, representações e auto-representações que revelam conformidade com as hierarquias de gênero e ditam conseqüentes posicionamentos nas dinâmicas conjugal e familiar: o da mulher assujeitada e do homem dominador. Trata-se de sair do plano da natureza, imutável e determinista – no qual boa parte dos casais em situação de violência já se encontram – para enveredar no plano do discurso – no qual releituras são possíveis (PONDAAG, 2009, p. 25).

Ao configurar um grupo e expressar o modo como se posicionam, os casais experimentaram ouvir o que pensam, sentem e, principalmente, como tais questões afetam aqueles que ouvem e quais reverberações surgem desse processo. Estar diante de uma situação que, invariavelmente, os coloca frente a *quem fala?*, *pra quê fala?*, *como fala?* e *quem ouve?* oportuniza a reflexão sobre a forma como atuam na vida, favorecendo o reconhecimento de possíveis modos rígidos e engessados de funcionamento, que impedem novas formas de agir e vivenciar trocas saudáveis com o outro.

Assim, ao reconhecer em seu processo de subjetivação apenas ações de não cuidado, posturas violentas e de não olhar na direção do outro, os casais tendem a reproduzir padrões conflituosos entre si. Perpassam por este processo, também, os sentimentos de desesperança diante de dias melhores, ocasionada pela crise financeira, pelo desemprego ou por conflitos gerados por questões do dia-a-dia. A violência conjugal é uma ponta do nível de violência que assola o mundo atualmente. No Brasil, a crise instalada nos últimos anos tem ocasionado sofrimento psíquico em famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

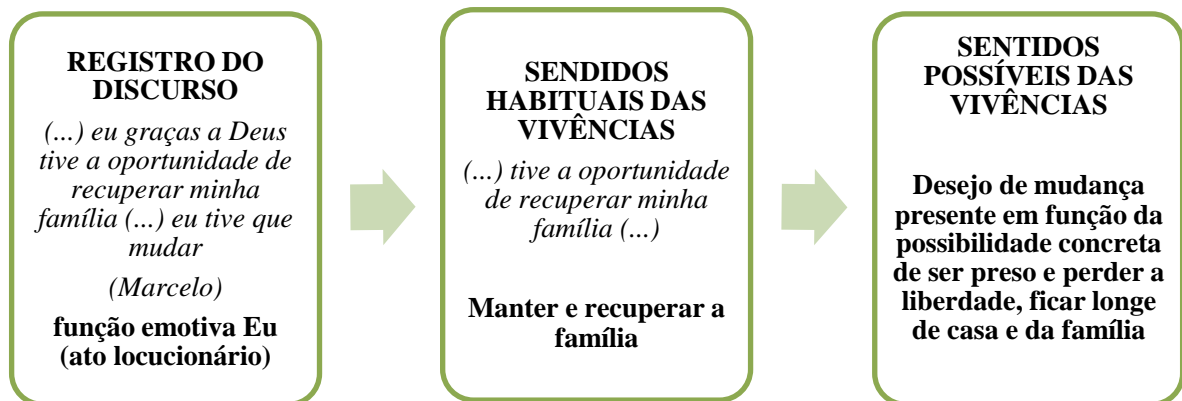
### **7.2.2 Manutenção da relação conjugal**

No que se refere à manutenção da relação, os casais apresentam em seu discurso o desejo de **manter e recuperar a família**. Revelam acreditar na importância de se manterem vinculados, e que o casamento é eterno, confirmando este introyeto através de discursos que envolvem a família e a religião.

Para as mulheres, fica mais evidente a expectativa de mudança do parceiro e a crença do lugar que deve ocupar como mulher, ao posicionar-se partir de papéis femininos tradicionais. Para os homens, a crença é de que a recuperação da família está sob sua responsabilidade também, a partir de mudanças que precisam fazer em sua forma de agir diante da mulher e dos filhos. Isso se observa na fala abaixo:

[...] eu graças a Deus tive a oportunidade de recuperar minha família [...] eu tive que mudar (**Marcelo**).

Fluxograma 6 – Marcelo



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

No discurso de Marcelo, ilustrado no Fluxograma 6, identificamos a **função emotiva Eu** (ato locucionário) na frase “eu tive que mudar”; segundo o sentido das **vivências habituais** do participante, a manutenção do vínculo conjugal ocorre pela importância de “**recuperar a família**”. Na síntese compreensiva do discurso de Marcelo, entendemos que o desejo de mudança está presente em função da possibilidade concreta de voltar a ser preso, perder a liberdade e ficar longe de casa, dos filhos e da esposa.

Verificamos, também, nesse trecho do discurso, que a função Pai é acionada ao dar sentido para manutenção da família. Sobre esse aspecto, Cortez e Souza (2010) afirmam que “os casais envolvidos em relacionamentos violentos procuram manter as expectativas

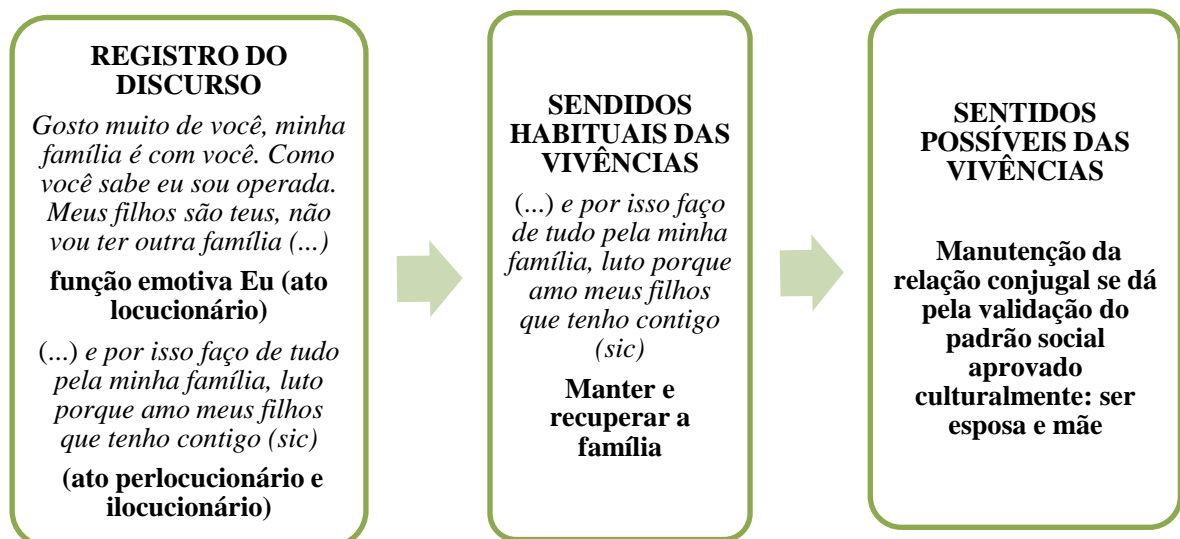
relacionadas à constituição e manutenção do lar e às funções que acreditam que devem ser cumpridas pela mulher, como mãe e esposa e pelo homem, como pai e marido” (p. 131).

Elencamos a fala de outra participante, para demonstrar a repetição desse padrão, presente no discurso tanto dos homens, quanto das mulheres:

Gosto muito de você, minha família é com você. Como você sabe eu sou operada. Meus filhos são teus, não vou ter outra família, e por isso faço de tudo pela minha família, luto porque amo meus filhos que tenho contigo [sic] (**Catarina**).

No **registro do texto** da fala de Catarina, observamos as **marcas linguísticas** através da **função emotiva Eu**, na frase “Gosto muito de você, minha família é com você [...] Meus filhos são teus, não vou ter outra família”, identificado como **ato locucionário**, fica claro que a manutenção da relação conjugal, para mesma, significa **manter a família**, configurando-se como sentido habitual da vivência. Durante a fala, também foi possível perceber os **atos perlocucionário e ilocucionário**, na frase “[...] porque amo meus filhos que tenho contigo [sic]” pois a participante, ao revelar apenas o sentimento que tem pelos filhos, omite o que sente pelo marido e, também, apresenta-se bastante emocionada nesse momento. Tal compreensão é apresentada no Fluxograma 7, abaixo:

Fluxograma 7 – Catarina



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

O entendimento do discurso de Catarina permite compreender que a manutenção da relação conjugal se dá pela validação do padrão social aprovado culturalmente: ser esposa e

mãe. Ancoro tal compreensão ao perceber a ênfase que a mesma dá ao fato de “ser operada”, não gerar mais filhos biológicos, e, conseqüentemente, não poder constituir uma nova família dentro dos padrões sociais tradicionais, nos quais a família se configura como “uma unidade social que representa os valores, expectativas, papéis e estereótipos da sociedade” (GOODRICH, 1990, p. 23).

A expectativa que gira em torno da crença de que o relacionamento conjugal é eterno, ou de que o casamento se configura como uma continuidade do namoro (VALE, 2011) foi observado no discurso de Eduarda, ao revelar que:

A gente não vive junto com alguém pra se separar pois quando duas pessoas se amam é pra sempre, e o amor vence tudo, vence a humilhação o desprezo e até se você não tiver o que comer o amor vence (**Eduarda**).

O texto que emerge do discurso de Eduarda deixa claras as marcas do ideal do amor romântico que tudo suporta. Em prol da manutenção da relação conjugal, Eduarda revela que já foi humilhada, desprezada e passou por sacrifícios. Compreendemos que a **submissão** é a vivência possível no contexto de vida da participante, denominando de “amor” o sentido habitual da vivência. Outro fato que chama atenção nesse trecho é o tom de voz marcante da participante, apresentando uma fala infantilizada e uma postura melosa (**ato ilocucionário**), que reverberou (**ato perlocucionário**) em algumas pessoas do grupo, principalmente, em mim enquanto psicoterapeuta, que pontuei tal postura à mesma, questionando-a se percebia o tom de voz que estava usando; suscitei, também, a participação do grupo, incluindo a percepção dos outros participantes na situação.

Pimentel (2011) revela que a submissão das mulheres na sociedade patriarcal inclui humilhações, preconceitos e discriminações (p. 19). Nesse caso, sentidos tradicionais de gênero colaboram para a crença de que algumas atitudes destrutivas não sejam razão para o rompimento (PONDAAG, 2009).

Sabe-se que, ao iniciar uma relação conjugal, um leque de expectativas se abre, podendo configurar pontos de sintonia entre o casal ou de conflitos entre eles. No entanto é primordial estar atento para o modo como as fronteiras de contato se estabelecem, já que, se estiverem rígidas, não há espaço para novas formas de ver e vivenciar este relacionamento (VALE, 2011).





Fonte: elaborado pela autora, 2017.

### 7.2.3 Comunicação conflituosa

A comunicação é um dos fatores mais importantes relacionados a questões que envolvem a conjugalidade, já que o modo como o casal se comunica e as repercussões deste processo são base para a manutenção saudável do vínculo conjugal, ou para o descontentamento, decepções, raivas e sentimentos que podem suscitar uma dinâmica relacional violenta.

Para Ramos (2013), “no casamento, a violência está ligada, entre outros fatores, às expectativas entre os cônjuges, à dinâmica conjugal e, principalmente, à comunicação construída por eles durante o relacionamento” (p. 43). Desse modo, consideramos fundamental a comunicação baseada no diálogo como forma de evitar atos violentos entre o casal. No recorte do texto da narrativa de Marcelo, apresentado abaixo, é perceptível como a não abertura para uma conversa pode gerar conflitos.

Eu acho que estou aprendendo a conversar, muitas vezes xingava ela quando ficava aborrecido com alguma coisa ou com raiva e pra não bater nela quebrava coisas dentro de casa (**Marcelo**).

Na narrativa de Marcelo, é perceptível que a ausência de comunicação e diálogo entre o casal ocasionava raiva e a ações violentas contra a esposa. Reconhece que está aprendendo a utilizar o diálogo como forma de interação e que, habitualmente, expressava a raiva e o desejo de violentar fisicamente a esposa através da violência patrimonial, ao quebrar coisas dentro de casa. Tal compreensão é analisada no Fluxograma 9.

Fluxograma 9 – Marcelo



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Assim,

A violência se converte em linguagem, talvez a única concebida pelos participantes da interação como possível. Entretanto, ela parece ser mais um movimento para que o outro escute, do que para que ambos se comuniquem. Pois no jogo relacional, sua função pode ser calar, negar, repreender ou desprezar a voz do outro (PONDAAG, 2009, p. 57).

Ao observar como se comunicam ou através dos discursos dos mesmos, verificamos que o diálogo e a valorização da escuta emergiram como ponto de saúde e até mesmo um pedido entre eles, bem como a comunicação atravessada, que dificulta a solução de conflitos e tende a dificultar a interação entre o casal e pode configurar-se, muitas vezes, como violência psicológica.

Para Hirigoyen (2006), a violência psicológica é tão marcante quanto a violência física, sendo, porém, mais danosa e prejudicial à autoestima. Tal proposição coaduna com a compreensão de que, ao comunicar-se, o casal pode impetrar entre si, mesmo que de maneira sutil, assujeitamentos, humilhações e jogos perversos, que se configuram como atos violentos. “A violência física, por seu turno, acontece por uma comunicação corporalmente agressiva, mas traz, em si, a dor moral do aviltamento, da inferioridade” (RAMOS, 2013, p. 44).

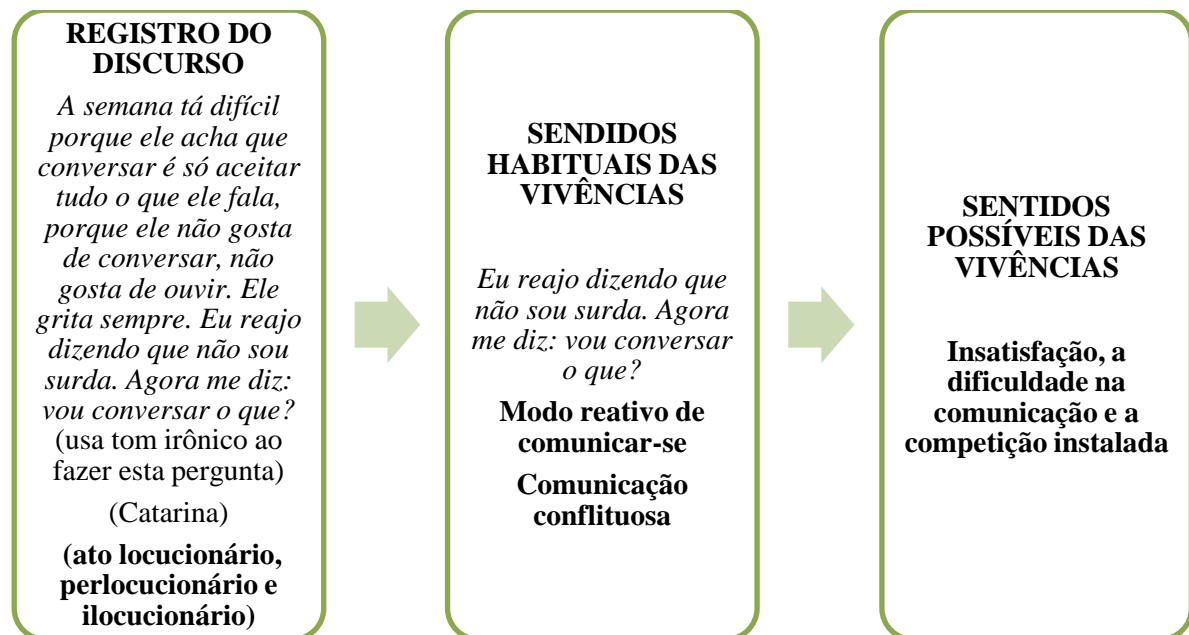
No discurso do casal Petruccio e Catarina, fica claro como a comunicação não saudável pode gerar obstáculos para a solução de problemas entre ambos, acarretando, muitas vezes, brigas diárias.

A semana tá difícil porque ele acha que conversar é só aceitar tudo o que ele fala, porque ele não gosta de conversar, não gosta de ouvir. Ele grita sempre. Eu reajo dizendo que não sou surda. Agora me diz: vou conversar o que? (usa tom irônico ao fazer esta pergunta) (**Catarina**).

Não é bem assim como ela fala. O problema é que ela age como se soubesse tudo de mim, decide as coisas sem me perguntar ou se comunicar comigo [...] (**Petruchio**).

Dentre os casais que participam do grupo, Catarina e Petruchio são os que mais apresentam inabilidade e dificuldades na comunicação. Geralmente, a interação entre o casal se baseia na competição: quem tem mais razão, quem está certo ou errado, quem fez mais e/ou quem fez menos. No discurso apresentado acima, é possível visualizar esse modo, quando Catarina pergunta, em tom irônico, “*vou conversar o quê?*” **Nesta marca**, identificamos os **atos locucionário e ilocucionário, através da função emotiva Eu** e do tom irônico, que diz algo implícito na frase; é como se Catarina não desse importância para a comunicação, sendo que, no início da frase, faz uma “denúncia” do modo como ela mesma percebe que Petruchio se comunica. Através desse texto, identificamos enquanto compreensão dos sentidos possíveis de vivência: **a insatisfação, a dificuldade na comunicação e a competição instalada**. Tal compreensão é demonstrada no Fluxograma 10.

Fluxograma 10 – Catarina



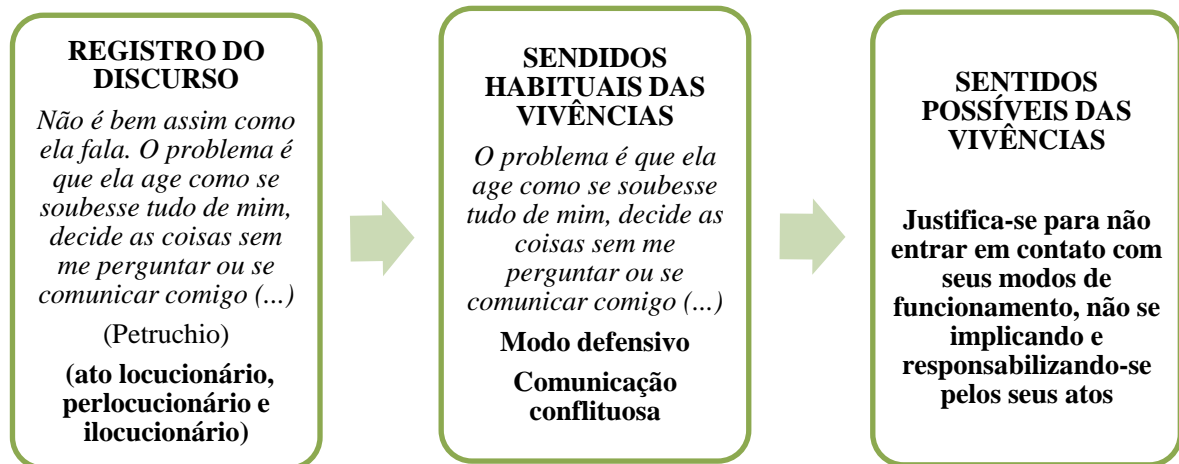
Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Já o discurso de Petruchio é permeado de justificativas e projeções em vários aspectos;

geralmente, fazia falas longas, de tons irônicos e acusatórios, mas sutis, e com uma postura sempre defensiva. Em boa parte do tempo, queixava-se de a esposa ser ausente na educação dos filhos e/ou de sua insatisfação acerca do comportamento da filha caçula do casal. Nunca se implicava ou se responsabilizava pelo processo. Nesse aspecto, o uso da linguagem, através do excesso de justificativas e projeções, indica uma ausência de contato (POLSTER; POLSTER, 2001) no modo como se comunica.

No registro do texto, observa-se claramente a projeção e o tom acusatório, ao defender-se das falas da esposa. A presença dos três atos de linguagem, já que se comunica através da **função emotiva Eu (ato locucionário)**, direciona ao outro queixas e reclamações em tons irônicos e acusatório (**ato ilocucionário**), gerando no grupo um incomodo com o excesso de justificativas (**ato perlocucionário**). Para Petruccio, **o sentido habitual da vivência** é a necessidade de se defender das insatisfações da esposa, sendo a ausência de contato através das justificativas para tais atos os **sentidos possíveis das vivências**.

Fluxograma 11 – Petruccio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Vale mencionar que, para além das justificativas de Petruccio, observamos no discurso elencado o sentimento de não ter voz, como se sua opinião não importasse, já que a esposa, de acordo com o mesmo, age sem pedir sua opinião, muitas vezes, tomando decisões sem consultá-lo. Tal sentimento não foi uma exclusividade desse participante; durante todo o processo do grupo, em algum momento, questões relacionadas à ausência de comunicação, não se sentir ouvido ou uma inabilidade em conseguir transmitir mensagens de forma limpa e assertiva fizeram parte do discurso dos casais.

Sobre este aspecto Ramos (2013) afirma:

A comunicação pode não ocorrer de forma clara, embora comunicação não seja uma palavra fiel, se pensarmos que ambos os comunicadores enviam e recebem a mensagem impregnada de significados pessoais, o que pode enviesar tanto a emissão quanto a percepção. Por outro lado, mesmo quando o código está disponível ainda ocorrem equívocos, uma vez que o relacionamento humano gera a linguagem e, principalmente, a compreensão do conteúdo (p. 43).

O desgaste ocorrido em função de uma comunicação conflituosa entre o casal aniquila a possibilidade de comunicarem-se de forma dialógica, cuidadosa e generosa entre si, restando apenas uma troca de informações ou o silêncio entre ambos.

Compreendemos que

por vezes, a comunicação entre o casal está tão bloqueada, distorcida ou superficial, que a violência passa a ser um recurso para falar ou para fazer com que o outro escute. Quando há percepção de que o outro não considera, não dá importância ou desvaloriza a sua palavra, uma pessoa pode acreditar que dizer radicalmente, expressar de modo que o outro sinta-se coagido a prestar atenção, seja o caminho (PONDAAG, 2009, p. 57).

Vale mencionar que a dinâmica de comunicação entre Atilio e Helena e Marcelo e Eduarda apresenta alguns pontos em comum: 1) as mulheres tendem a esperar “o momento certo pra falar”, pois, segundo as mesmas, muitas vezes, entrar em discussão pode gerar mais conflitos; 2) ambas expressam para os respectivos companheiros o que querem ou desejam; a diferença se dá no modo como o fazem; Helena apresenta uma postura assertiva e de pacificação para que consiga ser ouvida, bem como estimula o marido a falar mais, enquanto que Eduarda faz um jogo relacional sedutor, valendo-se do choro e da vitimização para alcançar o que quer do companheiro. A postura submissa, percebida de imediato, desaparece quando demonstra controlar os horários de saída do marido e com quem ele sai.

Ao serem questionados sobre “coisas que não são ditas”, os casais afirmaram que, muitas vezes, temem falar para não gerar mágoa, tristeza ou provocar conflitos. Durante o manejo psicoterapêutico, foi trabalhada, em todas as sessões, a importância do diálogo, da escuta e de se colocar no lugar do outro como uma forma de favorecer uma comunicação mais saudável.

#### **7.2.4 Relação com os filhos**

Os estudos voltados para as questões familiares (FALCETO; VALDEMAR, 2001; LINO, 2009; MOSMANN; FACKER, 2011; DUARTE; ZORDAN, 2016) apontam dois motes relacionados a questões que envolvem os filhos e a conjugalidade: 1) que a inserção do filho na vida conjugal gera interferências significativas, já que a rotina muda e, conseqüentemente, novos papéis a serem desempenhados são exigidos do casal; e 2) os motivos mais frequentes de conflitos conjugais estão relacionados a contextos que envolvem filhos.

Em todas as sessões realizadas durante o grupo, os participantes revelaram algum aspecto que abarcava a relação com os filhos e, em sua maioria, eram questões que geravam desentendimentos entre o casal, sendo um elemento crítico na interação destes.

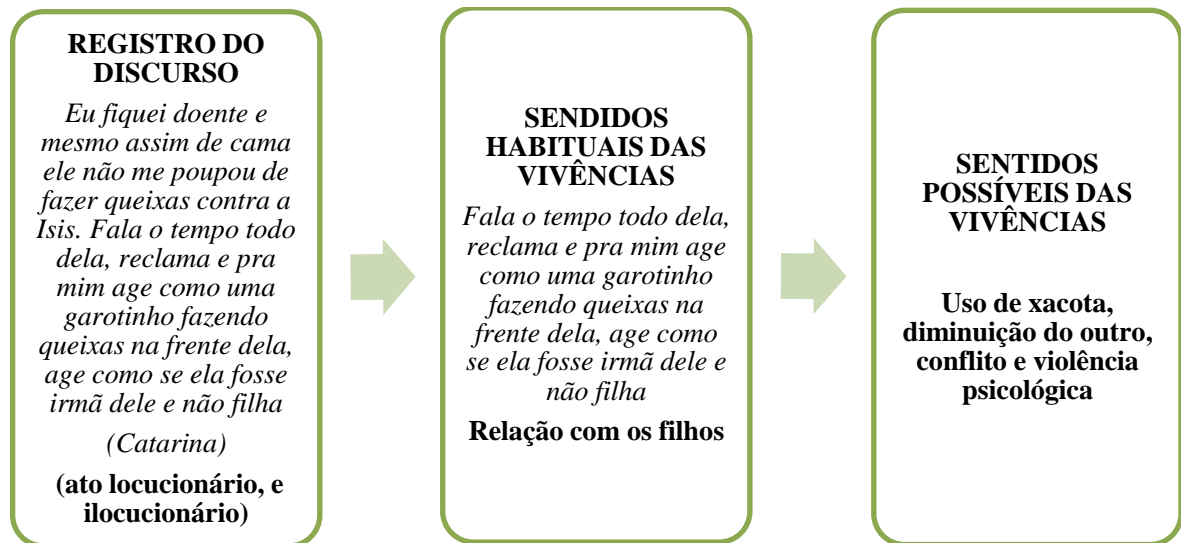
No discurso de Catarina e Petruccio, foram muito presentes as queixas e brigas entre eles, em função da filha caçula do casal. O modo como cada parte da díade compreende a melhor maneira de educá-la, a não coerência e a discordância entre eles enquanto pais geravam desentendimentos e atitudes violentas entre o casal. Tal fato é verificado nos discursos abaixo:

Hoje eu estou me sentindo bem, na verdade um misto de sentimentos porque aconteceram coisas boas e ruins. Eu fiquei doente e mesmo assim de cama ele não me poupou de fazer queixas contra a Isis [nome fictício]. Fala o tempo todo dela, reclama e pra mim age como uma garotinho fazendo queixas na frente dela, age como se ela fosse irmã dele e não filha (**Catarina**).

Ela [Catarina] não percebe que a Isis nos desafia, é abusada no jeito de tratar a gente, principalmente comigo. Ela enfrenta, sabe que a mãe vai passar a mão na cabeça dela e por isso continua fazendo. Eu que passo a maior parte do tempo com ela, levo pra escola e que sei como ela age melhor do que ninguém (**Petruccio**).

Tais narrativas demonstram as acusações que ambos fazem um contra o outro. Os sentidos habituais são facilmente reconhecidos como conflitos gerados a partir da relação com os filhos. No entanto, a partir da compreensão hermenêutica (Fluxograma 12), é perceptível a projeção que o casal faz ao agredir-se verbalmente ou fazer falas acusatórias. Catarina utiliza-se do conflito oriundo da relação com os filhos para expressar seu descontentamento com o marido e fazer “chacota” do mesmo. O sentido possível da vivência configura-se como ato de violência psicológica, ao fazer uso de palavras que diminuem o outro perante os filhos e o grupo.

Fluxograma 12 – Catarina

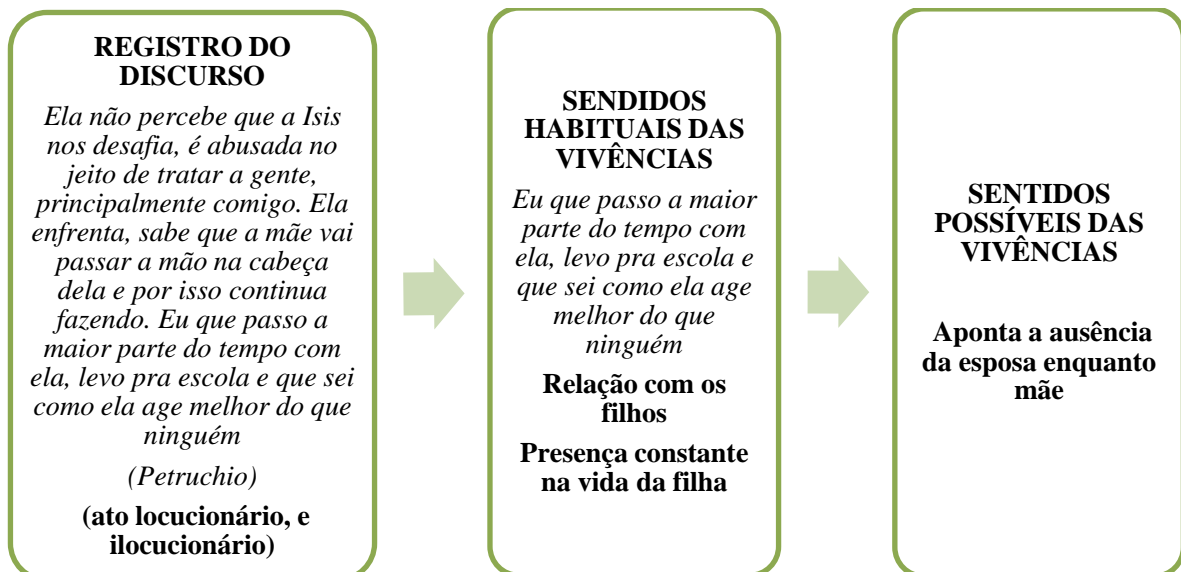


Fonte: elaborado pela autora, 2017.

“A chacota; o tirar sarro da cara do outro; uma piadinha sobre qualquer tema; perder o amigo, mas não perder a pilhéria etc., são caricaturas que circulam no cotidiano e instrumentos de pressão dos possíveis efeitos subjetivos” (PIMENTEL, 2013, p. 10). Na mesma direção, o discurso de Petruccio, de forma sutil, também é carregado de projeções e acusações à esposa.

A tentativa é de deixar exposta a negligência de Catarina enquanto mãe, já que, no sentido habitual, ele é quem acompanha a filha nas atividades de vida diária da mesma. Tal fato configura como o **sentido possível da vivência**.

Fluxograma 13 – Petruccio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Para o referido casal, a relação com os filhos configura-se como conflito conjugal, no sentido de que ambos não conseguem entrar num consenso sobre o modo como devem educá-los. Apesar de terem dois filhos, o conflito gira em torno de questões ligadas à filha caçula, já que o filho mais velho, segundo o discurso dos pais, “não dá trabalho”. O casal se posiciona competindo entre si, tentando encontrar quem tem mais razão ou faz mais coisas que o outro. Nada pode ser feito na direção de favorecer ajuda mútua ou cuidado. Sempre há uma pendência, uma falta entre eles, como se precisassem se confrontar.

Relatam se sentirem cansados desse processo, mas, não conseguem agir de modo diferente. As falas trocadas carregam um conteúdo acusatório, com aspecto projetivo e desafiador. Petruccio sempre se posiciona pedindo para Catarina uma solução do problema, e quando a mesma fala sua opinião, ele a significa como uma imposição ou uma desqualificação, e isso gera conflito.

Quando ela não se posiciona e dá espaço para que ele decida, ele não se sente apoiado e questiona a postura de mãe dela, não considerando adequada. Recorrentemente, questiona Catarina sobre seu comportamento diante dos filhos, já que considera as atitudes dos pais como exemplo, principalmente com relação à filha. No discurso abaixo, fica claro tal posicionamento:

Todas as vezes que bebes tu passas do limite. E eles veem isso. Qual a imagem que tu vais passar pros teus filhos? [...] Eu tenho que puxar tua rédea, sim. Não por ser teu marido mas pelos nossos filhos (**Petruccio**).

Para Catarina, ter jornada dupla dificulta sua presença na rotina dos filhos, principalmente, da filha, que ainda requer alguns cuidados (**registro do discurso**). Diz que, apesar do apoio que o marido dá na educação, ao acompanhar a filha na escola (**sentidos habituais**), revela se sentir cansada com o modo como ele lida com os conflitos relacionados à mesma (**sentidos possíveis**). Sempre faz uso de recursos que envolvem a violência, através de ameaças, gritos e agressões físicas. No trecho abaixo, de um dos relatos de Catarina, é possível perceber tal questão:

Ele é o pai e não age, pra ele resolver o conflito é gritar e ameaçar. Ele diz se ela cochilar no sofá ele vai ripar ela com um pedaço de pau. Pra falar uma asneira dessa eu prefiro me calar (**Catarina**).



Fluxograma 14 – Catarina



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A reprodução de um padrão de comportamento violento ocorre no ambiente privado da casa e, também, em lugares públicos. Não raro, os relatos da esposa revelam que o marido, enquanto pai, posicionou-se de maneira violenta na frente da escola da filha, na rua ou até mesmo na parada de ônibus e na presença de amigos da adolescente. Tais atitudes foram pontos de reflexão no grupo, em virtude de ressoar negativamente para os participantes. No manejo, realizei intervenções objetivando favorecer a percepção do casal sobre seu funcionamento enquanto pais e da possibilidade de reprodução de tais atitudes no comportamento dos filhos, já que

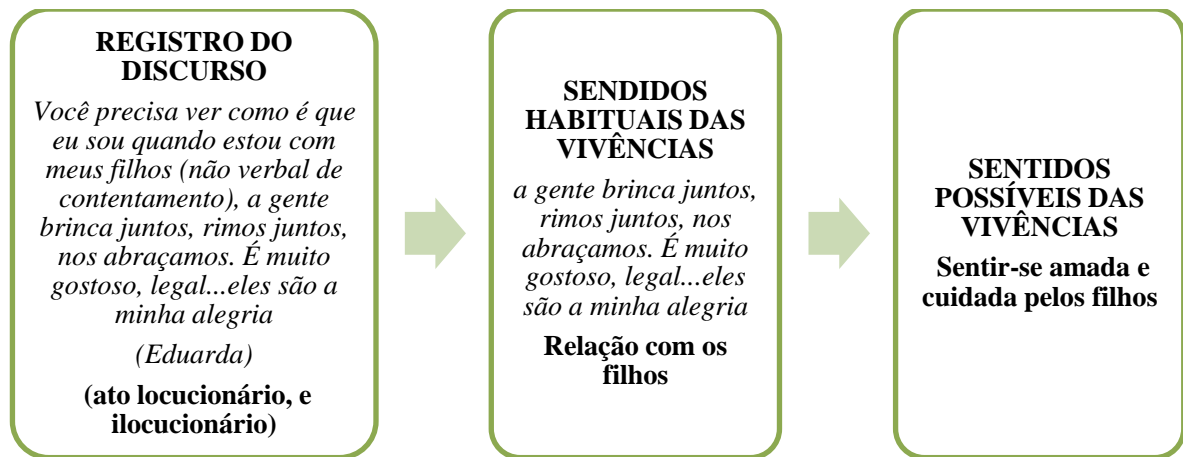
Os filhos podem aprender muito sobre como resolver seus problemas dentro e fora da família ao presenciarem a forma de resolução de conflito utilizada por seus pais, o afeto existente entre eles, como se comunicam, e principalmente como se adaptam frente às dificuldades inerentes à vida (MOSMANN; WAGNER; SERRIERA, 2008, p. 179).

Dentre as influências que a relação com os filhos podem gerar na vida compartilhada pelo casal, pontua-se a inabilidade de alguns casais em não conseguirem diferenciar os papéis de esposa e esposo dos papéis de mãe e pai, ocasionando descontentamentos e insatisfações no âmbito afetivo-sexual e gerando uma crise no casamento (SILVEIRA, 1998).

Nas narrativas do casal Marcelo e Eduarda, a relação com os filhos torna-se conflito, a partir da rigidez no modo como Marcelo trata os filhos, autoritária, permeada pela seriedade e sem espaço para diálogos e troca de afetos. Em contrapartida, Eduarda relata uma forma leve de lidar com eles (**sentidos habituais**), refere se sentir cuidada e amada, mantendo uma relação pautada em risos e brincadeiras (**sentidos possíveis**).

Você precisa ver como é que eu sou quando estou com meus filhos (não verbal de contentamento), a gente brinca juntos, rimos juntos, nos abraçamos. É muito gostoso, legal... eles são a minha alegria. Não entendo porque ele fica tão chateado com isso, fala que eu não me dou o respeito. Pra mim não é assim, é só meu jeito de ficar com meus filhos (**Eduarda**).

Fluxograma 15 – Eduarda



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Tal fato gera descontentamento em Marcelo, que compreende as “brincadeiras entre mãe e filhos” como falta de respeito. Para ele, a intimidade que existe entre os filhos e a esposa é desnecessária e sem limites.

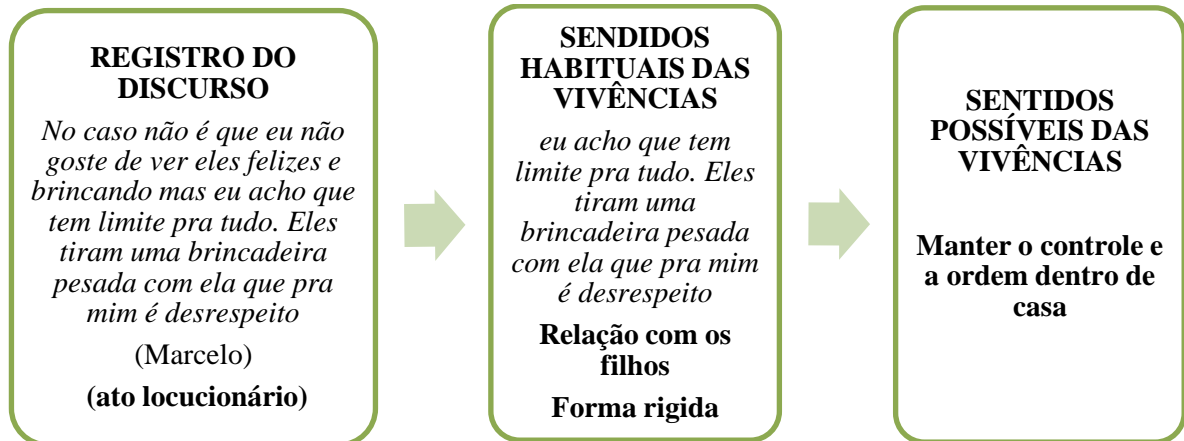
No caso não é que eu não goste de ver eles felizes e brincando mas eu acho que tem limite pra tudo. Eles tiram uma brincadeira pesada com ela que pra mim é desrespeito (**Marcelo**).

Pesquisas (CEBALLOS; RODRIGO, 1998; MUPINGA; GARRISON; PIERCE, 2002; MOSMANN; WAGNER; SARRIERA, 2008) revelam que pais com menor poder econômico tendem a um estilo educativo dos filhos mais autoritário, com baixa responsividade e alta exigência parental, fazendo uso de estratégias punitivas e coercitivas no processo de socialização dos mesmos.

Tal perspectiva coaduna com o observado durante as sessões realizadas pelo grupo. No funcionamento do casal Eduarda e Marcelo, era muito frequente a preocupação de Marcelo acerca da necessidade de os filhos não serem dependentes deles, inclusive financeiramente. Segundo Eduarda, às vezes, o modo como ele fala com os filhos, exigindo que trabalhem e estudem para que tenham sua “própria casa e sua vida”, ressoa como ausência de amor. Para Marcelo, a forma rígida (**sentidos habituais**) configura-se como impulso para que eles

busquem “sair da barra da calça dos pais [sic]”, buscando sua independência e autonomia, no entanto, observa-se que, ao agir de forma rígida, tal participante sente que mantém o controle sobre o que acontece dentro de casa, mantendo a ordem (**sentidos possíveis**), conforme observado no Fluxograma 16.

Fluxograma 16 – Marcelo



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Outro ponto de conflito entre eles são as explosões de Marcelo quando está com raiva, tendendo a ser agressivo e reagir com ofensas, o que, em alguns momentos, ocasiona a rebelião dos filhos contra ele, sendo necessário autocontrole para não agredi-los fisicamente.

Ao ser questionado sobre outros modos de reagir frente a situações de raiva, Marcelo afirma que tenta se controlar, às vezes, pede para os filhos agirem de outro modo, mas afirma: “não posso me tornar um cordeirinho manso”. Relata a relação difícil que teve com o pai e do quanto sua adolescência foi um momento difícil, marcada por violência.

Acerca da expressão e controle da raiva, Pimentel et al. (2016) revelam que “a dissonância entre o que sente e o que faz somada a um processo interno de luta para a manutenção da autonomia existencial pode induzir alguns homens a configurar uma imagem própria como alguém violento sem controle da raiva” (p. 322).

Levantou-se enquanto hipótese no grupo que Marcelo teria ciúmes da relação de Eduarda com os filhos, o que foi negado por Marcelo. Em seu discurso, também, deixa registrado que não considera que ela cumpra seu papel de esposa adequadamente, já que não é organizada com as tarefas do lar e, muitas vezes, apresenta-se insegura nas decisões que precisa tomar dentro de casa.

Ainda no que se refere à expressão dos sentimentos na relação pais e filhos, considero que:

Os arranjos familiares e/ou a família nuclear praticam e vivenciam a violência psicológica por meio das palavras que passam a ser uma arma usada em substituição à violência física. A humilhação, o jugo, a subtração da vontade do outro através do grito, da ordem, da submissão, do mandar calar-se, o impedimento da expressão verbal das idéias contrárias a do pai-“chefe” e ou da mãe/senhora, a exigência da concordância plena e do pronome de tratamento ao final de cada frase “Sim, Senhor, Sim, Senhora”, são algumas formas de conteúdos violentos e socialmente desqualificadores (PIMENTEL, 2013, p. 22).

Para o casal Atílio e Helena, a relação com os filhos, frutos de relações anteriores, também se configuram como ponto de tensão e conflitos entre eles. Os filhos de Helena moraram com eles por alguns anos, no início do relacionamento; posteriormente, ela perdeu a guarda para o pai biológico e, ao recuperá-la, eles voltaram a morar com o casal. Os motivos de discordância entre o casal se referem a três pontos: 1) o incomodo de Atílio com a forma como o filho caçula de Helena se comporta em casa; 2) a decepção que ele teve com a filha de Helena, a qual ele considerava como filha, que engravidou precocemente e, em uma discussão com ele, verbalizou “tu não és meu pai”, gerando o afastamento dela de casa e vários conflitos com Helena, todas as vezes em que a filha a solicitava, já que ele não gostava mais da presença da mesma na casa deles; e 3) o ciúme de Helena, referente a uma suposta filha que Atílio teria com uma ex-namorada.

Durante o processo psicoterapêutico, o casal Helena e Atílio foram os mais reservados em falar sobre questões referentes à relação com os filhos. Era como se tais fatos estivessem guardados como mágoas e incômodos que não eram expressados. Com a configuração do grupo, tais questões vieram à tona e foram trabalhadas.

Em seu discurso, Helena demonstrava bastante tristeza, pois percebia o descontentamento do marido para com os filhos dela, mas, não conseguia identificar o que, de fato, acontecia. Atílio demonstrou grande resistência inicial ao falar sobre tais assuntos, no entanto, era perceptível, a partir do seu não verbal, o incomodo que o assolava. Em uma das sessões, conseguiu expressar, ao verbalizar:

[...] Pra mim ouvir o que eu ouvi uma vez “Eu não sou teu pai” [...] então, eu prefiro me calar, eu me conheço. Usou uma louça, lave. Eu faço as tarefas de casa. O cara passa o dia todo dormindo, só estuda. Eu saio às 5h da manhã de casa, eu durmo cedo, né?, ai o cara tá no telefone a noite toda, ai eu não suporto luz, fica muito complicado conseguir dormir assim [...] (Atílio).

Fluxograma 17 – Atílio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Na análise do discurso de Atílio, a marca do texto revela a resistência do participante em se expressar diante da situação, visto que, mesmo tendo ajudado Helena a criar os filhos do relacionamento anterior, após a briga com a filha mais velha, tudo aquilo que envolve as questões relacionadas ao cotidiano dos filhos passou a ser um desconforto e um obstáculo para Atílio, como forma de se proteger da possível não aceitação (**sentidos possíveis**), cala-se e impede que a filha entre na casa. No entanto, na relação com Helena, as marcas de tal situação são perceptíveis por meio da tristeza que ela sente, pois não pode mais contar com a ajuda dele, compartilhar situações e receber a filha em casa.

Sobre a mesma situação, Helena relata:

É muito ruim isso tudo porque se trata dos meus filhos, ele não me ajuda a conversar com eles, quer que eu faça isso sozinha [fala emocionada, acompanhada de choro]. Ele é como pai deles, me ajudou a criá-los. Se ele fica chateado, desconfortado, eu fico triste, se não posso nem receber minha filha em casa eu sofro. Tudo o que vem dela ele reage negativamente, despreza e isso dói (**Helena**).

Fluxograma 18 – Helena



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

É consenso entre os casais a sensação de sobrecarga com as questões relacionadas aos filhos. Os contextos que envolvem tais demandas exigem desses pais novas configurações no trato com os filhos, como o abandono de práticas tradicionais e a reformulação da interação com esses, que mudaram de ciclo vital do desenvolvimento. A maioria dos conflitos relaciona-se à “desobediência” dos filhos para com os pais, ou com a inabilidade em lidar com as especificidades que a sociedade atualmente dispõe para os sujeitos, o advento da globalização, o excesso de informações via uso da internet (LÉVY, 1999), as mídias sociais, que são fatores fundamentais na construção da subjetividade de adolescentes e jovens adultos.

Nessa perspectiva a complexidade da dinâmica familiar traduz-se de forma inquestionável na maneira com que seus membros interagem. Com todo esse aparato de diversidade, o amor, o afeto, enfim, os sentimentos passam a ser também um desafio tendo em vista que aprender a respeitar e a entender as diferenças, aprender a educar os filhos, dentro de suas limitações e dificuldades é algo que exige um esforço cada vez maior por parte de todos os membros da família contemporânea (LINO, 2009, p. 3).

Em contrapartida, os participantes revelam que, em alguns momentos, os filhos podem aproximar o casal. Apresentando-se, assim, um paradoxo, um sentimento ambivalente, no qual há, ora abalo nos vínculos, ora aproximação em decorrência da necessidade da responsabilidade

compartilhada.

### 7.2.5 Questões financeiras

A administração financeira e o modo como se relacionam com o dinheiro emerge no discurso dos casais como um elemento desencadeador de atos violentos. São escassas as pesquisas que investigam esse tema relacionado a conflitos conjugais, no entanto, os autores afirmam tal perspectiva (XAVIER, 2013; FALCONIER, 2014; CARDOSO; BUCHER-MALUSCHKE, 2017; MOREIRA, 2002; RUSSO, 2011; RAZERA; CENCI; FALCKE, 2015), já que “a forma como os casais se organizam financeiramente pode trazer conflitos ao relacionamento independentemente da quantidade de dinheiro disponível” (CARDOSO; BUCHER-MALUSCHKE, 2017, p. 180).

Nas narrativas dos casais, tais conflitos são marcas presentes no modo de funcionamento dos mesmos. Abaixo, um trecho de uma fala de Catarina acerca da forma como o casal realiza a administração financeira da casa em que vivem:

Eu escuto assim dele: te vira, dá teu jeito. É tua obrigação tu deu tua palavra... e pelo que eu entendi é que eu posso pagar a construção mas o rapaz não pode saber que eu estou pagando. E toda vez ele põe dessa forma, eu tenho obrigação de pagar tudo, é minha obrigação. Pra essas coisas ele não se importa em ser a mulher da casa, eu posso ser o homem tranquilamente. Pra outras coisas ele é 100% machista na hora que se fala de dinheiro ele vira a esposa (**Catarina**).

O relato de Catarina configura-se como um desabafo da sobrecarga que sente por ter jornada dupla, por não sentir que o marido compartilhe com ela das responsabilidades financeiras, por demonstrar indisponibilidade para administrar, juntos, as finanças do casal (**sentidos habituais da vivência**) e por não ser permitido por ele que ela seja reconhecida como a mantenedora do lar diante de outras pessoas. Na tentativa de punir o marido pelo descontentamento, Catarina usa do padrão socialmente validado de que o “homem deve ser o provedor do lar” e usa uma linguagem pejorativa diante do grupo, causando vergonha no marido e repercutindo incomodo em algumas pessoas do grupo (**ato perlocucionário**), ao dizer que ele age como a mulher da casa e ela o homem, e acusando-o de machista (**sentido possível da vivência**). Apresentamos no Fluxograma 19 a compreensão hermenêutica do discurso da participante.

Fluxograma 19 – Catarina



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

“Pensamos que a palavra, o meio, a mensagem, a intencionalidade e as linguagens são vetores que integram a comunicação verbal e a possibilidade das práticas violentas” (PIMENTEL, 2013, p. 10). As palavras usadas por Catarina reverberam negativamente na relação com Petruccio, que questiona a quebra do contrato inicial do grupo de que o respeito seria mantido durante as sessões. Segundo ele, ao chama-lo de a “mulher”, o contrato foi ferido, pois houve uma falta de respeito.

Tal pontuação foi refletida com o grupo em três aspectos: 1) a não validação do outro, que acontece um via dupla; ele a desrespeita quando não permite que as pessoas saibam que o pagamento é realizado por ela e quando ela o trata de maneira desrespeitosa perante o grupo; 2) a necessidade de competição entre o casal, que gera troca de agressões verbais recorrentemente; e 3) a ausência de cuidado e senso de coletividade.

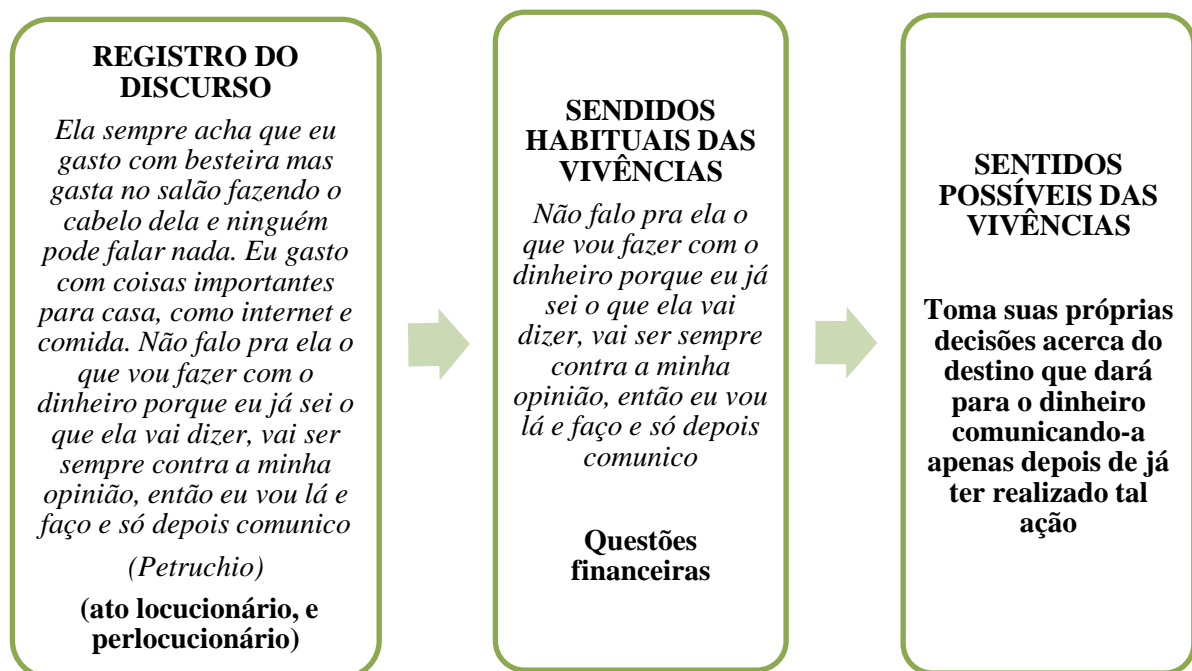
Entende-se que estilos diferentes de organização financeira não significam a existência um jeito melhor do que o outro, significa apenas a possibilidade de existir várias formas do casal se organizar financeiramente e independente do funcionamento do casal, podem funcionar bem ou resultar em conflitos, gerar estresse e diminuir a intimidade do casal. É importante ressaltar que essas categorias não são necessariamente imutáveis ou permanentes nos casais, podendo se alternar tanto na intensidade como no momento de vida do casal (CARDOSO; BUCHER-MALUSCHKE, 2017, p. 181).



No discurso de Petruchio, é possível perceber tal preposição, no que se refere a modos diferentes de lidar com o uso do dinheiro:

Ela sempre acha que eu gasto com besteira mas gasta no salão fazendo o cabelo dela e ninguém pode falar nada. Eu gasto com coisas importantes para casa, como internet e comida. Não falo pra ela o que vou fazer com o dinheiro porque eu já sei o que ela vai dizer, vai ser sempre contra a minha opinião, então eu vou lá e faço e só depois comunico (**Petruchio**).

Fluxograma 20 – Petruchio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

No registro do discurso de Petruchio, fica claro que os **sentidos habituais**, a partir de brigas em função das questões financeiras, são mais um modo de evidenciar a ausência de trocas potencializadoras entre o casal. A competição se mantém instalada quando ele questiona o modo como a esposa usa o dinheiro, acerca do que é importante para ela e do que não é para ele, do não desejo dele de partilhar e dialogar sobre qual o melhor destino para o dinheiro, demonstrando uma ausência de senso de solidariedade e compartilhamento com o outro, visto que as despesas são conjuntas e que cada um tem, de fato, questões que são importantes para si, porém, conseguirem dialogar e, juntos, encontrarem a melhor forma para que todos tenham garantido o que for importante e fundamental para ambos, a possibilidade de evitação de um conflito aumenta.

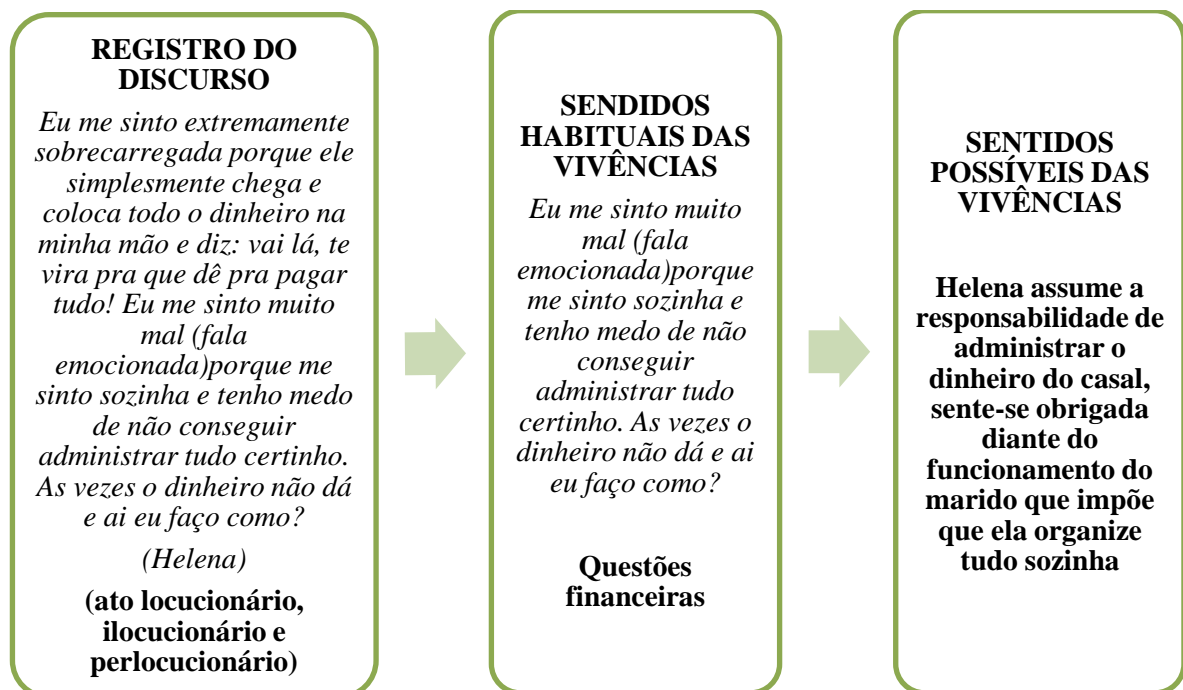
Moreira (2002) revela que os contextos culturais e prioridades individuais são pontos que colaboram para a formação de significados diferentes acerca do dinheiro. Tal preposição nos coloca diante do ponto de que o conflito conjugal se dá, justamente, pelo fato de que cada um que compõe a díade traz consigo uma forma de dar sentido para o dinheiro, gerando uma tensão individual no modo como manejam a questão financeira, o que pode afetar as relações (XAVIER, 2013; FALCONIER, 2014; CARDOSO; BUCHER-MALUSCHKE, 2017).

Assim, “analisando o contexto de educação financeira, o casal, são duas pessoas que aprenderam a usar o dinheiro de formas diferentes e agora juntos precisam aprender a organizar um gerenciamento financeiro a dois” (CARDOSO; BUCHER-MALUSCHKE, 2017, p. 180).

No discurso dos casais Atílio e Helena, o tema relacionado a dinheiro também aparece como ponto de conflito entre o casal.

Eu me sinto extremamente sobrecarregada porque ele simplesmente chega e coloca todo o dinheiro na minha mão e diz: vai lá, te vira pra que dê pra pagar tudo! Eu me sinto muito mal [fala emocionada] porque me sinto sozinha e tenho medo de não conseguir administrar tudo certinho. Às vezes o dinheiro não dá e ai eu faço como? **(Helena)**

Fluxograma 21 – Helena



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Eu acho que eu faço minha parte né?! Trago o dinheiro pra casa e entrego pra ela administrar. Não fico com nada pra mim, estamos passando por um momento difícil e isso tem afetado inclusive minha saúde. Não ando bem

emocionalmente, tudo me irrita, as pessoas na rua o barulho, prefiro ficar sozinho e me isolar (**Atílio**).

Fluxograma 22 – Atílio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

As narrativas do casal Atílio e Helena apontam questões importantes quando se trata da demanda financeira. O casal apresenta em seu funcionamento um modo tradicionalista de lidar com a administração do dinheiro. Ela tenta suscitar no marido a possibilidade de abrir espaço para um novo modo de funcionar, mas, ele, inicialmente, demonstra rigidez, já que considera que cumpre seu papel de homem provedor do lar. Ela refere sentir-se triste e sobrecarregada diante de tal situação, e ele evita o contato com o sofrimento, apenas atribuindo a ela a responsabilidade de gerenciar a vida financeira do casal. No entanto, relata um processo de adoecimento emocional, em virtude da dificuldade vivenciada neste momento da vida.

“O sofrimento relacionado a finanças acarreta ao indivíduo problemas de ordem física, alteração de humor, sono, apetite, baixa produtividade no trabalho, irritabilidade, hostilidade e agressividades, fatores que podem impactar no relacionamento a dois” (CARDOSO; BUCHER-MALUSCHKE, 2017, p. 179).

A questão do dinheiro também representa para os mesmos a possibilidade da segurança financeira e da responsabilidade em prover para o lar. Esse ponto é observado no discurso dos homens e das mulheres.

Destaco, também, a exigência da sociedade capitalista, a qual esta microparcela de participantes representa, para que se tornem consumistas; gera uma pressão para que bens sejam

adquiridos, gerando nos casais a crença de que isso é fundamental para alcançar a tão sonhada “felicidade” (VALE, 2011).

Ressalto que “pensar numa organização financeira de casal é ir além de se informar sobre os rendimentos do outro, para que a organização financeira seja saudável para os dois, o casal precisa organizar um jeito do casal lidar com dinheiro” (CARDOSO; BUCHER-MALUSCHKE, 2017, p. 180).

### 7.2.6 Motivações para a violência

Nas análises das narrativas, um dos sentidos habituais observados nos discursos dos casais foram as justificativas que envolviam as motivações para a violência, dentre eles: o ciúme, as diferenças, a relação com o dinheiro e com os filhos, a ausência de comunicação e diálogo. Tal percepção é corroborada na afirmativa de Ramos (2013), de que “no casamento, a violência está ligada, entre outros fatores, às expectativas entre os cônjuges, à dinâmica conjugal e, principalmente, à comunicação construída por eles durante o relacionamento” (p. 43).

De todos os participantes do grupo, o casal que conseguiu expressar mais claramente o motivo para o ato violento foi Marcelo e Eduarda; superficialmente, a motivação seria a compra de um celular como mote da briga entre eles, que o fez chegar até a Defensoria Pública. No entanto, a narrativa mais aprofundada, a partir da intervenção clínica, possibilitou o reconhecimento e a ampliação da consciência de tal fato:

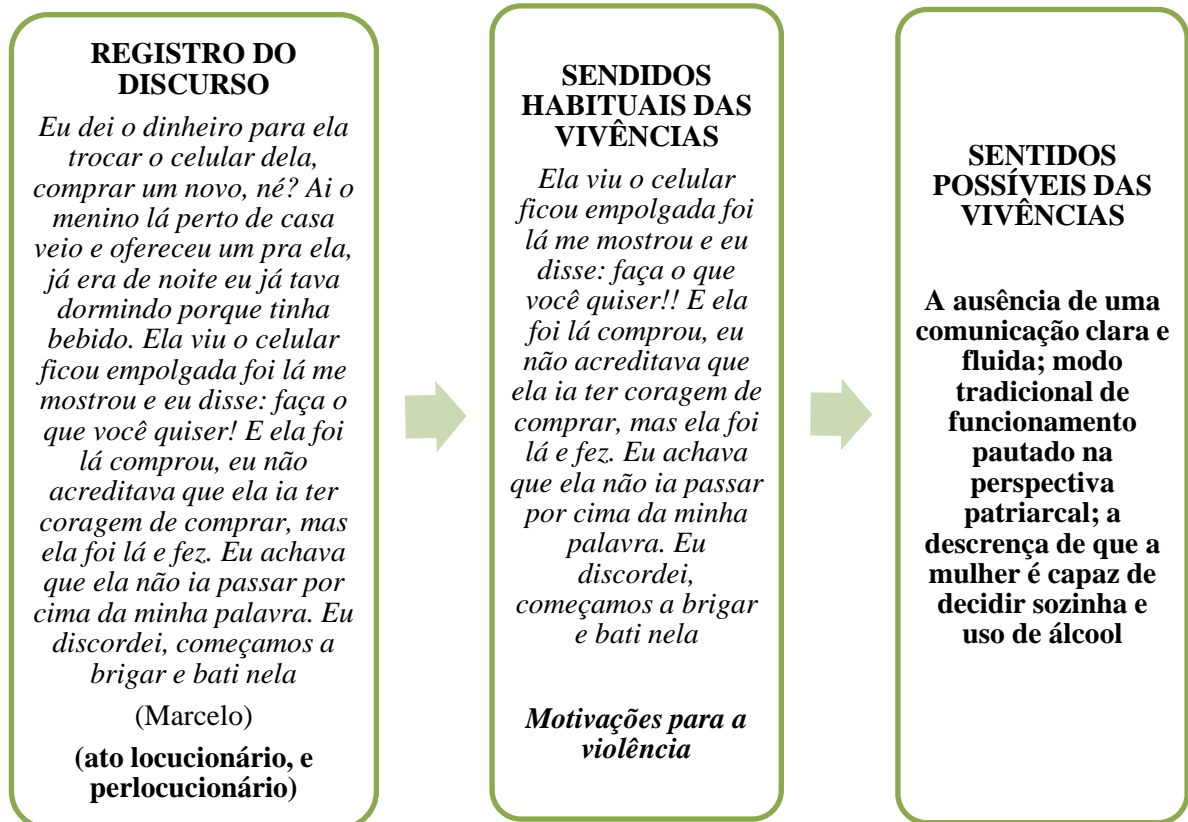
Eu dei o dinheiro para ela trocar o celular dela, comprar um novo, né? Ai o menino lá perto de casa veio e ofereceu um pra ela, já era de noite eu já tava dormindo porque tinha bebido. Ela viu o celular ficou empolgada foi lá me mostrou e eu disse: faça o que você quiser! E ela foi lá comprou, eu não acreditava que ela ia ter coragem de comprar, mas ela foi lá e fez. Eu achava que ela não ia passar por cima da minha palavra. Eu discordei, começamos a brigar e bati nela (**Marcelo**).

Na narrativa de Marcelo, é possível perceber que, apesar de ter “autorizado” a compra do celular, estava subentendido, para ele, a não aprovação da negociação e, ao verificar que a mesma o fez, frustrou-se ao perceber que Eduarda foi “capaz” de escolher sem o total consentimento dele.

No fluxo da narrativa, entendo que o **sentido habitual da vivência** para a motivação do ato violento configura-se, hermeneuticamente, como a inabilidade de Marcelo em comunicar

com clareza qual seu desejo real diante da situação (**sentido possível da vivência**). A ausência de uma comunicação clara e fluida impediu que o casal chegasse a um consenso e externou o modo tradicional de funcionamento, pautado na perspectiva patriarcal de que “a última palavra é do homem da casa”, bem como a descrença de que a mulher é capaz de decidir sozinha, já que, na dinâmica conjugal deles, ela se apresenta como dependente financeira e afetivamente. Ressalto, ainda, que Marcelo estava alcoolizado, sendo esse, constantemente, um dos motes para conflitos conjugais e, assim, desencadeamento de atos violentos (FURTADO; MÉLLO, 2010; PONDAAG, 2009).

Fluxograma 23 – Marcelo

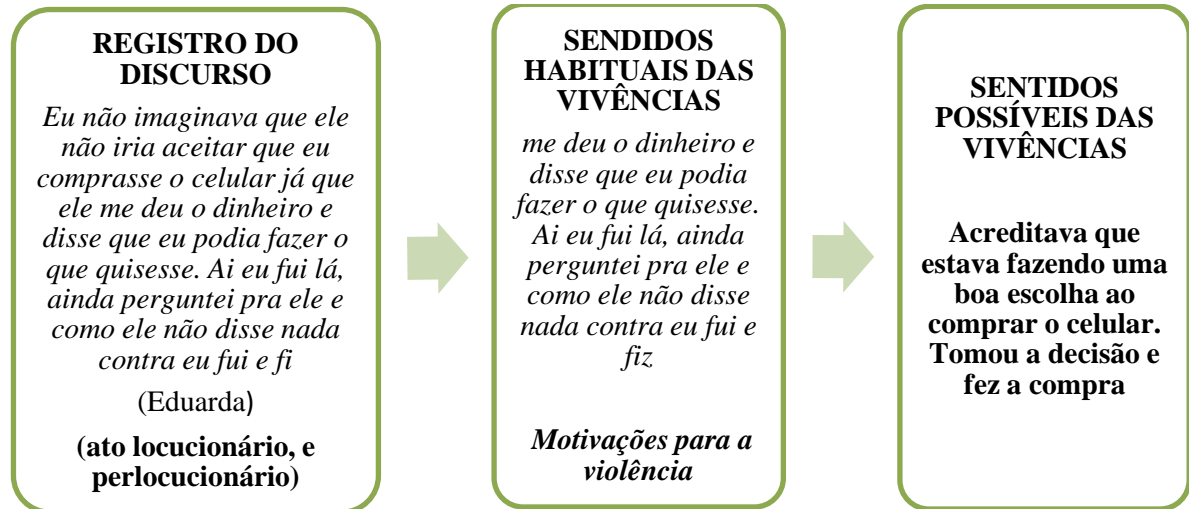


Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Para Eduarda, o ato violento foi algo inesperado, pois, segundo a mesma “não estava fazendo nada de errado e nem fora do consentimento do marido [sic]”. Acreditava que ele, de fato, havia “autorizado” a realização da compra do celular. Revela sentir-se “traumatizada” e, apesar de terem se passado muitos anos (o ato violento aconteceu em 2007), ainda tem medo de que algo assim volte a acontecer.

Eu não imaginava que ele não iria aceitar que eu comprasse o celular já que ele me deu o dinheiro e disse que eu podia fazer o que quisesse. Ai eu fui lá, ainda perguntei pra ele e como ele não disse nada contra eu fui e fiz (Eduarda).

Fluxograma 24 – Eduarda



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

No discurso de Eduarda, é possível perceber que as reverberações dos atos violentos se mantêm mesmo após ter se passado tanto tempo do ato violento. Verifica-se que, na dinâmica desse casal, a liberdade acerca das decisões a serem tomadas é rechaçada pela vontade do outro. Apesar do registro do discurso escolhido para a demarcação deste tópico ser o ato violento, a partir da agressão física, é importante situar que Eduarda também tende a atos de controle acerca do modo como o marido deve vivenciar suas relações de amizade. Tal fato nos leva a refletir acerca do conceito de violência proposto por Marilena Chauí, a partir do conceito de liberdade para Spinoza:

A liberdade não é a escolha voluntária ante várias opções mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir. É autonomia. Não se opõe à necessidade (natural ou social), mas trabalha com ela, opondo-se ao constrangimento e à autoridade. Nessa perspectiva, ser sujeito é construir-se e constituir-se como capaz de autonomia numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam como determinantes do que somos e fazemos, mas como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e à violência ou sejamos agentes dela (CHAUÍ, 1985, p. 36).

Nesse sentido, a aniquilação do outro a partir do não reconhecimento enquanto sujeito de direitos, livre para escolher, configura-se como violência impetrada contra o outro. Assim,

entendemos que “as relações de gênero, no âmbito da conjugalidade, são relações dialéticas onde cada um detém parcelas de poder, embora de forma desigual” (ARAÚJO, 2005, p. 189).

A motivação para a violência entre o casal Atílio e Helena se configura como uma tentativa de aproximação e comunicação entre eles, visto que, no momento em que o ato violento aconteceu, ambos estavam separados. Sobre esse aspecto, Pondaag (2009) afirma:

Por vezes, a comunicação entre o casal está tão bloqueada, distorcida ou superficial, que a violência passa a ser um recurso para falar ou para fazer com que o outro escute. Quando há percepção de que o outro não considera, não dá importância ou desvaloriza a sua palavra, uma pessoa pode acreditar que dizer radicalmente, expressar de modo que o outro sintá-se coagido a prestar atenção, seja o caminho (p. 57).

Abaixo, o registro do discurso de Helena:

Eu tava numa festa com duas amigas, nós dois estávamos separados, ele me viu, me chamou e eu o ignorei. Continuei lá com minhas amigas, mas ele ficou com ciúmes, esperou eu ir para o banheiro e quando eu passei por ele me deu um soco. Eu fui lá e fiz a denúncia (**Helena**).

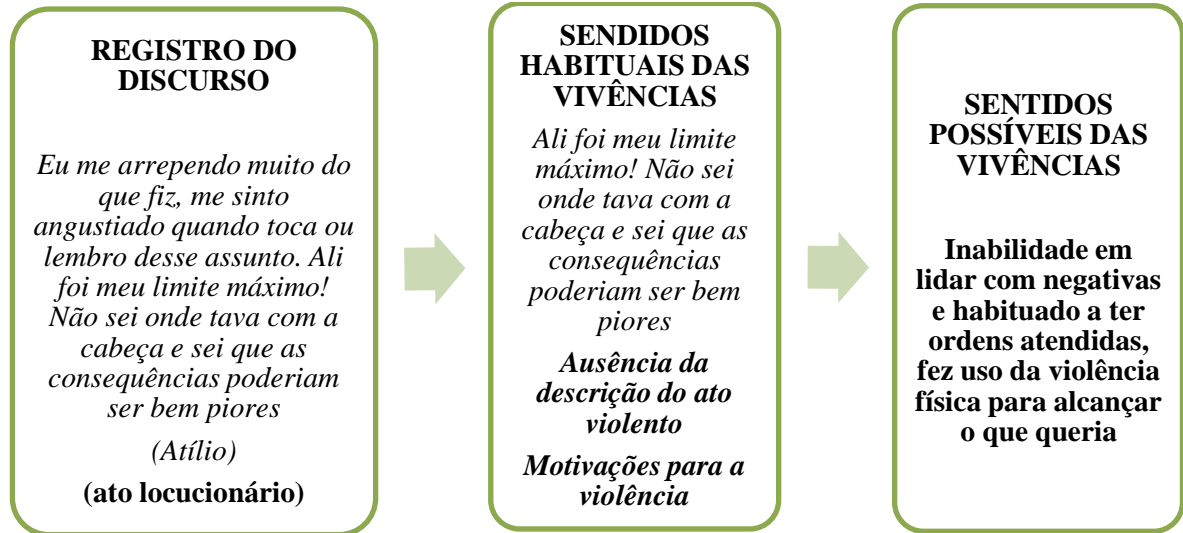
Nesta narrativa, a ação violenta demonstra a intolerância de Atílio frente à frustração de ser ignorado por Helena, não aceitando a negativa da mesma e, através de um ato violento, aproximou-se da mesma. O casal revela que foi a primeira vez que ele apresentou um comportamento como esse, e que a violência física não fazia parte da dinâmica do casal. Durante todo o processo de grupo, Atílio nunca falou claramente sobre o episódio violento; sempre que o assunto era abordado, demonstrava que se sentia incomodado. No dia em Helena contou como o fato ocorreu, ele expressou a angústia e arrependimento como sentimentos presentes, afirmando que jamais imaginava que seria capaz de fazer algo assim e que, por perceber o erro que cometeu, estava fazendo o que podia para reconquistar a confiança dela.

Eu me arrependo muito do que fiz, me sinto angustiado quando toca ou lembro desse assunto. Ali foi meu limite máximo! Não sei onde tava com a cabeça e sei que as consequências poderiam ser bem piores (**Atílio**).

A ausência de palavras acerca de como aconteceu a ação violenta no discurso de Atílio denota **o sentido habitual da vivência**, já que não costuma expressar o que sente e o que o incomoda, no entanto, ao ouvir o relato da esposa, conseguiu revelar para o grupo quais sentimentos estavam presentes e sua angústia diante do ocorrido. Ressalto que o participante é

policia militar, habituado a ordenar e ser atendido e que, ao ter sido ignorado pela ex-mulher, fez uso da violência física para alcançar o que queria, configurando-se como o **sentido possível da vivência**.

Fluxograma 25 – Atílio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Para Pondaang (2009), “em certas situações, a violência parece ser estratégia de aproximação, tentativa de contato. Ainda que pela violência, quebrar o distanciamento, a frieza do outro pode ser um ganho. Há quem diga que pior do que a agressão é a indiferença” (PONDAANG, 2009, p. 57). Assim, no que se referem aos afetos, estes nem sempre são expressos de maneira clara, possível de ser compreendida e com elementos de cuidado na interação com o outro, sendo a violência a consequência dessas dificuldades, presentes na comunicação instalada entre o casal, e do modo como expressam o que sentem.

Na dinâmica conjugal do casal Petruccio e Catarina, é presente em todos os relatos a violência, incluindo as tipologias física, psicológica, patrimonial e simbólica. O casal não se furta o direito de falar e expressar as ações violentas e o descontentamento entre ambos, buscando achar culpados para as questões que ocorrem, não conseguindo dialogar e disputando entre si quem está certo ou errado diante das situações. Observa-se que, “na tentativa de achar um culpado para a crise, passa a se acusar mutuamente, e o fato em si, o motivo da discórdia, torna-secundário, prevalecendo a agressão. É a total impossibilidade de escutar o outro” (ESPÍNDOLA et al., 2004, p. 224).

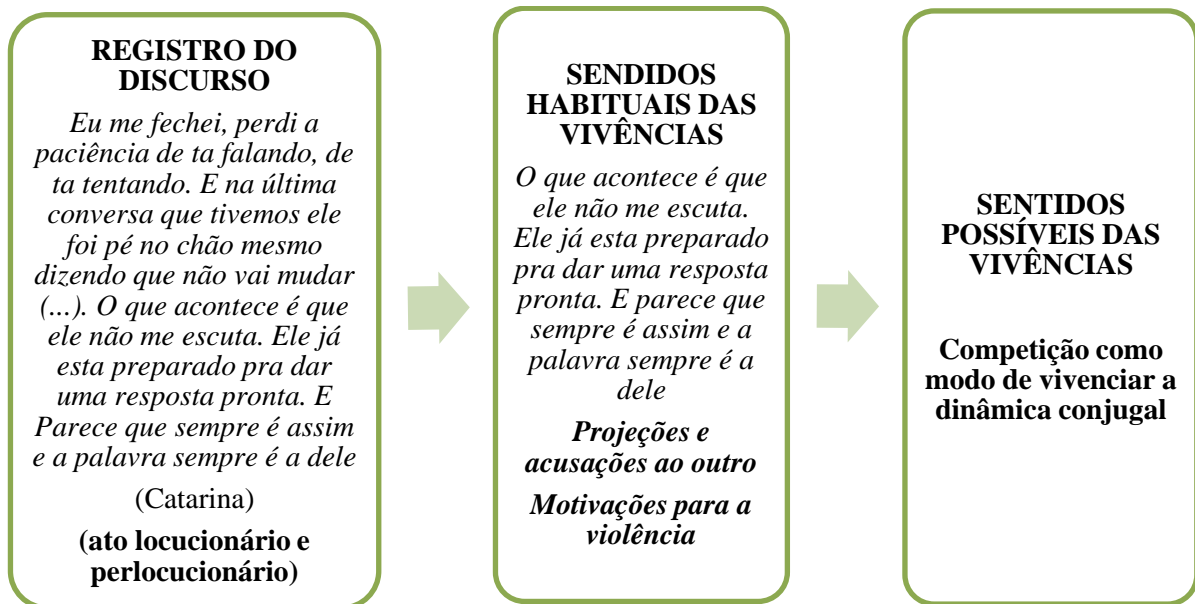
No discurso do referido casal, os motivos para os conflitos são inúmeros e, muitas vezes, considerados por eles como “besteira”, no entanto, revelam que não conseguem não brigar e



encontrar juntos formas de solucionar aquilo que está gerando o conflito. Abaixo, o registro da narrativa do casal:

Eu me fechei, perdi a paciência de ta falando, de ta tentando. E na última conversa que tivemos ele foi pé no chão mesmo dizendo que não vai mudar [...] O que acontece é que ele não me escuta. Ele já está preparado pra dar uma resposta pronta. E parece que sempre é assim e a palavra sempre é a dele **(Catarina)**.

Fluxograma 26 – Catarina



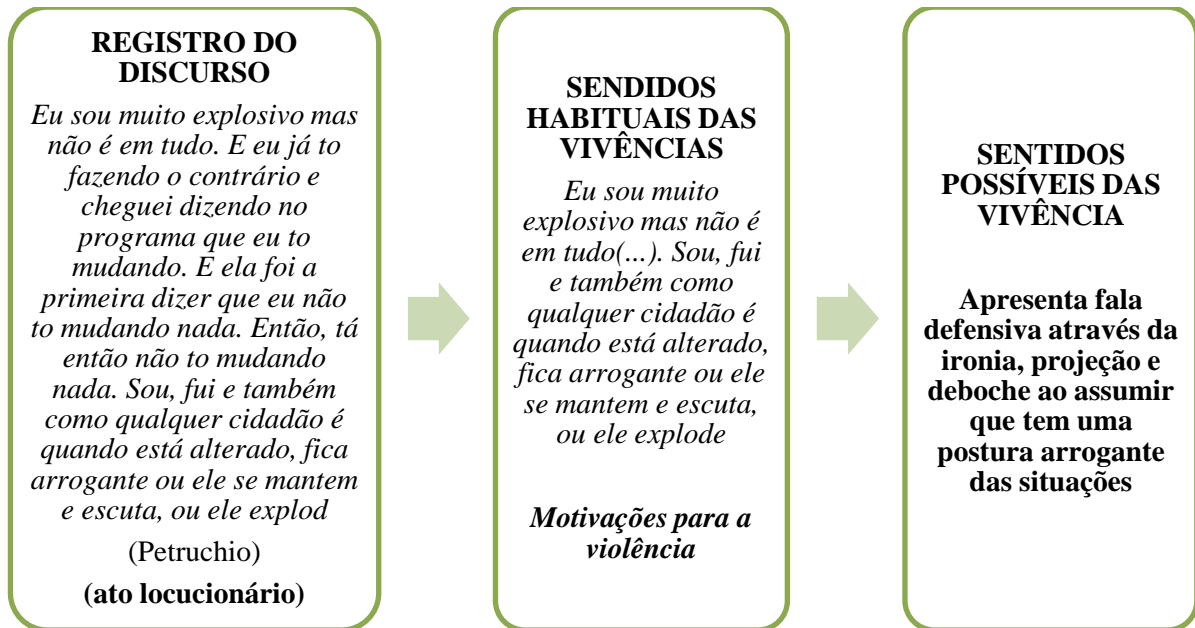
Fonte: elaborado pela autora, 2017.

No discurso de Catarina, é possível perceber a postura rígida e fechada diante do marido, já trazendo um discurso pronto do modo como ele vai agir diante das situações, fazendo uso de projeções e de acusações, gerando conflitos e atitudes violentas (**sentido habitual da vivência**). A configuração da dinâmica conjugal do casal revela que a competição é a marca na interação entre eles (**sentido possível da vivência**).

Sobre o mesmo episódio, o discurso de Petruchio explicita o movimento explosivo e arrogante diante das situações:

Eu sou muito explosivo mas não é em tudo. E eu já to fazendo o contrário e cheguei dizendo no programa que eu to mudando. E ela foi a primeira dizer que eu não to mudando nada. Então, tá então não to mudando nada. Sou, fui e também como qualquer cidadão é quando está alterado, fica arrogante ou ele se mantém e escuta, ou ele explode **(Petruchio)**.

Fluxograma 27 – Petruccio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A justificativa para atos de explosão e de conflitos violentos é presente na narrativa de Petruccio, a partir do mote de que “qualquer cidadão” se altera em situações de estresse, configurando-se como o **sentido habitual da vivência**. Apresenta fala defensiva, fazendo uso de ironia e deboche ao referir-se àquilo que a esposa afirma e, ao final, assume que, de fato, tem uma postura arrogante diante das situações, ancorado no fato de que todos na mesma situação teriam esse tipo de comportamento.

Tanto os homens como as mulheres em situação de violência parecem sentir necessidade de se defender e de defender seu lugar na família e, principalmente, no casal, como se fossem pessoas em competição pela autonomia. Isso porque um só se percebe reconhecido quando se sobrepõe ao outro, não quando se vê em situação de igualdade. Em especial o homem, na população estudada, percebe o equilíbrio na diferença que tende para a superioridade masculina. A cooperação e a harmonia, nesse contexto, dão lugar à competição pelo comando da relação (RAMOS, 2013, p. 40).

Ressalto que, apesar de episódios de assujeitamento e submissão, as mulheres participantes do grupo apresentaram movimentos de resistência e enfrentamento a situações de imposições e violências feitas pelos companheiros. O modo de posicionarem-se variava entre: a explosão, envolvendo a violência física e psicológica; a negativa do sexo, e a expressão de insatisfação através da não obediência ao que era pedido ou esperado pelos maridos.

Tais dados estão alinhados com os resultados de pesquisas que constataram, nas posturas

de mulheres, atitudes de empoderamento através de ruptura frente às obediências impostas pelo padrão socialmente aceito, a partir de relações pautadas por estereótipos de gênero (AZERÊDO, 2004; CORTEZ; SOUZA, 2008; PONDAAG, 2003, 2009; SAFFIOTI, 2002).

### **7.2.7 Sentido criativo da narrativa: o processo de mudança**

O sentido criativo da narrativa é a possibilidade de crescimento a partir das aprendizagens vivenciadas, configurando-se como um movimento saudável em direção a processos de mudança, a capacidade de transformar cristalizações em ações, formas obsoletas em novos modos de funcionar e vivenciar a autonomia e a espontaneidade (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997; RICOEUR, 1991).

Para a delimitação desse processo, acredito ser importante descrever como ocorreram as sessões de psicoterapia breve de grupo com casais, com objetivo de facilitar a compreensão do manejo e das intervenções realizadas. Durante as sessões, não foram levados temas prévios, pois, em cada encontro, as questões emergiam no aqui-agora da situação e eram vivenciadas no momento presente.

Durante o manejo, utilizei recursos para, em alguns momentos, facilitar o processo de percepção dos casais e de tomada de consciência dos mesmos. Em Gestalt-terapia, tais recursos são nomeados como “experimentos” e não se resumem a um amontoado de técnicas a serem aplicadas por si sós; pelo contrário, os experimentos surgem na relação, sendo a vivência deles uma oportunidade nova, um evento novo, não só para a pessoa que o realiza, como, também, para o psicoterapeuta (ZINKER, 2007).

Pode ser algo criado durante a interação ou a utilização de um instrumento, como um filme, um texto, um vídeo, imagens etc. O ponto fundamental é que a tarefa não seja previamente pensada e uma obrigatoriedade a ser cumprida, sendo apenas um pretexto para a realização da mesma e a possibilidade de entrar em contato com o novo; o importante é focar no que pode, em alguns momentos, impedir a realização da tarefa (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1951), ou seja, o modo como as pessoas a realizam, o que sentem ao realiza-las, quais as mobilizações que surgem no decorrer desse processo e, principalmente, qual aprendizado tiram da vivência dessa situação.

Para Zinker (2007), “O experimento é a pedra angular do aprendizado experiencial. Ele transforma o falar em fazer, as recordações estéreis e as teorizações em estar plenamente presente aqui, com a totalidade da imaginação, da energia e da excitação” (p. 141). A realização do experimento favorece que a pessoa se explore de forma ativa, conduzindo a experiência, sem

juízos ou racionalizações, já que tal situação favorece o contato com o sentir.

Cito quais experimentos utilizamos durante a realização do grupo psicoterapêutico com casais:

- exercício de relaxamento através do contato com a respiração e conscientização do corpo<sup>5</sup>;
- o uso da primeira pessoa do singular, ao realizarem uma fala projetiva ou que não houvesse uma implicação na mesma;
- a construção conjunta do contrato de convivência do grupo;
- solicitei que os casais colocassem no papel quais eram os seus pedidos para seus respectivos companheiros e os sentimentos, valores e ações que poderiam oferecer a ele ou ela;
- realização da reflexão sobre a trajetória de vida do casal, da “bagagem” que trazem consigo durante todos os anos de matrimônio, através do desenho de uma mala contendo tudo aquilo que “carregam” e que cabe dentro deste relacionamento. Posteriormente, solicitei que se respondem as seguintes perguntas: o que temos e precisamos manter?, o que nós temos e não precisamos?, o que não temos e precisamos?, o que não temos e não precisamos? Tal atividade favoreceu que fossem relatados fatos da vida do casal, a partir da trajetória deles, e como foram os primeiros anos de convivência, as partilhas, os conflitos e as angústias, até o momento presente;
- em uma das sessões, solicitei que pensassem em como havia sido o início da relação deles enquanto casal, como se conheceram, o que fizeram para ficar juntos, o que os mantinha, até ali, unidos;
- a inversão de papéis (um se colocar no lugar do outro);
- dramatização de situações;
- confecção de um cartão de Natal, no qual colocaram o que esperavam para o próximo ano, quais os pontos que poderiam facilitar e quais seriam não facilitadores para alcançar o que desejam, e aquilo que não gostariam de levar para este novo ciclo, e deixar na história do ano que estava acabando;
- avaliação final do processo, através da realização de um desenho onde

---

<sup>5</sup> Ao iniciar as sessões, realizávamos um trabalho com a respiração, solicitando que entrassem em contato com o corpo e com os sentimentos que estavam presentes naquele momento. Na sessão número 10, solicitei que pensassem sobre suas relações, quais motivos fizeram com que escolhessem ficar juntos, como eram no início do relacionamento e o tratamento que utilizavam um para com o outro.

expressariam como estavam antes de chegar ao NEAH, como foi durante o processo psicoterapêutico e como estavam naquele momento (aqui-agora).

Outro ponto fundamental, e que favoreceu o processo de mudança, é que, ao ouvirem outros casais, o senso de *universalidade* se fez presente (YALOM; LESZCZ, 2006), ao perceberem que a situação que estão vivenciando não ocorre apenas consigo; traz para o grupo uma potência na aproximação do vínculo, na percepção de não exclusividade e na tentativa de que, com suas próprias experiências, possam ajudar um ao outro, o que se configura como *Aprendizagem interpessoal* (YALOM; LESZCZ, 2006):

[...] Lá em casa era assim, a gente brigava muito também, mas você (Catarina) precisa aprender a perdoar ele (Petruchio), eu (Eduarda) já passei por muita coisa e perdoei para poder estar aqui hoje com ele (Marcelo) e ter minha família (**Eduarda**).

[...] Vocês (Catarina e Petruchio) precisam aprender a conversar, antes eu não conseguia dialogar com ele, só chorava ou falava e ele não dizia nada, eu me sentia sozinha assim como você (referindo-se a Catarina) se sente e era muito ruim (**Helena**).

[...] É interessante ouvir as coisas aqui porque a gente vê que não acontecesse só na casa da gente! (**Petruchio**)

Acerca da vivência grupal e dos benefícios que o compartilhar e as trocas entre os participantes do grupo oportunizam, Ciornai (2016) revela:

A vivência grupal, sobretudo hoje - quando vivemos um cotidiano de relações fugazes e superficiais e impessoais -, provê um espaço e um tempo para o cultivo de relações significativas, nutritivas e enriquecedoras. Em oposição ao anonimato e à indiferença vivenciados nas ruas e nas comunicações virtuais, o contexto grupal oferece a possibilidade de presença de inteireza, validação, pertinência e vínculos de solidariedade. E, também de empoderamento, pois o grupo unido pode fazer reivindicações e ações sociais conjuntas em situações nas quais o indivíduo, sozinho, se vê pequeno e impotente (CIORNAI, 2016).

Na narrativa dos casais, as mudanças foram perceptíveis à medida que as sessões em grupo iam acontecendo, de fato, para alguns, mais rápidas e fáceis de observar do que para outros. Suponho que tais movimentos aconteceram devido ao grau de implicação, responsabilização e compromisso pessoal e com o grupo.

Visivelmente, o casal que mais demonstrou atualização na interação conjugal e no modo de funcionar foram Atílio e Helena. Em suas palavras, Atílio expressou:

Nós melhoramos bastante, estamos mais unidos. Principalmente ao que se referem a tomada de decisões. Hoje almoçamos juntos e conversamos. Antes não era assim. Nossa vida financeira está se organizando, a gente consegue prestar conta juntos, estamos mais próximos, anotando tudo juntos e isso ajudou muito, porque não sobrava nada e agora a gente já consegue ter uma folga para ter um lazer (**Atílio**).

Sobre o diálogo praticado pelo casal, Helena, emocionada, afirmou:

Agora na nossa relação tem mais diálogo! Vindo pra cá ele aprendeu a conversar, a compartilhar. Ele quase não falava e aqui parece que se sentia à vontade e começou a fazer isso lá em casa comigo. Olha para vocês terem uma ideia, quando a gente começou a vir para o grupo nós estávamos separados, só voltamos a morar juntos depois do terceiro encontro aqui. E estarmos agora juntos e cada vez mais unido é maravilhoso (**Helena**).

Por sua vez, no discurso de Marcelo, é possível perceber, em dois momentos, visivelmente, a contribuição do processo psicoterapêutico na interação entre o casal:

Hoje em dia eu já brinco mais com ela já sou mais sorridente, eu brigava muito, tratava ela com ignorância. Tudo o que ela fazia ela tava errada. Hoje em dia não, eu vejo que pode ser diferente. Muitas vezes vinha para o grupo e era difícil pedir licença do trabalho, mas eu vejo o quanto foi importante vir pra cá, porque a gente aprende não apenas com os nossos erros, mas que a gente se coloca no lugar das outras pessoas (**Marcelo**).

Ao ser questionado por mim se tais mudanças aconteceram em função dos filhos, ele responde:

Não, foi por mim e por ela. Porque ela não merece isso que eu fazia. Eu vi que ela sempre lutou pela felicidade de nós dois, que ela nunca perdeu a esperança e que eu poderia fazer a minha parte também. Nós batalhamos juntos para construir as coisas e eu também preciso lutar pela felicidade e pela união (**Marcelo**).

Eduarda confirmou a mudança de postura de Marcelo.

Ele tem ficado mais em casa comigo e brigado menos. Outro dia eu fui para um passeio da igreja e todo mundo lá ficou dizendo que ele ia brigar quando eu voltasse pra casa, e foi ao contrário quando eu cheguei ele estava bem e normal. Não teve briga. Eu só queria mesmo era que ele fosse mais amoroso com nossos filhos, mas acho que isso com o tempo pode mudar, porque pelo menos eles não tem mais brigado tanto (**Eduarda**).

Os achados da pesquisa são corroborados pelos resultados de Ramos (2013) acerca do processo e mudança na interação grupal em casais em situação de violência conjugal:

Percebe-se também que, com o início do trabalho grupal, à medida que os participantes reconhecem o outro na relação, compreendem seus papéis conjugais e familiares, e se dão conta da qualidade de suas interações e começam a conversar com os(as) companheiros(as) sobre o cotidiano e sobre o que gostam e o que os irrita na relação. Segundo relatam, veem que as relações vão sofrendo mudanças e vão construindo novas formas interacionais e de convívio; e passam a aspirar pela paz e a harmonia (RAMOS, 2013, p. 52).

Acerca do processo de mudança do casal Catarina e Petruchio, o casal confirmou:

Eu já mudei bastante. Eu tento me afastar quando percebo que alguma briga vai acontecer, já pra evitar confusão, retirei alguns contatos do celular e agora antes de falar analiso palavra por palavra (**Petruchio**).

Sobre este aspecto, Catarina confirma e relata:

Eu percebi estas mudanças porque ele não me xinga mais me chamando de doida, retardada e de puta (**Catarina**).

Ao mencionar sobre o seu processo de mudança, a mesma revelou:

Eu acho que estou mais calma, que penso antes de falar porque sou muito explosiva e tentando me controlar vi que a agressividade diminuiu e isso pode ser considerado uma mudança (**Catarina**).

Segundo Ramos (2013),

As mulheres reconhecem suas ações e intenções agressivas dirigidas ao companheiro e o potencial de mágoa contido em alguns de seus comportamentos. Vê-se que esses grupos têm sido uma oportunidade para que homens e mulheres reflitam sobre seus comportamentos e, antes de tudo, sobre suas atitudes diante das diferenças e da vida. Essas descobertas foram acontecendo aos poucos e com sofrimento, mas cada *insight* era seguido de alívio e de propostas de novidades na relação (p. 52).

Destaco, ainda, como processo de mudança entre os casais, o avanço referente ao modo como passaram a se comunicar no grupo, já que o diálogo e a expressão dos sentimentos foi

algo que eles mencionaram como uma contribuição para a relação estabelecida, que também reverberou positivamente na interação com outras pessoas que convivem com o casal. Helena afirmou:

Eu percebo que as mulheres não se sentiam tão à vontade para falar o que pensam para os homens, e depois que comecei aqui me vi falando mais o que sentia e isso melhorou até minha relação com minha filha e minha neta. No fundo eu achava que se falasse ele ia brigar e hoje eu sinto que não é mais assim (**Helena**).

“Outro indicador do valor do trabalho com o grupo são os discursos dos envolvidos quanto a novas formas de se comportar na relação com o outro: esposa, esposo, filhas, filhos, namoradas, namorados, mães, pais, irmãs e irmãos – e mesmo com amigos e amigas”, afirma Ramos (2013, p. 52), confirmando tais transformações como contribuições do processo psicoterapêutico em grupo.



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jornada de composição da tese chega ao final. Retomo a questão problema da pesquisa, cujo objetivo foi pensar uma intervenção clínica que cooperasse para o enfrentamento de uma situação coletiva problemática: a violência conjugal.

Para consolidar os achados, ao interrogar **quais as contribuições da psicoterapia gestáltica breve de grupo com casais em situação de violência conjugal para a construção de uma comunicação dialógica**, reuni um conjunto de saberes que me permitiram concluir que a psicoterapia favoreceu aos colaboradores do estudo:

- 1) a reflexão acerca dos estereótipos de gênero;
- 2) sensibilidade para examinar seus padrões relacionais;
- 3) interações pautadas no cuidado e reconhecimento do outro;
- 4) responsabilização e reconhecimento de atos violentos tanto para os homens quanto para as mulheres.

A riqueza presente nas narrativas dos casais demonstradas nesta pesquisa possibilita afirmar que os objetivos foram alcançados, sendo a estratégia metodológica utilizada para a análise dos dados fundamental para compreensão dos discursos, que envolveram uma variedade de temas que compõem a temática da violência conjugal e de uma comunicação conflituosa.

Durante as sessões de psicoterapia de grupo, foi possível explorar os sentidos e significados que os casais atribuíam às suas experiências conjugais, permitindo que expressassem aquilo a que, muitas vezes, não davam visibilidade em suas relações. Os dados confirmam a construção da subjetividade como fundamental na percepção acerca da violência conjugal, já que envolvem as experiências pessoais de cada um.

Assim, as relações são marcadas pelos processos culturais, intersubjetivos e subjetivos; tais estão relacionados ao modo como a dinâmica conjugal se estabelece e, conseqüentemente, a possíveis formas naturalizantes de definir e vivenciar a violência entre o casal.

Debruçar-me sobre este tema e buscar uma intervenção que contribua para a desconstrução de tais práticas me possibilitou desvelamentos, angústias e um novo olhar frente ao processo psicoterapêutico e à violência conjugal. Essa forma conduz a uma dimensão política, engajada, de cuidado e que inclui a perspectiva dialógica. Compreendo que

O cuidado enquanto prática profissional traduz-se em ação relacionada ao entendimento da realidade interna e externa. Direcionando-se ao ser holístico, com enfoques preventivos e interventivos. Na práxis da psicologia aplicada

age como uma bússola para intervenções com pessoas e grupos (PIMENTEL; VALE; FLORES, 2013, p. 286).

Aplicando tal dimensão ao campo da conjugalidade, aponto a comunicação dialógica como base para o respeito da diferença e facilitadora para evitação de atos de violência nas relações conjugais. Freire (1971) revela a reciprocidade como forma de promover uma comunicação onde não haja passividade entre ambos, nem relações de poder, configurando-se como uma comunicação pautada na horizontalidade entre aqueles que se comunicam.

Por meio das narrativas dos casais, visualizei o horizonte da situação estabelecida entre cada casal, a trajetória de vida e a relação que estabeleciam com os conflitos entre eles, e busquei favorecer ações que pudessem reorientar a potência existente nas atitudes de violência, na energia que gastavam agredindo-se mutuamente ou vivenciando calados as questões que os incomodavam, em ajustamentos criativos e capazes de transformar os modos de funcionamento.

No entanto, apesar dos relatos durante as sessões e da percepção de que, sim, haviam conseguido fazer algumas modificações nas interações, ainda era muito visível, no funcionamento de alguns, a dinâmica conjugal pautada na competição, bem como a inabilidade em dialogar e ouvir o que o outro queria dizer sem apresentar uma postura defensiva se fazia presente.

No final de semana que antecedeu a última sessão do grupo, um casal teve uma briga dentro do carro, na frente dos filhos, e o marido deu um soco no rosto da esposa. A mesma entrou em contato comigo via telefone, me contando o ocorrido. Estava muito mobilizada e chorando. Ela não prestou queixa porque, segundo seu relato, pensava em como seria tal situação para os filhos. Agendei com ela um encontro no meu consultório particular para ouvi-la, prestar acolhimento e esclarecimentos acerca das implicações que poderiam ocorrer diante do fato.

No último encontro do grupo, o marido esteve presente e contou o ocorrido. Todos os participantes que estavam em clima de finalização e de encerramento demonstraram estar consternados diante do fato, mas, não se furtaram em também oferecer “conselhos” para ele. Ela não esteve presente, porque não teve liberação no trabalho. Informei a todos que havia conversado com a esposa em meu consultório particular e que iria oferecer psicoterapia breve individual para ambos, já que gostaria de continuar acompanhando o caso. Naquele momento, no grupo, foi possível perceber o marido se responsabilizando por algo, assumindo diante de todos que cometeu um erro e que estava disposto a fazer diferente.

Prossigo realizando o atendimento ao casal em meu consultório. No momento em que

finalizo a tese, referem estar vivenciando um momento importante na vida comum: a construção de sua casa. Pontuo que, em todo esse processo de acompanhamento deste casal, este episódio é um dos poucos em que os observei trabalhando juntos, sem que a competição fosse o mote principal.

Para além desse episódio, destaco como dificuldade no processo de coleta de dados o fato de que os homens participantes do grupo estavam lá como autores de atos violentos e cumprindo uma medida alternativa, que envolve um processo jurídico. Portanto, considero dois pontos importantes de serem mencionados: 1) a dificuldade da adesão de mulheres para a composição do grupo (pois algumas trabalhavam e não tinham como frequentar o grupo); e 2) a resistência em expressar-se e, assim, alcançar o estabelecimento de confiança grupal, já que o espaço no qual as sessões aconteciam era o próprio prédio da Defensoria Pública do Estado do Pará, e, muitas vezes, perpassavam pelos participantes que aquilo que estava sendo dito e comunicado no grupo poderia ser levado para o Juiz.

Já prevendo possíveis questões relacionadas a esse tema, busquei esclarecer aquilo que envolvia o processo grupal e o objetivo da pesquisa, deixando claro que o sigilo e ética eram marcas presentes na atuação que estavam sendo proposta. Assim, durante todo o processo de grupo, buscou-se facilitar e favorecer o estabelecimento do diálogo autêntico.

Buber (1977, p. 53) afirma que há três formas de diálogo: 1) o **autêntico**, em que cada um se volta com a intenção de estabelecer uma reciprocidade viva; 2) o **técnico**, movido unicamente pelo entendimento objetivo; e 3) o **monólogo**, disfarçado de diálogo, em que cada um fala consigo mesmo. No início do processo psicoterapêutico em grupo, ficou perceptível que os casais realizavam monólogo ao invés do diálogo.

No cotidiano dos casais, observou-se que: os conflitos conjugais aconteciam diariamente; não havia espaço para o diálogo; os modos diferentes de existir dificultam a convivência entre ambos; as questões financeiras e formas de solucionar conflitos sempre terminavam em possibilidade de separação.

Conflitos e tensões são as possibilidades de mudança, pois evidenciam que algo não se ajusta, está fora da ordem, transborda os modelos. Diante disso, a psicoterapeuta não ocupou o lugar de especialista, indagando sobre as doenças psicológicas ou psiquiátricas dos casais, mas, favoreceu a autoconsciência e a compreensão dos jogos de poder presentes nas relações entre gêneros.

Foi perceptível o quanto as sessões em grupo foram mobilizadoras, ao se solicitar que os participantes se aproximassem tanto das suas vivências pessoais quanto das conjugais, e refletissem sobre tais situações, saindo dos modos habituais de pensar e partindo para uma

dimensão que produz movimento e reverberações em suas relações. Assim, ampliar a consciência de homens e mulheres, tanto na pesquisa, como na clínica, não os vendo de maneira engessada ou fixada, e suscitando-os a perceberem-se fora desses papéis, conscientes do discurso cultural dominante e incluindo a possibilidade de atualização de tal narrativa, contribui para empoderá-los e para que assumam a responsabilidade por suas escolhas (PONDAAG, 2009).

Portanto, a psicoterapia, mesmo que no modelo breve, é uma potente ferramenta para que os casais obtenham um melhor relacionamento interpessoal e comunicação. Também, a intervenção clínica contribui para a revisão pelos participantes, e pelo casal, de seus processos de subjetivação. Assim, o casal pode incluir no seu cotidiano a criação de atos de solidariedade e apoio mútuo.

Aplicando ao campo das relações humanas podemos entender a solidariedade como as práticas que possibilitam criar vínculos, desenvolver a comunhão de atitudes e sentimentos, e constituir sociedades capazes de reproduzir a vida, sobretudo no que diz respeito aos valores éticos (PIMENTEL, 2016, p. 15).

Para finalizar, pontuo que esta tese de doutorado pretende instigar futuras pesquisas na área da intervenção clínica breve em grupo com casais em Gestalt-terapia, já que existem lacunas no texto, visto que nem todas as possibilidades que o universo que essa temática comporta foram exploradas nesta pesquisa. No entanto, busquei mostrar a relevância de estudos nessa área e contribuir com a originalidade do tema nos debates acadêmicos.

Concluo que a psicoterapia em grupo com casais alcança a lacuna nos trabalhos desenvolvidos a partir deste tema, visto que amplia o olhar e incita a necessidade de buscar novas estratégias para prevenção e intervenção frente à situação e oportuniza aos sujeitos envolvidos uma percepção mais consciente do funcionamento de ambos.

## REFERÊNCIAS

- AGOFF, C.; RAJSBAUM, A.; HERRERA, C. Perspectivas de las mujeres maltratadas sobre la violencia de pareja en México. **Salud Pública de México**, v. 48, supl. 2, p. 307-314, 2006.
- AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Práticas universitárias e a formação sócio-política. **Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política**, nº 3/4, p. 87-102, 1997.
- ALBUQUERQUE, P. L. Contextualização da terapia de grupo: uma pequena apresentação da história e do desenvolvimento de algumas propostas de trabalhos com grupo. **Revista IGT na Rede**, v. 8, n. 15, p. 216-226, 2011. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs>. Acesso em: 8 set. 2017.
- ALVIM, M. B.; CASTRO, F. G. O que define uma clínica de situações contemporâneas? Apontamentos a partir de J.P. Sartre e M. Merleau-Ponty. In: ALVIM, M. B. (Org.). **Clínica de situações contemporâneas: fenomenologia e interdisciplinaridade**. Curitiba: Juruá, 2015.
- ALVIM, S.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 7, n. 2, p. 171-206, 2005.
- ARAÚJO, L. da S. **Religiosidade e saúde mental em um CAPS de Belém do Pará: cenas de um enredo cultural**. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ARAÚJO, M. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psic. Clin.** Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005.
- ARAÚJO, M. F. Violência conjugal: uma proposta de intervenção com casais. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 185-199.
- ARAÚJO, M. F.; MARTINS, E. J. S.; SANTOS, A. L. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, M. F.; MATTIOLI, O. (Org.). **Gênero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 17-35.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ARENT, M. A crise do macho. In: ROSO, A. et al. **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- AZERÊDO, S. M. M. Deslocamentos da identidade: teorizando a violência na Delegacia de Mulheres. In: RIAL, C. S. M.; TONELI, M. J. F. (Org.). **Genealogias do silêncio: feminismo e gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 117-130.
- BARRETO, A. de C. et al. Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. **Psicologia: Reflexão Crítica**, v. 22, n. 1, p. 86-92, 2009.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BÉLANGER, C.; MATHIEU, C.; BRISEBOIS, H. Perception of partner abuse and its impact on marital violence from both spouses. *Psychology*, v. 4, n. 11, p. 858-863, Nov. 2013. Disponível em: <http://file.scirp.org/Html/40113.html>. Acesso em: 8 set. 2017.

BORIS, G. D. J. B. A violência como produto da crise da condição masculina. In: MALUSCHKE, G.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; HERMANN, K. (Org.). **Direitos humanos e violência**: desafios da ciência e da prática. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 171-185.

BORIS, G. D. J. B. Elementos para uma história da psicoterapia de grupo. **Rev. Abordagem Gestalt**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 206-212, dez. 2014.

BORIS, G. D. J. B. Grupos gestálticos: uma proposta fenomenológica de facilitação da cooperação. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1124-1158, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher... Brasília, DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 8 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS**: a clínica ampliada. Brasília, DF, 2004. (Série B. Textos Básicos da Saúde).

BRAZ, M. A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre saúde do homem: reflexão sobre justiça distributiva. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 97-104, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a10v10n1.pdf>. Acesso em: 8 set. 2017.

BREGALDA, R. Hermenêutica em Paul Ricoeur: contribuições à pesquisa textual. **Revista Filosofazer**, Passo Fundo, n. 47, jul./dez. 2015.

BRUNS, M. A. T. A redução fenomenológica em Husserl e a possibilidade de superar impasses da dicotomia subjetividade-objetividade. In: BRUNS, M. A. T.; HOLLANDA, A. (Org.). **Psicologia e fenomenologia**: reflexões e perspectivas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011. p. 65-76.

BRUSCHI, A. et al. Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida. **Rev. Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. 256-64, 2006.

BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo: Cortez, 1977.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDELLA, B. P. **Laços e nós**: o amor e intimidade nas relações humanas. São Paulo: Agora, 2009.

CARDELLA, B. P. Subjetividade e cuidado em Gestalt-terapia. In: NELLY, A. G.; FARIA, N. J. (Org.). **Psicologia e saúde**: reflexões humanistas. Campinas, SP: Alínea, 2014. p. 73-93.

CARDOSO, L. de; BUCHER-MALUSCHKE, B. S. A. O casal frente as finanças: revisão de literatura. **Rev. Nufen**: Phenom. Interd., Belém, PA, v. 9, n. 3, p. 177-187, set./dez. 2017.

CARRARA, S. Debates. In: HEILBORN, M. L. (Org.). **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CEBALLOS, E.; RODRIGO, M. J. Las metas y estrategias de socialización entre padres e hijos. In: RODRIGO, M. J.; PALACIOS, J. **Familia y desarrollo humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1998. p. 225-243.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, M.; CARDOSO, R.; PAOLI, M. C. (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62.

CHESNAIS, J. **Histoire de la violence**: en occident de 1800 à nos jours. Paris: Éditions Robert Laffont, AS, 1981.

CIORNAI, S. Abordagem gestáltica no trabalho com grupos. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. **Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2016. p. 168-186.

COHN, R. C. Terapia em grupos: psicanalítica, experiencial e Gestalt. In: FAGAN, J.; SHEPHERD, I. L. (Org.). **Gestalt-terapia, teoria, técnicas e aplicações**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 181-196.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L.; QUEIROZ, S. S. Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 227-243, jul./dez. 2010.

[CORTEZ, M. B.](#); [SOUZA, L. de](#). Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psicologia**: Teor. e Pesq., v. 24, n. 2, p.171-180, 2008.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B. Homens, saúde e violência: novas questões no campo da saúde coletiva. In: MINAYO, M. C. de S.; COIMBRA JR, C. E. A. (Org.). **Críticas e atuantes**: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

D'ANDREA, F. F. **Psicoterapia**: caminhos e alternativas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1987.

D'NICAIO, M. A. **Sentimentos modernos**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade:

invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 417-425, mar./abr. 2005.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, fev. 2008.

DELACROIX, Jean-Marie. Le processus groupal dans une perspective de champ. **Cahiers de Gestalt-thérapie**, n. spécial, p. 55-70, 2013.

DINIZ, N. M. F. et al. Violência doméstica e institucional em serviços de saúde: experiências de mulheres. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, DF, v. 57, n. 3, p. 354-356, maio/jun. 2004.

DINIZ, N. O. Psicoterapia de casal: uma revisão sobre a eficácia e a eficiência terapêuticas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

DOURADO, S. de M.; NORONHA, C. V. A face marcada: as múltiplas implicações da vitimização feminina nas relações amorosas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 623-643, 2014.

DUARTE, E. de L.; ZORDAN, E. P. Nascimento do primeiro filho: transição para a parentalidade e satisfação conjugal. **Perspectiva**, Erechim, v. 40, n. 152, p. 65-76, dez./2016

DUTRA, M. de L. **A configuração da rede social de mulheres em situação e violência doméstica**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

ESPÍNDOLA, C. R.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; SANTOS, A. P. A mulher no contexto da violência. In: MALUSCHKE, G.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; HERMANNNS, K. (Org.). **Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática**. Fortaleza, Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 213-230.

EVANGELISTA, R. et al. **A clínica dos conflitos conjugais: uma possibilidade terapêutica (Psikhê)**. São Paulo: FMU, 1999.

FALCETO, G. R.; VALDEMAR, J. O. C. O ciclo vital da família. In: EIZIRIK, C. L. et al. **O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 77-94.

FALCKE, D. et al. Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínicos**, v. 2, n. 2, p. 81-90, jul./dez. 2009.

FALCONIER, M. K. Together: a couples' program to improve communication, coping, and financial management. **J. Marital Fam. Ther.**, v. 41, n. 2, p. 236-250, 2015.

FARIA, N. J. Subjetividade e práticas psicológicas em saúde. In: NELY, A. G.; FARIA, N. J. (Org.). **Psicologia e saúde: reflexões humanistas**. Campinas, SP: Alínea, 2014. p. 57-71.

FERES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Reflexão e Crítica**, n. 15, p. 379-394, 1998.



FÉRES-CARNEIRO, T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 367-374, 2003.

FÉRES-CARNEIRO, T.; PONCIANO, E. L.; MAGALHÃES, A. S. **Família e casal**: da tradição à modernidade. In: CERVERY, O. M. C. (Org.). **Família em movimento**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FERRAZ, M. M. S.; PIRES, V. L. Do machismo ao masculino: o vínculo das relações de gênero transformou o homem? In: GHILARDI-LUCENA, M. I.; OLIVEIRA, F. (Org.). **Representações do masculino**: mídia, literatura e sociedade. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.

FERREIRA, W. B. **(In)visíveis sequelas**: violência psicológica contra a mulher sob o enfoque gestáltico. Belém, PA, 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2010.

FORGHIERI, Y. C. **Psicologia fenomenológica**: fundamentos, método e pesquisas. São Paulo: Pioneira, 1993

FOULKES, S. H. Psicoterapia e psicoterapia de grupo. In: KADIS, A. L. et al. **Psicoterapia de grupo**. São Paulo: IBRASA, 1976. p. 11-21.

FRAZÃO, L. M.; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e gênero**: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade. Campinas, SP: Livro Pleno, 2005.

FREIRE, F. M. S; PICHELLI, A. A. W. S. O psicólogo apoiador matricial: percepções e práticas na atenção básica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 162-173, 2013.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971

FURTADO, L. E; MÉLLO, R. P. Ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal: a produção de homens que agridem mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos: diásporas, diversidades, deslocamentos**. Florianópolis, SC: UFSC, 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278246016\\_ARQUIVO\\_artigofazendogenero-mexidoporRicardoeLuisa\\_limpo\\_.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278246016_ARQUIVO_artigofazendogenero-mexidoporRicardoeLuisa_limpo_.pdf). Acesso em: 8 set. 2017.

GHILARD-LUCENA, M. I. Discurso e gênero: uma questão de identidade. In: GHILARDI-LUCENA, M. I.; OLIVEIRA, F. (Org.). **Representações do masculino**: mídia, literatura e sociedade. Campinas, SP: Alínea, 2008.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo. São Paulo: Unesp, 1993.

GOMES, N. P. et al. Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família. **Rev. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, v. 25, n. 1, 2014.

GOMES, N. P. et al. Significado da capacitação profissional para o cuidado da mulher vítima de violência conjugal. **Escola Anna Nery**, v. 17, n. 4, p. 683-689, out./dez. 2013.

GOMES, N. P. et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 514-522, out./dez. 2012.

GOMES, N. P. **Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal**. Salvador, 2009. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GOMES, N. P.; ERDMANN, A. L. Violência conjugal na perspectiva de profissionais da “Estratégia Saúde da Família”: problema de saúde pública e a necessidade do cuidado à mulher. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 22, n. 1, jan./fev. 2014.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; CAMARGO, C. L.; SILVA, M.P. Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. *Rev Gaúcha. Enferm.*, Porto Alegre (RS), v. 33, n. 2, jun. 2012.

GOODRICH, T. J. et al. **Terapia feminista da família**. Porto Alegre: Artes médicas. 1990.

GROSSI, M. P. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, p. 4-37, 2004.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; FONSECA, R. M. G. S. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm**, v. 13, n. 3, p. 625-31, jul./set. 2009.

HANADA, H.; D’OLIVEIRA, A. F. P. L; SCHRAIBER, L. B. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 33-59, jan./abr. 2010.

HAYES, S. C. et al. **Acceptance and commitment therapy: the process and practice of mindful change**. 2nd ed. New York: Guilford Press, 2011.

HIRIGOYEN, M. **A violência no casal: da coação psicológica a agressão física**. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

HOLANDA, A. F. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **Análise Psicológica**, v. 3, p. 363-372, 2006.

HOLANDA, A. F. Reflexões sobre o campo das psicoterapias: do esquecimento aos desafios contemporâneos. IN: HOLANDA, A. **O campo das psicoterapias: reflexões atuais**. Curitiba: Juruá, 2012.

HYCNER, R. **De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica**. São Paulo: Summus, 1995.

IBACETA, F. Violencia en la Pareja: ¿Es Posible la Terapia Conjunta? **Terapia psicológica**, Chile, v. 29, n. 1, p. 117-125, 2011.

IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume, 1998.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo.** Rio de Janeiro: Agir, 1998.

JOSGRILBERG, R. Que é hermenêutica? **Revista Internacional d'Humanitats**, n. 39, jan./abr. 2017.

KEPNER, E. Gestalt group process. In: FEDER, B.; RONALL, R. (Org.). **Beyond the hot seat: gestalt approaches to group.** New York: Brunner/Mazel, 1980.

LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. C. S. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 595-604, 2009.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H. B. (Org). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEIVA, A. A. de la P. Una perspectiva crítica de las prácticas psicosociales en violencia de género: caso Barranquilla. **Psicología desde el Caribe**, Universidad del Norte, v. 32, n. 2, p. 327-342, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupo.** São Paulo: Cultrix, 1978.

LEWIN, K. **Teoria de campo em ciência social.** São Paulo: Pioneira, 1965.

LIMA, P. A criatividade na Gestalt-terapia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 85-95, jan./jul. 2009.

LIMA, V. A. **Mídia, teoria e política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LINO, M. V. A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares. **Revista IGT na Rede**, v. 6, n. 10, p. 2-13, 2009. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/>. Acesso em: 10 fev. 2010.

LOPES, L. R. L. dos. **Análise dos Grupos de Reflexão realizados em 2012 no Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem.** Belém, PA, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade da Amazônia, Belém, PA, 2012.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, C. et al. Crenças e atitudes dos profissionais face à violência conjugal. **Acta Med. Port.**, v. 22, p. 735-742, 2009.

MACHADO, L. Z. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: REUNIÃO BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 52., Brasília, DF, 2000. [Anais...] Brasília, DF: SBP, 2000.

MAFFESOLI, M. **A dinâmica da violência.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

MAGALHÃES, S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Conjugalidade e subjetividades contemporâneas: o parceiro como instrumento de legitimação do “eu”. ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE: Encontro Mundial, 2., Rio de Janeiro, 2003. [Anais...] Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: [http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial\\_rj/download/5a\\_Carneiro\\_39020903\\_port.pdf](http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/5a_Carneiro_39020903_port.pdf). Acesso em: 8 set. 2017.

MAGNOBOSCO, M. M. Mal-estar e subjetividade feminina. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 3, n. 2, 2005.

MELLO, L. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MESQUITA, G. R. O aqui-e-agora na Gestalt-terapia: um diálogo com a sociologia da contemporaneidade. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MIRANDA, M. P. de M. **Violência conjugal física contra a mulher na vida**: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em Psiquiatria e Psicologia Médica) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAES, Gerson Leite de. **Paul Ricoeur**: uma hermenêutica enriquecida. Último Andar, n. 13, p. 45-52, 2005.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira-Thomson, 2002.

MOREIRA, A. C. G. Psicoterapia: por uma estratégia de integralidade. In: RODRIGUES, J. H.; BRITO, A. L. (Org.). **Ano da Psicoterapia**: textos geradores. 1. ed. Brasília: CFP, 2009.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOSMANN, C.; WAGNER, A.; SARRIERA, J. A qualidade conjugal como preditora dos estilos educativos parentais: o perfil discriminante de casais com filhos adolescentes. **Psicologia**, Lisboa, v. 22, n. 2, p. 161-182, 2008.

MOSMANN, Clarice; FALCKE, Denise. Conflitos conjugais: motivos e frequência. **Revista da SPAGESP**, v. 12, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2011.

MUPINGA, E. E.; GARRISON, M. E. B.; PIERCE, S. H. An exploratory study of the relationships between family functioning and parenting styles: the perceptions of mothers of young grade school children. **Family and Consumer Sciences Research Journal**, v. 31, n. 1, p. 112-129, 2002.

NASCIMENTO, E. F. G. A. et al. Percepções e práticas de profissionais de saúde de Angola sobre a violência contra a mulher na relação conjugal. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 6, p. 1-10, jun. 2014.

NASCIMENTO, L. C. S.; VALE, K. S. Reflexões acerca do fazer ético na clínica gestáltica: um estudo exploratório. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 157-166, dez. 2013.

NERY, P. M. **Vínculo e afetividade**. São Paulo: Ágora, 2003.

OCAMPO OTÁLVARO, L. E.; AMAR, J. J. Violencia en la pareja, las caras del fenómeno. **Revista Salud Uninorte**, v. 27, n. 1, p. 108-123, 2011.

OLIVEIRA, F. C. M. a violência intrafamiliar: escutando homens que agridem fisicamente suas companheiras. Itajaí, 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2011.

OLIVEIRA, K. L. C.; GOMES, R. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 5, p. 2401-2413, 2011.

OLTRAMARI, L. C. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 4, p. 669-677, out./dez. 2009.

PAIXÃO, G. P. N. et al. Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 1041-9, out./dez. 2014.

PARÁ. Defensoria Pública. Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem em Violência Doméstica e Familiar. **NEAH**. [Belém, PA, 201-]. Disponível em: <http://www2.defensoria.pa.def.br/portal/NEAH/index.html>. Acesso em: 8 set. 2017.

PASSOS, I. C. F. **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PERLS, F. S. **Ego, fome e agressão**. São Paulo: Summus, 2002.

PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

PERLS, L. **Vivendo em los límites**. Valência: Promolibro, 1994.

PERRONE, R.; NANNINI, M. **Violencia y abusos sexuales en la familia un abordaje sistémico y comunicacional**. Buenos Aires: Paidós, 1998.

PIMENTEL, A. et al. Para além do claustro. In: PIMENTEL, A. et al. **Itinerários de pesquisas em psicologia**. Belém: Amazônia Editora, 2010.

PIMENTEL, A. Grupos existenciais para conscientização de homens. **Rev. Nufen: Phenom**.

**Interd.**, Belém, PA, v. 8, n. 1, p. 55-75, jan./jul. 2016.

PIMENTEL, A. *Nutrição psicológica: desenvolvimento emocional infantil*. São Paulo, Summus, 2005.

PIMENTEL, A. Pesquisa exploratória da violência psicológica por meio da linguagem. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 7-26, jan./jun. 2013.

PIMENTEL, A. Psicoterapia e clínica ampliada: diferenciando horizontes interventivos. In: HOLANDA, A. F. **O campo das psicoterapias: reflexões atuais**. Curitiba: Juruá, 2012.

PIMENTEL, A. **Violência psicológica conjugal: pesquisa e intervenção**. São Paulo: Summus, 2011.

PIMENTEL, A.; DINIZ, C. **Fluxograma da análise fenomenológica do discurso**. Belém, PA, 2017. No prelo.

PIMENTEL, A.; OLIVEIRA, I. B.; ARAÚJO, L. Pesquisa qualitativas aplicações em terapia ocupacional e psicologia. In: PIMENTEL, A.; OLIVEIRA, I. B.; ARAÚJO, L. **Pesquisa qualitativa em terapia ocupacional**. Belém: Amazônia Editora, 2009. p. 25-39.

PIMENTEL, A.; VALE, K; FLORES, R. Práticas de cuidado na atuação da Psicologia clínica e da saúde: uma revisão de crítica da literatura. In: PIMENTEL, A.; VALE, K; FLORES, R. *Cuidado e saúde: práticas e sentidos em construção*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PINTO, E. B. **Psicoterapia de curta duração na abordagem Gestáltica: elementos para a prática clínica**. São Paulo: Summus, 2009.

PIRES, A. S. R. **Estudo da conjugalidade e da parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental**. Lisboa, 2008. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, PT, 2008.

POLSTER, E; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. Belo Horizonte: Interlivros, 2001.

PONCIANO, E. L. T.; FERES-CARNEIRO, T. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 57-80, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v8n16/v8n16a04.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2010.

PONDAAG, M. C. M. **O dito pelo não dito: desafios no trabalho com mulheres vítimas de violência**. Brasília, DF, 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

PONDAAG, M. C. M. **Sentidos da violência conjugal: a perspectiva de casais**. Brasília, DF, 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

RAMÍREZ-RODRÍGUEZ, M. H.; ARIZA-SOSA, G. R. Lo político de la violencia en las relaciones de pareja como problema de salud pública. **Rev. Fac. Med.**, v. 63, n. 3, p. 517-25, 2015.

RAMOS, M. E. C. Homens e mulheres envolvidos em violência e atendidos em grupos socioterapêuticos: união, comunicação e relação. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 21, p. 39-54, 2013.

RAMOS, M. E. C.; SANTOS C.; DOURADO, T. Violência intrafamiliar: desvelando a face (oculta) das vítimas. In: LIMA, F. R.; SANTOS, C. **Violência doméstica: desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009

RAZERA, J.; CENCI, C. M; FALCKE, D. Manejo de dinheiro: possíveis relações com o ajustamento e a violência em casais. **Perspectivas em Psicologia**, v. 19, n. 2, p. 3-17, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia de curta duração**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1999.

RIBEIRO, J. P. Gestalt-terapia: o processo grupal: uma abordagem fenomenológica da teoria de campo e holística. São Paulo: Summus, 1994.

RIBEIRO, J. P. O conceito de resistência na psicoterapia grupo-analítica: repensando um caminho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. especial, p. 65-71, 2007.

RIBEIRO, J. P. **Psicoterapia grupo analítica: abordagem foukiana: teoria e técnica**. Petrópolis: Ed Vozes, 1981.

RIBEIRO, J. P. **Psicoterapia: teorias e técnicas psicoterápicas**. São Paulo: Summus, 2013.

RIBEIRO, J. P. **Vade-Mecum de Gestalt-terapia: conceitos básicos**. São Paulo: Summus, 2006.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

RICOEUR, P. **O discurso da acção**. Lisboa: Edições 70, 1988.

RICOEUR, P. **O si-mesmo como um outro**. Campinas, SP: Papirus, 1991.

RICOEUR, P. **Teoria das interpretações**. Lisboa: Edições 70, 1987.

ROBINE, J. M. A Gestalt-terapia terá a ousadia de desenvolver seu paradigma pós-moderno? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, v. 5, n. 1, 2005.

ROBINE, J. M. Mudança social começa a dois e implicações sociais da gestalt-terapia. In: ALVIM, M. B. (Org.). **Clínica de situações contemporâneas: fenomenologia e interdisciplinariedade**. Curitiba: Ed. Juruá, 2015.

ROBINE, J. M. **O self desdobrado: perspectiva de campo em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2006.

ROCHA, S. L. C. O. Gestalt e relações de gênero: a emergência de novas masculinidades e feminilidades nos modos de ser homem e mulher hoje. In: FRAZÃO, L. M.; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade**. Campinas, SP: Livro Pleno, 2005.

ROGERS, C. R. **Grupos de encontro**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

ROSA, A. et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.17, n.3, p. 152-160, 2008.

RUSSO, G. Amor e dinheiro: uma relação possível? **Caderno CRH**, v. 24, n. 61, p. 121-134, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. de S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, M. A. Cem anos sem solidão: um século de psicoterapia de grupo (1905-2005). **Revista da SPAGESP**, v. 6, n. 2, p. 7-12, jul./dez. 2005.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, A. C. L. G. da. **Violência conjugal sob a ótica do casal: análise dos inqueritos policiais de uma cidade do sul do Brasil**. Santa Catarina, 2012. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

SILVA, A. C. L. G; COELHO, E. B. S; NJAINE, K. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 4, p. 1255-1262, 2014.

SILVA, A. K. L. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista do NUFEN**, Belém, PA, v. 5, n. 1, p. 12-25, jan./jul. 2013.

SILVA, L. B. O. de. A interpretação hermenêutica em Paul Ricoeur: uma possível contribuição para a educação. **Comunicações**, Piracicaba, v. 18, n. 2, p. 19-36, jul./dez. 2011.

SILVEIRA, T. M. A construção criativa na vida do casal: limites e possibilidades do casamento contemporâneo. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SILVEIRA, T. M. Caminhando na corda bamba: Gestalt-terapia de casal e de família. **Revista IGT na Rede**, v. 3, n. 2, 2005.

SILVEIRA, T. M. O papel da criatividade nas relações conjugais: os limites do “eu” e os limites do “nós”. **Revista IGT na Rede**, v. 4, n. 7, 2007.

SILVEIRA, T. M. Terapia de casal e família uma visão de campo. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. **Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2016.

STOLLER, R. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity**. New York:



Science House, 1968.

TELLEGEN, T. A. **Gestalt e grupos: uma perspectiva sistêmica**. São Paulo, Summus, 1984.

TRIGO, M. H. B. Amor e casamento no século XX. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

VALE, K. et al. O manejo psicoterapêutico na contemporaneidade em Gestalt-terapia. In: PIMENTEL, A. et al. (Org.). **Fenomenologia: Teoria e Clínica**. São Luiz: EDUFMA, 2015. v. 1.

VALE, K. S. **A relação conjugal em debate: uma análise gestáltica**. Belém, PA, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2011.

VALE, K. S.; PIMENTEL, A. Conjugalidades contemporâneas e a dificuldade em estabelecer vínculos. In: PIMENTEL, A. (Org.). **Gestaltens: pesquisas em educação, saúde e violências**. Belém: Amazônia Editora, 2012.

VALE, K. S; FERREIRA, W. B. Psicoterapia gestáltica: uma intervenção clínica à mulher em situação de violência psicológica. In: PIMENTEL, A.; FRANCO, V. (Org.). **Diálogos dentro da psicologia: contributos da investigação luso-brasileira em Psicologia Social, Clínica e Educacional**. Portugal: Aloendro, 2011.

VIEIRA, E. M.; PERDONA, G. S.; SANTOS, M. A. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. **Rev. Saúde Pública**, v. 45, n. 4. p. 730-737, 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012: Homicídio de mulheres no Brasil**. São Paulo: Instituto Cebela, 2012.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, DF: SPM/PR, 2015.

WALSH, F. Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença? In: ANDOLFI, M. A. **A crise do casal**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

WALTERS, M. Uma Perspectiva feminista da terapia de família. In: PERLBERG, R. J. (Org.). **Os sexos e o poder nas famílias**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

XAVIER, V. R. Gênero e dinheiro: os múltiplos matizes na relação do casal. **Psicol. Estud.**, v. 18, n. 2, p. 363-369, 2013.

YALOM, I. D.; LESZCZ, M. **Psicoterapia de grupo: teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

YONTEF, G. **Processo, diálogo e awareness: ensaios em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus,

1998.

ZIMMERMANN, D. **Estudos sobre psicoterapia analítica de grupo.** São Paulo: Mestre Jou, 1971.

ZINKER, J. C. **A busca da elegância em psicoterapia:** uma abordagem gestáltica em casais, famílias e sistemas íntimos. São Paulo: Summus, 2001.

ZINKER, J. C. **O processo criativo em Gestalt-terapia.** São Paulo: Summus, 2007.

**ANEXOS**

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFPA - HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO JOÃO DE  
BARROS BARRETO DA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PSICOTERAPIA GESTÁLTICA DE GRUPO COM CASAIS: estratégias em situação de violência conjugal.

**Pesquisador:** Kamilly Souza do Vale

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 79539317.2.0000.0017

**Instituição Proponente:** Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará - ICS/ UFPA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.432.253

#### Apresentação do Projeto:

Os estudos voltados para a violência conjugal podem contribuir para desconstrução de formas de relações pautadas na violência e para fomentar reflexões que alcancem proposições mais consistentes do que a prerrogativa de estereótipos sociais que engessam homens e mulheres em seus papéis de vítimas e agressores. Para a construção do conhecimento científico na área e compreensão do fenômeno, considera-se que aspectos fundamentais deixam de ser observados e analisados quando ambos os protagonistas da situação são abordados isoladamente e são insuficientes para responder a demanda que continua crescente. No caso específico desta pesquisa, pretende-se problematizar a psicoterapia em grupo de enfoque gestáltico como uma ferramenta possível para favorecer e gerar novas estratégias de atendimento ao casal que se encontra em situação de violência conjugal. O enfoque será dado à psicoterapia, à dinâmica conjugal e ao conflito mútuo que gera violência em suas diferentes formas, compreendendo-a como relacional e fundamentalmente, através dos estudos da violência privada. A pesquisa será desenvolvida sob cunho qualitativo que enfoca o subjetivo, sendo baseada no método fenomenológico, o qual prima pelo estudo do Fenômeno em si. Configurar-se-á como uma pesquisa-intervenção em virtude da pesquisadora e dos envolvidos na situação desempenharem um papel ativo na compreensão e busca de formas de atuação diante do problema proposto.

**Endereço:** RUA DOS MUNDURUCUS 4487

**Bairro:** GUAMA

**CEP:** 66.073-000

**UF:** PA

**Município:** BELEM

**Telefone:** (91)3201-6754

**Fax:** (91)3201-6663

**E-mail:** cephujbb@yahoo.com.br

UFPA - HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO JOÃO DE  
BARROS BARRETO DA



Continuação do Parecer: 2.432.253

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

- Verificar a dinâmica de comunicação e diálogo praticada pelo casal em situação de violência conjugal favorecendo a tomada de consciência.

Objetivo Secundário:

Favorecer suporte em situações que possam propiciar conflito e/ou violência entre o casal;

- Refletir sobre o impacto psicológico do atendimento ao casal em situação de conflito conjugal;
- Possibilitar ao casal percepções do processo de violência conjugal.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Desconforto ao participante por possivelmente expor questões pessoais durante a coleta de dados. No entanto, a equipe é composta por psicóloga e co-terapeuta que estão aptas a oferecer suporte psicológico caso seja necessário.

Benefícios:

favorecer a mudança da política instalada de punição dirigida aos "agressores" para uma intervenção de apoio a homens e mulheres envolvidos em uma vivência conjugal violenta.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Tal pesquisa almeja subsidiar a atuação psicoterápica e ações interventivas como, por exemplo, a implantação de grupos de apoio direcionados ao casal.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de obrigatórios foram apresentados e estão de acordo com as legislações do Sistema CEP - CONEP/CNS/MS.

**Recomendações:**

Recomendamos a coordenação que mantenha atualizados todos os documentos pertinentes ao projeto.

Deverá também ser informado ao CEP:

Relatório Semestral;

Relatório Final;

Envio de Relatório de Cancelamento;

Envio de Relatório de Suspensão de projeto;

**Endereço:** RUA DOS MUNDURUCUS 4487

**Bairro:** GUAMA

**CEP:** 66.073-000

**UF:** PA

**Município:** BELEM

**Telefone:** (91)3201-6754

**Fax:** (91)3201-6663

**E-mail:** cephujbb@yahoo.com.br

**UFPA - HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO JOÃO DE  
BARROS BARRETO DA**



Continuação do Parecer: 2.432.253

Comunicação de Término do projeto na Plataforma Brasil.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Pesquisa aprovada, solicitamos acrescentar no TCLE o endereço e contato do CEP/HUJBB.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, este Colegiado manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa por estar de acordo com a Resolução nº466/2012 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde/MS.

Ainda em atendimento a Res. 466/2012 esclarecemos que a responsabilidade do pesquisador é indelegável, indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais. Além de apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; de elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

Cabe ainda ao pesquisador:

- 1- desenvolver o projeto conforme delineado;
- 2- Em acordo com a Resolução 466/12 CNS, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa. Os relatórios deverão ser inseridos no Sistema Plataforma Brasil pelo ícone "Inserir Notificação" disponível para projetos aprovados.
- 3- apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP, a qualquer momento;
- 4- manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 05 anos após o término da pesquisa;
- 5- encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- 6- justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_777663.pdf	09/10/2017 16:35:34		Aceito
Outros	termoneahtese.jpg	09/10/2017 16:35:05	Kamilly Souza do Vale	Aceito
TCLE / Termos de	tcletesecasais.pdf	26/09/2017	Kamilly Souza do	Aceito

**Endereço:** RUA DOS MUNDURUCUS 4487

**Bairro:** GUAMA

**CEP:** 66.073-000

**UF:** PA

**Município:** BELEM

**Telefone:** (91)3201-6754

**Fax:** (91)3201-6663

**E-mail:** cephujbb@yahoo.com.br

**UFPa - HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO JOÃO DE  
BARROS BARRETO DA**



Continuação do Parecer: 2.432.253

Assentimento / Justificativa de Ausência	tcletesecasais.pdf	11:27:15	Vale	Aceito
Outros	termoorientadora.pdf	10/01/2017 12:57:45	Kamilyly Souza do Vale	Aceito
Outros	isencaoonus.pdf	10/01/2017 12:56:39	Kamilyly Souza do Vale	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoplataforma.pdf	10/01/2017 12:49:24	Kamilyly Souza do Vale	Aceito
Outros	Termocompromissopesquisadortese.pdf	10/01/2017 12:07:31	Kamilyly Souza do Vale	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetoplataforma.pdf	10/01/2017 11:54:07	Kamilyly Souza do Vale	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BELEM, 12 de Dezembro de 2017

---

**Assinado por:  
Kátia Regina Silva da Fonseca  
(Coordenador)**

**Endereço:** RUA DOS MUNDURUCUS 4487

**Bairro:** GUAMA

**CEP:** 66.073-000

**UF:** PA

**Município:** BELEM

**Telefone:** (91)3201-6754

**Fax:** (91)3201-6663

**E-mail:** cephujbb@yahoo.com.br

**ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO (NEAH)**

Defensoria Pública do Estado do Pará

Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem em Violência Doméstica e Familiar

**TERMO DE CONSENTIMENTO DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO  
AO HOMEM EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FAMILIAR DA DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARÁ.**

Pelo presente termo e na qualidade de responsável pelo Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem em Violência Doméstica e Familiar (NEAH) da Defensoria Pública do Estado do Pará, declaro que aceito a realização do projeto de pesquisa intitulado “Psicoterapia Gestáltica de grupo com casais em situação de violência conjugal” pela doutoranda Kamilly Souza do Vale da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob supervisão da Defensoria Pública através da Psicóloga Rosana Lemos e sob Orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Adelma Pimentel.

Belém, de            de 2016.

---

Dr<sup>a</sup> Clívia Renata Loureiro Croelhas  
Coordenadora do NEAH

---

Rosana Lemos Faraon  
Psicóloga do NEAH



## ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO (UFPA)



Universidade Federal do Pará  
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
 Programa de Pós-graduação em psicologia (PPGP-UFPA)  
 Doutorado em Psicologia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Kamilly Souza do Vale, em doutoramento no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP-UFPA) orientada pela, prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adelmá Gonçalves Pimentel, da mesma instituição. Solicitamos sua participação na pesquisa de tese de doutorado intitulada *Psicoterapia Gestáltica de grupo com casais em situação de violência conjugal* que tem como objetivo: **verificar a dinâmica de comunicação e diálogo praticada pelo casal em situação de violência conjugal favorecendo a tomada de consciência.** Para esta pesquisa serão realizadas sessões de psicoterapia de grupos com casais as quais terão seus conteúdos gravados para posterior transcrição. Os dados obtidos poderão ser organizados também para produção de artigos e trabalhos científicos, sem que haja, porém, qualquer constrangimento para os informantes. Portanto, não será divulgado, em hipótese alguma, qualquer dado que possa identificá-los. Somente depois que o informante concordar e, estando garantido o total sigilo sobre sua identidade, as informações coletadas poderão ser divulgadas às instituições interessadas, podendo também ser publicadas em jornais ou revistas especializadas, sendo divulgados apenas os dados coletados, sem qualquer informação pessoal, como nome ou descrição que os identifique. É garantida aos informantes pesquisados a liberdade de encerrar a participação no estudo, sem qualquer prejuízo, a qualquer momento. Não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação na pesquisa e também não haverá despesas. Os riscos desta pesquisa são mínimos e estão relacionados a questões emocionais que podem ser desencadeadas pelo processo psicoterapêutico em grupo. Para minimizar tais riscos, comprometo-me enquanto pesquisadora em estar sob supervisão da minha orientadora. Entretanto, qualquer sofrimento de cunho emocional, oriundos da pesquisa, será assegurada assistência integral e imediata, pelo tempo que for necessário, dentro das possibilidades disponíveis; Os benefícios da participação nesta pesquisa estão relacionados aumentar seu autoconhecimento e percepção sobre a dinâmica conjugal. Além disso, sua participação contribuirá para agregar conhecimento científico para a área da Psicologia. Em qualquer momento do estudo, você, para esclarecimento de dúvidas, terá acesso a pesquisadora, através dos contatos abaixo:

Kamilly Souza do Vale      k.millyvale@gmail.com (91) 98134-6567

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa auxiliando na coleta de informações.

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

## ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO (UFPA)



Universidade Federal do Pará  
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
 Programa de Pós-graduação em psicologia (PPGP-UFPA)  
 Doutorado em Psicologia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Kamilly Souza do Vale, em doutoramento no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP-UFPA) orientada pela, prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adelma Gonçalves Pimentel, da mesma instituição. Solicitamos sua participação na pesquisa de tese de doutorado intitulada *Psicoterapia Gestáltica de grupo com casais em situação de violência conjugal* que tem como objetivo: **verificar a dinâmica de comunicação e diálogo praticada pelo casal em situação de violência conjugal favorecendo a tomada de consciência.** Como parte da pesquisa realizaremos 10 sessões de psicoterapia individuais com um dos casais que participaram do grupo com casais realizados no período de Setembro de 2016 a Março de 2017 no Núcleo especializado de atendimento ao homem (NEAH), que funciona na defensoria pública do estado do Pará. Os atendimentos acontecerão no consultório particular da pesquisadora localizado na Av. João Paulo II, 521; sendo a Sr<sup>a</sup> Daniele Gomes de Souza atendida por mim e o Sr Alexandre Mendes de Souza pela estagiária Mylena Nahum Sousa Cardoso que compõe a equipe de pesquisadores do projeto, não havendo qualquer vínculo institucional com a defensoria pública do Estado. Informa-se que não haverá ônus para as instituições (UFPA e Defensoria), nem para o casal em atendimento. Os dados obtidos poderão ser organizados também para produção de artigos e trabalhos científicos, sem que haja, porém, qualquer constrangimento para os informantes. Portanto, não será divulgado, em hipótese alguma, qualquer dado que possa identificá-los. Somente depois que o informante concordar e, estando garantido o total sigilo sobre sua identidade, as informações coletadas poderão ser divulgadas às instituições interessadas e /ou publicadas em jornais ou revistas especializadas, sendo divulgados apenas os dados coletados, sem qualquer informação pessoal, como nome ou descrição que os identifique. É garantida aos informantes pesquisados a liberdade de encerrar a participação no estudo, sem qualquer prejuízo, a qualquer momento. Não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação na pesquisa e também não haverá despesas. Em qualquer momento do estudo, você, para esclarecimento de dúvidas, terá acesso a pesquisadora, através dos contatos abaixo:

Kamilly Souza do Vale      k.millyvale@gmail.com (91) 8134-6567

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa auxiliando na coleta de informações.

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura da Orientadora

## ANEXO E – CONTRATO DE BOA CONVIVÊNCIA

Nossos princípios		
O que é importante para uma boa convivência em grupo	O que não quero que faça parte deste processo	O que posso fazer para que isso aconteça
<b>Respeito</b>	Mentira	Comprometimento
<b>Participação</b>	Falsidade	Seriedade
<b>Compromisso</b>	Xingamento	Fazer o impossível
<b>Segurança</b>	Palavrões	Organização
<b>Expor</b>	Julgamento	Escuta
<b>Diálogo</b>	Desrespeito	Abertura
<b>Pontualidade</b>	Medo	Perseverança
<b>Sigilo/ Confidencialidade</b>	Atraso	Flexibilidade
<b>Cuidado</b>		Esperar a vez
<b>Confiança</b>		
<b>Transparência</b>		
<b>Disponibilidade</b>		